



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

(Diário revisto e aguardando aprovação em plenário)

XI Legislatura

Número: 121

IV Sessão Legislativa

Horta, terça-feira, 11 de fevereiro de 2020

Presidente: *Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputado Manuel Pereira e Deputado Bruno Belo (substituídos no decorrer da sessão pelos Deputados Marta Matos e Jorge Jorge)*

Sumário

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 10 minutos.

Após a chamada dos/as Srs./as Deputados/as, a sessão teve início com a apresentação do [Voto de Pesar pelo falecimento da antiga Deputada Zuraída Soares](#). A sua leitura foi feita pelo Sr. Deputado António Lima (BE), tendo o voto sido subscrito por todos os partidos com assento parlamentar.

Após a votação e aprovação do mesmo, por unanimidade, seguiu-se um minuto de silêncio.

Iniciou-se a Agenda da Reunião com o [Debate de Urgência sobre “Transporte Marítimo de Mercadorias”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.

Feita a intervenção inicial pelo Sr. Deputado Artur Lima (*CDS-PP*), usou de imediato a palavra a Sra. Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas (*Ana Cunha*).

Para além os oradores referidos, pediram a palavra para intervir no debate os Srs. Deputados João Paulo Corvelo (*PCP*), Paulo Mendes (*BE*), António Vasco Viveiros (*PSD*), André Rodrigues (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*), Francisco César (*PS*), Iasalde Nunes (*PS*) e as Sras. Deputadas Graça Silveira (*Independente*) e Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*).

De seguida foi apresentado o [Recurso para Plenário do despacho de indeferimento parcial quanto à transformação do Requerimento n.º 783/XI em perguntas orais, apresentado pela Representação Parlamentar do PPM](#), pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão (*PPM*).

Após a rejeição por maioria deste pedido de recurso, pediu a palavra para uma declaração de voto o Sr. Deputado Paulo Estêvão (*PPM*).

Posteriormente, foi apresentada a [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 58/XI – “Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 2/2020/A, de 22 de janeiro, que aprova o Plano Regional Anual para 2020”](#) e a [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 57/XI – “Alteração ao Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano 2020”](#).

Após a apresentação dos diplomas feita pelo Sr. Vice-Presidente do Governo (*Sérgio Ávila*), usaram posteriormente da palavra os Srs. Deputados Carlos Silva (*PS*), Alonso Miguel (*CDS-PP*), António Lima (*BE*), João Paulo Corvelo (*PCP*), António Vasco Viveiros (*PSD*), Paulo Estêvão (*PPM*), Bruno Belo (*PSD*), Francisco César (*PS*), Luís Maurício (*PSD*), José Contente (*PS*), Artur Lima (*CDS-PP*) e a Sra. Deputada Graça Silveira (*Independente*).

Após a aprovação por unanimidade de ambas as propostas, foi proferida uma declaração de voto pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão (*PPM*).

Por fim, foi dado início ao debate sobre a [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 53/XI – “Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 29/2010/A, de 9 de novembro, que aprova o quadro legal da pesca açoriana”](#).

A apresentação deste projeto foi levada a cabo pelo Sr. Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (*Gui Menezes*), tendo participado neste debate os Srs. Deputados: Alonso Miguel (*CDS-PP*), António Lima (*BE*), Jaime Vieira (*PSD*), José Ávila (*PS*), João Paulo Corvelo (*PCP*), Mário Tomé (*PS*), bem com a Sra. Deputada Graça Silveira (*Independente*).

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 39 minutos.

Presidente: Bom dia.

Agradeço que ocupem os vossos lugares.

Vou pedir ao Sr. Secretário da Mesa o favor de fazer a chamada.

Eram 10 horas e 10 minutos.

Secretário: Bom dia.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

André Cláudio Gambão Rodrigues

António Gonçalves Toste Parreira

Carlos Emanuel Rego Silva

Dionísio Medeiros Faria e Maia

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César

Iasalde Fraga Nunes

João Paulo Ávila

João Vasco Pereira da Costa

José António Vieira da Silva Contente

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa

José Manuel Gregório de Ávila

Manuel Alberto da Silva Pereira

Manuel José da Silva Ramos

Maria de Fátima Soares Fernandes Rocha Ferreira

Maria Eduarda Silva Moniz Pimenta

Maria Isabel da Silveira Costa Rosa Quinto

Mário José Diniz Tomé

Marta Ávila de Matos

Marta Cristina Moniz do Couto

Pedro Miguel Medeiros de Moura

Renata Correia Botelho

Ricardo Bettencourt Ramalho

Sónia Cristina Franco Nicolau

Tiago Dutra da Costa Rodrigues Branco

Partido Social Democrata (PSD)

António Augusto Batista Soares Marinho

António Manuel Silva Almeida

António Oldemiro das Neves Pedroso

António Vasco Vieira Neto de Viveiros

Bruno Filipe de Freitas Belo

Carlos Manuel da Silveira Ferreira

Catarina Goulart Chamacame Furtado

César Leandro Costa Toste

Duarte Nuno d'Ávila Martins de Freitas

Elisa Lima Sousa

Luís Carlos Correia Garcia

Luís Maurício Mendonça Santos

Luís Miguel Forjaz Rendeiro

Marco José Freitas da Costa

Maria João Soares Carreiro

Mónica Reis Simões Seidi

Partido Popular (CDS/PP)

Alonso Teixeira Miguel

Catarina Oliveira Cabeceiras

Bloco de Esquerda (BE)

António Manuel Raposo Lima

Paulo José Maio Sousa Mendes

Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV)

João Paulo Valadão Corvelo

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços Estêvão

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 49 Sras. e Srs. Deputados, temos quórum.

Declaro aberto a sessão.

Pode entrar o público.

Conforme foi deliberado pela Conferência de Líderes, antes de entrarmos na Agenda da Reunião, vamos proceder à apresentação de um voto de pesar pelo falecimento da antiga Deputada Regional Zuraida Soares, subscrito por todos os partidos com assento neste Parlamento. Após a votação, procederemos a um minuto de silêncio.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

Deputado António Lima (BE): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Pesar

falecimento da antiga Deputada Zuraida Maria de Almeida Soares

Zuraida Maria de Almeida Soares faleceu a 8 de fevereiro de 2020.

Zuraida Soares, nasceu em Lisboa, a 26 de julho de 1952. Foi mãe de quatro filhos.

Na adolescência, fixou-se na cidade de Espinho, onde concluiu os estudos secundários. Licenciou-se em Filosofia na Universidade Católica, no Porto. Posteriormente formou-se em Ciências da Educação e pós-graduou-se em Filosofia Contemporânea e Medieval.

Desde cedo empenhou-se na intervenção cívica e política. Na Universidade, empenha-se na luta antifascista, o que lhe cria dissabores com a PIDE.

Em Braga, onde viveu parte importante da sua vida, foi fundadora da Associação Arco-Iris - associação a que viria a presidir. Aproxima-se da política partidária e adere à Política XXI, um dos partidos fundadores do Bloco de Esquerda.

Foi professora do ensino secundário durante 23 anos. Em 1995 chegou aos Açores para lecionar na Universidade dos Açores. Anos mais tarde assume a direção do Centro Comunitário de Apoio ao Imigrante da Cresaçor.

Em 1998 foi um dos rostos principais, nos Açores, da luta pela despenalização da Interrupção Voluntária da Gravidez, no referendo desse mesmo ano.

Na altura, foi perseguida, tendo mesmo sido brutalmente agredida, numa noite à porta de sua casa – o que a levou à urgência hospitalar – tal, no entanto, não a remeteu ao silêncio, nem a impediu de continuar a sua luta.

Aderiu ao movimento que faz nascer o Bloco de Esquerda, do qual é fundadora. No Bloco de Esquerda foi Coordenadora Regional entre 2004 e 2014 e entre 2016 e 2018. Foi membro da Mesa Nacional do partido por diversos mandatos e da Comissão Política Nacional entre 2014 e 2016.

Foi eleita deputada regional, pela primeira vez em 19 outubro 2008, tendo sido reeleita em 2012 e em 2016. Deixou a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a 20 de setembro de 2018.

Enfrentava o debate parlamentar com paixão, acutilância, inteligência e tantas vezes com humor, e era reconhecidamente uma parlamentar de exceção.

Era feminista, defensora das minorias, dos direitos individuais e da cultura. Lutou intransigentemente contra todas as injustiças. Defensora da Liberdade e da Democracia, defendeu sempre os Açores, terra que fez sua, e a Autonomia enquanto meio para construir uma região mais justa.

Na sua última intervenção nesta casa terminou, afirmando: “Não há nada que dê mais colorido e força à vida do que lutar por uma sociedade mais digna, mais democrática, mais humana, mais tolerante, mais decente, e sobretudo, no fim, por uma sociedade e por uma terra sem amos”.

Foi com esse espírito que travou as mais diversas lutas, tantas vezes emprestando a sua voz a quem não a tinha. Da mesma forma travou a sua última batalha.

Dotada de uma invulgar inteligência, a que se juntava uma grande alegria de viver e uma combatividade e perseverança inigualáveis, marcou-nos a todos de forma indelével e inspiradora.

Assim, nos termos regimentais e estatutários aplicáveis, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprova um voto de Pesar pelo falecimento de Zuraida Maria de Almeida Soares

Do presente voto deverá ser dado conhecimento à sua família.

Horta, Sala das Sessões, 11 de fevereiro de 2020

Presidente: As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O voto anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Faremos agora um minuto de silêncio.

Após a votação seguiu-se um minuto de silêncio.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estevão pede a palavra para?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Solicitar um intervalo de 15 minutos.

Presidente: É regimental, regressamos dentro de 15 minutos.

Eram 10 horas e 21 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos então dar continuidade aos nossos trabalhos.

Eram 10 horas e 43 minutos.

Presidente: Entramos agora na Agenda da Reunião, o primeiro ponto é o **Debate de Urgência sobre “Transporte Marítimo de Mercadorias”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.

Regem esta matéria os artigos n.º 185.º e 186.º do nosso Regimento. Os tempos foram definidos pela Conferência de Líderes e estão assim distribuídos: O interpelante, PS e Governo Regional dispõem de 32 minutos, o PSD 24 minutos, o Bloco de Esquerda 12 minutos, o PCP e PPM 10 minutos e a Deputada Independente 5 minutos.

Para abrir o debate tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária e Membros do Governo:

Numa Região como a nossa é fundamental que exista uma rede de transportes marítimos dimensionados às necessidades das nossas ilhas e da nossa economia e que seja capaz de fortalecer as transações comerciais, a competitividade dos nossos produtos, a qualidade de vida dos açorianos e a nossa economia.

Contudo, e quem diria, 45 anos praticamente de autonomia em que tivemos os nossos destinos na mão, essa não é essa a nossa realidade:

Observando a flagrante e sistemática incapacidade do atual sistema de cabotagem insular responder às necessidades do nosso comércio retalhista que está, cada vez mais vezes, de prateleiras vazias de alguns produtos essenciais.

Olhando para a realidade das nossas empresas que a cada atraso de receção ou escoamento de mercadoria perdem previsibilidade na operação;

Atentando na incapacidade do atual modelo de transporte marítimo de mercadorias responder a fatores conjunturais, como as greves portuárias e as avarias de navios, que prejudicam a atividade económica e comprometem o regular abastecimento de bens essenciais às nossas ilhas;

É hoje evidente que os governos da nossa autonomia falharam num setor estratégico fundamental para a dinamização económica das nossas ilhas, para a

criação de emprego e para a fixação das nossas populações, 45 anos de autonomia.

É hoje evidente que o atual modelo de transporte marítimo de carga não ajuda a nossa economia e não responde às necessidades da Região e dos Açorianos, depois de 45 anos de autonomia.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

No CDS entendemos que, no quadro da nossa autonomia, e após 45 anos, os transportes constituem, ou deviam constituir, um pilar fundamental da concretização do princípio da solidariedade nacional e do princípio da continuidade territorial.

Não compreendemos, por isso, que o Governo da República, ou os Governos da República, tenha definindo a cabotagem insular como serviço público e restrinja o acompanhamento das operações a um mero observatório de informação sem que garanta a sua efetiva realização.

Não compreendemos, por isso, que as greves de operadores portuários comprometam a satisfação de necessidades sociais impreteríveis na Região, como o regular abastecimento das nossas populações, sem que sejam tomadas as medidas indispensáveis para responder às necessidades mínimas das nossas ilhas.

Não compreendemos, por isso, que uma avaria de um navio se traduza numa longa e imprevisível espera para a atividade económica da nossa região, sem que estejam pré-configurados os devidos recursos de contingência que permitam rapidez na normalização das operações. É incompreensível que isso não exista.

Deputado Alonso Miguel (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Não compreendemos, por isso, que a Secretária Regional dos Transportes, aqui presente, tenha afirmado que o Governo defende o atual modelo de transporte de mercadorias, quando, na Região, Conselhos de ilha,

associações representativas do comércio e empresários, declaram a necessidade de procurar soluções perante a sua reconhecida desadequação.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Em democracia é essencial que todos sejamos capazes de olhar acima dos interesses imediatos e construirmos as pontes necessárias para a edificação de uma Região economicamente mais forte e mais capaz.

Deputado Alonso Miguel (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: É nesse sentido que voltamos a apresentar nesta Assembleia, à semelhança do que fizemos no passado, em 2015 e em 2018, um projeto de resolução que recomenda ao Governo Regional que realize um estudo de viabilidade económica, de diferentes modelos de transporte marítimo de mercadorias, que contemple o transporte do continente para os Açores e a distribuição da carga inter-ilhas.

Parece-nos que um novo estudo de transportes nos Açores se impõe que seja feito.

Para o CDS, se continuarmos a ter um sistema de transportes de mercadorias, de uma maneira geral, que ignora as necessidades do nosso desenvolvimento e falha, muitas vezes, na garantia de serviços indispensáveis às nossas populações, estamos a comprometer o futuro. É necessário estudar o tema dos transportes como nós já aqui defendemos no passado e com convicção.

Para o CDS, um modelo de transportes marítimos que resolva as questões logísticas das mercadorias, mas também articulado com os outros meios de transporte, que seja capaz de responder ao presente e perspetivar o futuro é, para nós, condição fundamental para o desenvolvimento económico e para a coesão territorial e social dos Açores.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Secretária Regional.

(*) **Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas** (*Ana Cunha*): Sra. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Sras. e Srs. Deputados, Meus Colegas de Governo:

Este tem sido, conforme resulta também da intervenção do Sr. Deputado Artur Lima, um tema recorrente e que tem gerado debate e que dificilmente gerará consenso.

O CDS-PP tem insistido nesta alegada necessidade de realizar um estudo que permita avaliar um modelo alternativo de transporte. Sem mais, estude-se um modelo diferente deste, esclareça-se que não estou a criticar ou a julgar, estou a constatar.

O CDS-PP também não nos diz o que entende que está mal no atual modelo. O que leva a alegada necessidade de encontrar um modelo diferente do atual?

Ora, o modelo atual, no entender do Governo dos Açores, tem a virtude de conciliar, de forma satisfatória, os interesses das diferentes ilhas e, por conseguinte, dos Açores, permitindo o abastecimento regular das ilhas mais pequenas, que, atenta a sua dimensão, não teriam a frequência de escalas que hoje têm, sem qualquer custo para o erário público

O regime da cabotagem nacional fixado por diploma legal, entre outras, fixa as seguintes obrigações:

- Efetuar ligações semanais entre o continente e a Região Autónoma dos Açores e vice-versa;
- Estabelecer itinerários que garantam uma escala quinzenal em todas as ilhas com meios adequados;
- Praticar fretes iguais entre o continente e cada umas das ilhas;
- O transporte marítimo de mercadorias entre o continente e a Regiões Autónomas e vice-versa;

Entre os portos da Região Autónoma dos Açores e os portos das ilhas da cada uma das Regiões Autónomas é livre para os armadores, desde que os navios cumpram determinados requisitos e desde que os armadores satisfaçam, entre outras, as seguintes condições:

- Efetuem ligações semanais entre os portos do continente e os portos da Região Autónoma dos Açores em que opera;
- Cumpram itinerários previamente estabelecidos;
- Estabeleçam itinerários que garantam uma escala quinzenal em todas as ilhas com meios adequados;
- Garantam que o tempo de demora da expedição da carga entre a origem e o destino não ultrapassa os sete dias úteis, exceto em casos de força maior;
- Assegurem que a carga contentorizada é sempre desconsolidada no porto de destino, salvo em casos de força maior;
- Pratiquem para a Região Autónoma dos Açores o mesmo frete, para a mesma mercadoria, independentemente do porto da ilha a que se destinam.

Presentemente a ligação marítima entre o continente e os Açores efetua-se através de duas ligações por mês a Vila do Porto, três ligações semanais a Ponta Delgada, três ligações semanais a Praia da Vitória, duas ligações por mês à praia da Graciosa, uma ligação semanal às Velas de São Jorge, uma ligação semanal a São Roque do Pico, uma ligação semanal à Horta e duas ligações semanais às Lajes das Flores.

Em relação à ligação marítima entre o continente, Açores e Madeira esta é realizada uma vez por mês.

Neste momento, encontram-se a operar na cabotagem insular sete navios, como forma de dar resposta às necessidades, seja pelo incremento da procura, seja como aconteceu recentemente, por fenómenos de mau tempo, avarias e outros imponderáveis.

Por seu turno, no tráfego local encontram-se a operar seis embarcações de três empresas regionais. De acordo com o artigo 7.º e 8.º do Decreto-Lei n.º 7/2006, de 4 de janeiro, que regula o transporte marítimo de passageiros de mercadorias na cabotagem insular, a autoridade de mobilidade de transportes deve acompanhar as condições de realização do transporte marítimo, avaliar o cumprimento das obrigações do serviço público, identificar a existência de situações de perturbação grave do mercado e sugerir medidas adequadas para a sua correção, propostas pelo observatório de informação, no qual os Açores têm um representante, o Sr. Diretor Regional dos Transportes.

O governo também faz um acompanhamento de transporte de mercadorias e dialoga, com muita regularidade, com os armadores e empresas de tráfego local. Paralelamente, dialogamos no sentido de se melhorar a previsibilidade do serviço para obter uma maior observância dos itinerários publicitados, sem prejuízo, naturalmente, de poder haver situações suscetíveis de comprometer essa previsibilidade, como sejam razões de ordem técnica, operacional ou meteorológica.

Sabemos que, como em qualquer outro processo, há falhas e há percalços. Por mais perfeito que seja o modelo, e não estou a dizer que o seja, na prática, há e haverá sempre imponderáveis.

Permitam-me constatar o óbvio, mas que há muito boa gente que se esquece por vezes precisamente do óbvio, vivemos no meio do mar, em nove ilhas magníficas, todas de dimensões diferentes e de características diversas. É óbvio? Para mim é! Mas também é o que nos define e condiciona e deve estar sempre presente na nossa memória.

Esta nossa realidade faz e fará sempre com que a mercadoria demore alguns dias a chegar, com que, pontualmente, o mau tempo e as avarias, que também acontecem - os navios são máquinas -, atrasem a operação.

Quando alguns defendem que é necessário um novo modelo que traga mais previsibilidade, assumem um equívoco, já que os desvios aos itinerários publicados se prendem, na sua grande maioria, com as condições de mar e essas são externas a qualquer modelo, como, de resto, são também outras causas objetivas, tais como greves, avarias, ou logística portuária.

Mas há uma acusação que não podem fazer ao Governo Regional dos Açores, a de não ter estado sempre disponível para estudar o aperfeiçoamento do modelo.

O Governo esteve e está recetivo a analisá-lo e a debatê-lo em conjunto com os vários operadores existentes na Região, e, posteriormente, implementar aperfeiçoamentos que tragam maior benefício às populações, de forma a potenciar este serviço para todas as ilhas e de forma a reduzir os custos de contexto no modelo global marítimo da Região.

Será possível introduzir alterações no atual modelo, mas há premissas de que não abdicamos, não podemos abdicar do abastecimento garantido a todas as ilhas, com uma periodicidade estabelecida e a um preço igual para todas as ilhas, esta é uma das premissas que não abdicamos.

Nesta, como noutras hipóteses, em momento algum podemos sequer pôr a hipótese de comprometer a coesão regional. Continuamos, pois, a defender que este modelo pode e deve ser melhorado e aperfeiçoado. Não pomos sequer, de parte, a hipótese de estudar outro modelo alternativo, mas, para tal, será necessário garantir a existência de um consenso entre ilhas, operadores, representantes das câmaras do comércio e da indústria, entidades representativas dos diversos setores da sociedade de cada uma das nossas ilhas. Já o disse em sede de Comissão, no verão de 2018 e isso, até agora, não foi possível alcançar. Sabe-o bem esta Casa que os ouviu todos, terão certamente ainda presente todos os pareceres obtidos no âmbito dessa última inquirição sobre este tema.

Acresce que o Governo já tem em fase a elaboração de um Plano de Transportes, para o período 2021-2030, conforme também já tive a oportunidade de anunciar.

Esse Plano tem por objetivo ser o instrumento de planeamento do próximo ciclo de investimentos estratégicos, para fazer face às necessidades e desafios da próxima década.

No decorrer do processo de elaboração deste Plano será promovida uma ampla consulta aos setores económico, social e político, de forma aberta e participada, de modo a refletir as escolhas da Região, não só relativamente aos grandes investimentos estruturantes a realizar, como também às grandes linhas gerais de atuação nas diferentes áreas dos transportes: aéreos, marítimos e terrestres.

Estamos assim a trabalhar e a prosseguir o caminho traçado e vamos continuar o nosso caminho.

Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária Regional.

Vamos passar então ao debate propriamente dito. A Mesa já tem algumas inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

Deputado João Paulo Corvelo (PCP: Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Este tema é trazido a debate neste Plenário recorrentemente, como não podia deixar de ser, até pela importância do assunto para a Região cujo problema principal tem a ver com os transportes.

Entender os transportes como uma mera área de negócio a ser explorada única e exclusivamente em função da obtenção de lucro e não como sendo um setor que

cumpre uma função social de tal forma relevante e fundamental na organização da vida social, política e económica da Região, será sempre um erro grave que a todo o custo tem de ser evitado.

Como já por diversas vezes o salientámos, e a própria História vem provar, o normal funcionamento da Região e o seu desenvolvimento socioeconómico harmonioso exigem uma política de transportes coerente e tal apenas é atingível se a Região tiver meios de atuação que garantam a regularidade dos transportes entre as nove parcelas da Região e desta com o exterior.

Qualquer política de transportes que efetivamente sirva a Região, para além de atender à totalidade das nossas ilhas tem de ter como base as necessidades específicas de cada uma das nossas ilhas e tal só é possível ouvindo e acolhendo as opiniões, designadamente do poder mais próximo das populações.

O necessário acompanhamento e a audição dos representantes eleitos pelas populações são também essenciais para o constante aperfeiçoamento do serviço prestado ao nível dos transportes marítimos.

Devemos ter presente que o atual modelo de transportes marítimos, em que a cabotagem insular é realizada por três operadores, a Transinsular, a Mutualista e a Boxlines, os quais, supostamente, fazem o transporte direto do continente à ilha de destino, acarreta custos demasiado elevados, que penalizam a competitividade das nossas empresas.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma questão que, não estando, efetivamente, explícita, está implícita tem a ver com a questão que ciclicamente aparece na agenda política regional e que é a criação das plataformas logísticas. Portanto, penso que não temos dúvidas relativamente a esta questão. Sabemos perfeitamente que alguns empresários vêm defendendo a criação de plataformas logísticas e, portanto, na interpretação legítima que o CDS faz destas questões, traz esta questão associada e, portanto, não podemos deixar de a referenciar.

A questão das plataformas logísticas, é bom que tenhamos consciência disto, é que elas podem ser duas ou uma. Ou nenhuma, mantendo o modelo como está e, eventualmente, introduzindo algumas melhorias.

Portanto, se as plataformas logísticas forem criadas, possivelmente o resultado disso é que desaparecem as obrigações dos operadores nos transportes entre os Açores e o continente. Porque no atual modelo qualquer operador pode entrar no mercado. Sendo que as obrigações desses operadores são “cumprir itinerários previamente estabelecidos, efetuar ligações semanais entre o continente e a Região e toques, pelo menos, quinzenais em todas as ilhas e que a demora não ultrapasse os sete dias úteis, assegurar a continuidade durante, pelo menos, dois anos, praticar o mesmo valor no frete para cada uma das Regiões Autónomas e só descontentorizar no porto de destino”, conforme consta no Regime Jurídico aplicável à cabotagem marítima.

Portanto, isto até na prática é já um modelo liberalizado aqui com apenas algumas obrigações até muito reduzidas e a Região não tem qualquer custos, uma vez que é liberalizado, com o transporte marítimo de mercadorias para a Região, porque nada paga aos operadores que fazem este serviço, o que permite liberdade para se articularem entre si, com reflexos positivos até ao nível dos preços. Há aqui um modelo, apesar de, na nossa opinião, precisar certamente alguns acertos, mas ele tem vindo a servir de uma forma razoável a Região.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PCP não está fechado a que haja acertos no modelo de transporte de mercadorias por via marítima nos Açores e não temos nada contra a realização de um estudo, até consideramos que esse estudo deve ser feito, e estamos abertos a ajustamentos e até a alterações no atual modelo de transporte de mercadorias por via marítima nos Açores, embora coloquemos algumas questões de princípio.

Qualquer alteração deve garantir que não há redução de frequência para qualquer uma das nossas ilhas e qualquer alteração que possa vir a ser feita deve garantir uma redução dos custos.

Estas são duas condições que o PCP põe à partida para qualquer alteração que eventualmente possa vir a acontecer, num futuro, relativamente ao transporte marítimo de mercadorias para a Região, para todas as nossas nove ilhas.

Na opinião do PCP, o atual modelo de transporte marítimo de mercadorias necessita de alguns ajustamentos, mas tem servido razoavelmente, sendo então necessário efetuar os necessários cuidados, mas cuidando sempre que seja assegurado o desenvolvimento harmonioso das nossas nove ilhas.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Mendes tem agora a palavra.

Deputado Paulo Mendes (BE): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em democracia nunca se justifica o virar as costas ao debate sobre o quer que seja, e a situação do transporte marítimo de mercadorias, na Região, não é, decerto, a exceção.

O atual modelo de transporte marítimo de mercadorias é tão conhecido como contestado e, nós nunca nos furtámos a debatê-lo e reconhecemos, por, pelo menos, duas ocasiões, a necessidade de testá-lo, se assim for necessário, nem que para tal se tenha de proceder a um estudo comparativo entre vários modelos.

Contudo, também reconhecemos a intenção de alguns – a começar pelo atual presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo – em aproveitar os constrangimentos do abastecimento marítimo de mercadorias às ilhas das Flores e do Corvo para colocar em causa, mais uma vez, o atual modelo, como se outro qualquer modelo pudesse ter evitado os danos ocorridos ou tivesse, apesar

desses mesmos danos, possibilitado um regular abastecimento de mercadorias ao grupo ocidental.

Assim como estamos abertos à possibilidade de alterar o atual modelo ou até mesmo a substituí-lo por outro, não deixamos de insistir na importância da manutenção de obrigações de serviço público que garantam uma região sem ilhas de primeira e de segunda.

Não prescindimos da garantia de previsibilidade, regularidade, frequência e capacidade de serviço no transporte, em todas as suas modalidades.

Deputado José San-Bento (PS): Os senhores querem mudar, mas querem que fique tudo na mesma!

O Orador: Assim, qualquer alteração ao atual modelo, ou a criação de um novo modelo que substitua o atual, só poderá melhorar o cumprimento destes requisitos e conseqüentemente a coesão social e territorial da Região.

Se o atual modelo é o ideal e se agrada a todos os agentes envolvidos, cremos que não. Porque somos sensíveis às críticas e, sobretudo, às insuficiências na prestação do transporte marítimo de mercadorias, mas reconhecemos que o atual modelo impõe condições conducentes à periodicidade, ao cumprimento de itinerários que atendem às diferentes necessidades sentidas pelas várias ilhas do arquipélago e permite a realização de operações, independentemente das taxas de ocupação.

São requisitos que não agradam aos intervenientes no mercado. Certamente que não. É natural que não agrade, porque tenta dar resposta a ilhas cuja dimensão não se compadece com ganhos significativos para os operadores.

Não deixa também de ser verdade que se, certamente, não agrada aos operadores, estes continuam, apesar de tudo, a operar na Região, apesar das condições tão contestadas.

Sabemos que um modelo para os transportes marítimos de mercadorias nunca poderá atender, única e exclusivamente, a razões e critérios de cariz técnico ou

da simples lógica da oferta e da procura ancorada ao efeito escala da economia, o que resultaria na concentração de tráfego não em três portos, nem mesmo em dois, mas num único porto, precisamente o de Ponta Delgada, onde se concentra 65% das mercadorias transportadas para a Região.

Não é, pois, por acaso que o atual PROTA, aprovado em 2010, apresentado nesta Casa, sob grande contestação, cujo autor foi o então Secretário Regional do Ambiente e do Mar e atual presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, inscreve o porto de Ponta Delgada como plataforma logística à escala regional secundarizado pelo porto da Praia da Vitória.

Denunciámos, à época, o PROTA como um instrumento de planeamento centralizador e não percebemos como o Partido Socialista pode apoiar simultaneamente este plano e defender a natureza descentralizadora do atual modelo? Será que tal como se encontra sugerido no atual programa do Governo, preparam-se alterações ao atual modelo, conformando-o à lógica das plataformas logísticas do PROTA?

Esta eventual mudança do paradigma e da política que norteia o transporte marítimo de mercadorias faz perigar a coesão da Região e adultera o princípio basilar da Autonomia.

Não estamos perante suspeitas infundadas, até porque sensivelmente no mesmo período em que o então Secretário Regional do Ambiente e do Mar preparava o atual PROTA, surgiu um estudo muito conveniente para a centralização da distribuição de mercadorias na Região em plataformas logísticas. Referimo-nos a um estudo sobre o transporte marítimo integrado, realizado pela BMT Transport Solutions, encomendado pelo Governo Regional, o qual preconizava a criação de uma plataforma de baldeamento de mercadorias e o consequente cancelamento de rotas com reduzido nível de procura.

Também não é, por acaso, que surgiu há um ano, uma proposta para permitir o prolongamento do prazo de concessão dos portos na Região até 70 anos, o que

dará azo, não só a privatizações encapotadas de portos, como também incentivará a entrega da atividade portuária de maior dimensão a multinacionais do setor, adubada como é de costume com financiamento público e com o correspondente maior proveito económico, ao passo que a atividade portuária das ilhas de coesão, com proveito nulo ou até mesmo prejuízo, se manterá na esfera pública e com serviços mínimos.

Os portos de maior dimensão serão convertidos em plataformas logísticas para a distribuição de mercadorias entregues aos critérios do negócio que decidirão sobre o abastecimento às restantes ilhas. Dessa forma, reforçar-se-á a velha ideia das ilhas de cima e as ilhas de baixo e assumir-se-á, por um lado, a falência definitiva de um modelo socio-económico de desenvolvimento harmonioso e, por outro lado, apostar-se-á tudo no modelo de comboio puxado por uma locomotiva traduzida para o transporte marítimo de mercadorias nas plataformas logísticas.

Conjugam-se vontades para continuar, não só a liberalizar serviços públicos, como também para os desregular e, por conseguinte, apontam-se baterias para as obrigações de serviço público, tidas como o inimigo público número um.

Há quem defenda que o problema resida na não compensação às empresas para cumprirem as obrigações de serviço público, quando, afinal, estas mesmas empresas continuam interessadas em operar num mercado de reduzida dimensão e a cumprir obrigações que passam por abastecer diretamente ilhas como as Flores, Graciosa e Santa Maria.

Parece que, para alguns, tudo funcionaria bem para todos se centralizasse, em um ou dois portos, a distribuição de mercadorias para várias ilhas.

Tivemos notícias muito recentes sobre o não abastecimento atempado, não às Flores e ao Corvo, mas desta vez à ilha Terceira, justamente a ilha que, na opinião de alguns, iria secundar o porto de Ponta Delgada na distribuição de mercadorias pelas restantes ilhas. Ora, se a Terceira estivesse encarregada de

receber mercadorias para distribuí-las pelas restantes ilhas do grupo central, e até mesmo ocidental, não só a Terceira estaria mal servida como as ilhas de que dela dependeriam ficariam à mingua.

É essa a política que se quer para a Região? A política que condena o centralismo, mas só quando o centro não é o nosso umbigo?

Tomemos em consideração o que se passa com o transporte aéreo de mercadorias. Também alguns espíritos mais iluminados defendem algo muito semelhante ao que defendem para o transporte marítimo de mercadorias.

Recentemente proporcionou-se a oportunidade de testar esse modelo, quando o concurso para a concessão deste serviço com imposição de obrigações compensadas de serviço público ficou deserto.

Não havendo concorrentes, surgiu, contudo, uma empresa privada interessada em desenvolver esse serviço, mas só para São Miguel com a perspetiva futura de que, a partir de São Miguel, se faria a distribuição para as restantes ilhas. Contudo tal operação foi um fiasco. Porque, de facto e comprovadamente, numa região com particularidades económicas e demográficas condicionadoras da criação de economias de escala, se um serviço como o transporte aéreo de carga for entregue à pura atividade comercial privada, sem a componente de obrigações de serviço público, será simplesmente impossível garantir a previsibilidade, a regularidade, a frequência e capacidade de serviço com ainda uma igualdade tarifária para todas as ilhas.

Não deixa de ser curioso que, apesar de ter sido aprovado, muito recentemente, o lançamento de um novo concurso para a concessão do transporte aéreo de carga sujeito a obrigações de serviço público, não o foi graças ao Partido Socialista, porque votou contra tal proposta.

Este também pode ser o momento para debater o futuro da internacionalização do transporte marítimo de mercadorias.

Depois daquela que foi uma promessa, afinal quebrada antes mesmo de ter sido feita – como foi o caso do projeto de GNL para o porto da Praia da Vitória - a criação de um Hub com dimensão internacional no porto da Praia da Vitória não pode ser mais uma «cenoura» para continuar a alimentar a esperança na criação de um polo de desenvolvimento capaz de compensar a destruição de emprego na base das Lajes.

O porto da Praia da Vitória, mesmo o comercial, não pode ser perspetivado como uma infraestrutura desligada do Acordo de Cooperação de Defesa em Portugal e nos EUA e, dessa forma, dos interesses associados à política externa dos EUA conjugados com a natureza da relação entre os EUA e o nosso país, o respetivo desequilíbrio de poderes acompanhado da eterna passividade do nosso país.

Nesse sentido, o futuro do porto da Praia da Vitória quanto à sua dinamização, os intervenientes e os investimentos só evolui consoante a vontade dos norte-americanos, a não ser que ocorra uma mudança de atitudes, quer da parte do Governo da República, quer do Governo Regional para quem até poderá ser inútil a prerrogativa autonómica de deter maior capacidade de intervenção no âmbito dos Acordos Internacionais que nos digam diretamente respeito, se a passividade se mantiver por parte do Governo da República para com os EUA. Não vamos especular sobre o *timing* escolhido para suscitar um debate sobre este tema e, mais importante do que isso, a intenção subjacente para operar mudanças no setor, até porque nunca é tarde, nem cedo para avaliar políticas de transporte na nossa Região, mas não somos ingénuos, por isso percebemos e sentimos a direção do vento das vontades, e não deixaria ser irónico que os constrangimentos no abastecimento de mercadorias, por via marítima, ao grupo ocidental servisse como *lev motiv* para inaugurar um conjunto de novas políticas de transporte que prejudicasse sobretudo essas mesmas ilhas.

Mais uma vez, para nós – Bloco de Esquerda – se a escolha for entre a sustentabilidade do privado e a coesão territorial, não temos dúvidas e apostamos numa região sem ilhas de cima e sem ilhas de baixo.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

Deputado António Vasco Viveiros (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária e restantes Srs. Membros do Governo:

O presente debate de urgência afigura-se da maior importância, porquanto o transporte marítimo constitui o principal sistema de movimentação de mercadorias dentro da Região e com o exterior, sendo por isso essencial à competitividade das nossas empresas e ao abastecimento dos consumidores açorianos.

Pelas nossas características geográficas, este é e será sempre o principal meio de transporte de mercadorias.

Numa economia global, permanentemente em mudança, qualquer modelo ou sistema deverá periodicamente ser analisado e adaptado.

Mas a verdade é que o funcionamento do atual modelo não tem respondido às necessidades, quer quanto à regularidade do serviço, quer pelo seu custo.

A contestação tem sido muito elevada em diversas ilhas e em sucessivos momentos, mais recentemente dimensão, na Ilha Terceira, nas Ilhas do Triângulo e em São Miguel.

O governo como regulador, pouco faz no cumprimento das obrigações de serviço público.

Assume-se como mero expectador, reagindo apenas nos momentos de maior contestação, lançando novas, mas falsas promessas.

Os prejuízos acabam por ser suportados pelos açorianos e pelas suas empresas.

Há muito tempo que as associações empresariais perceberam e concluíram pela necessidade de refletir sobre um novo modelo de transporte marítimo de mercadorias.

Mais uma vez, só quem assim não entende é o governo e o partido socialista.

Recordamos a iniciativa do CDS que teve o apoio do PSD, inviabilizada em julho de 2018 neste Parlamento pelo Partido Socialista, que propunha a realização de um estudo do atual modelo e de eventuais alternativas.

A resistência a qualquer alteração é de tal grandeza que em sede de Comissão de Economia, o Partido Socialista inviabilizou as audições de técnicos e especialistas na matéria que haviam sido propostas pelos partidos da oposição no âmbito daquela iniciativa.

Foi a arrogância que marcou uma legislatura, mas que agora no seu final se tenta esconder com aparentes, mas falsas intenções de diálogo.

Num modelo que funciona há cerca de 20 anos, apenas com alterações residuais, é quase obrigatório estudar, analisar e equacionar todas as alternativas.

É quase impossível, agora que se discute mais uma vez esta matéria, não recordar o processo de alteração do modelo de transporte aéreo de passageiros concretizado em 2014, em que as resistências de muitos protagonistas e decisores políticos regionais, afinal tinham como causas próximas o mero desconhecimento das novas realidades que ocorriam no mercado da aviação comercial.

Deputado Francisco César (PS): São pressupostos!

O Orador: Alguns, associavam o desconhecimento a objetivos aparentemente ocultos, como a proteção da SATA, sem terem consciência do que eram os interesses superiores da nossa economia e da mobilidade dos açorianos que estavam em causa.

Com aquela postura, os responsáveis (ou irresponsáveis) políticos adiaram por cerca de 10 anos os benefícios de um novo modelo de transporte aéreo de passageiros, sem o qual os Açores hoje estariam porventura ainda na pior crise económica da era autonómica.

Planear os transportes na sua globalidade e em todas as suas vertentes, definir uma estratégia regional nesta área, como instrumento fundamental da competitividade da economia açoriana e da mobilidade dos açorianos, deve ser a principal responsabilidade do membro do governo que tutela este setor e uma das principais responsabilidades do governo globalmente.

Esse processo passa obrigatoriamente pelo diálogo com os agentes económicos e seus representantes.

A possibilidade de qualquer estudo vir a recomendar a alteração do atual modelo amedronta este governo pela sua incapacidade de decisão numa matéria sensível.

Sra. Presidente, Sra. e Srs. Deputados:

Apesar da propaganda oficial, o investimento (Formação Bruta de Capital Fixo) na Região situa-se em valores muito baixos.

Utilizando o indicador do peso relativo do investimento no PIB, no contexto europeu, Portugal tem atrás de si apenas a Grécia e o Reino Unido (este por razões conjunturais), enquanto que os Açores estão ainda com valores inferiores ao País.

Por conseguinte, assume primordial importância o Investimento na economia e, apesar do governo afirmar que temos o melhor sistema de incentivos às empresas, algo se afigura errado em matéria dos custos de contexto.

Os custos de contexto correspondem a efeitos negativos decorrentes de regras, procedimentos, ações e/ou omissões que prejudicam a atividade das empresas e que não são imputáveis ao investidor, ao seu negócio ou à sua organização.

Em Portugal os custos de contexto são demasiado elevados.

Na última edição do Relatório da Competitividade Global, do World Economic Forum, Portugal ficou particularmente mal posicionado no indicador “peso da regulamentação governamental”, ocupando um pouco invejável 94º lugar entre as 140 economias que integram este estudo.

Neste cenário nacional já negativo, nos Açores o custo do transporte marítimo de mercadorias constitui um custo de contexto adicional muito relevante, recentemente agravado com a nova taxa sobre o combustível no frete marítimo, sendo por isso fundamental refletir e procurar modelos alternativos.

Esperamos que o governo perante mais episódios do mau funcionamento do modelo de transportes marítimos de mercadorias, finalmente, reconheça esta realidade e que atue na procura de novas soluções que possam beneficiar as nossas empresas e a economia açoriana.

Muito obrigado.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito obrigado, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados:

Sra. Secretária Regional o CDS não diz, o CDS trouxe aqui as legítimas preocupações dos comerciantes e da população dos Açores. Eles é que dizem e nós trazemos aqui as preocupações que são dos comerciantes, das associações de comércio, dos conselhos de ilha, como eu já referi, e nós aqui já várias vezes trazemos, por duas vezes, uma proposta.

E Sra. Secretária concordará comigo com certeza que já não é apenas um problema do Corvo ou das Flores, ou de São Jorge, quando esse problema já se

põe em São Miguel e já se coloca na Terceira, da falta de bens perecíveis não chegarem a tempo e horas, algo está mal.

Quando nunca há previsibilidade do dia a que o navio chega, porque houve uma altura, no início deste processo, que sabíamos que o navio chegava à terça-feira e chegava sempre porque permitia depois os comerciantes programarem a sua vida para a distribuição de mercadorias, quando assim tinha de ser.

Agora nunca sabem a que dia chega o navio, um dia vem na terça, outro dia vem na quinta, não é esta semana, para a semana vem no sábado e isto passa-me em São Miguel, passa-se na Terceira, passa-se em qualquer ilha dos Açores.

E portanto, Sra. Secretária, essa dita comissão que o Sr. Diretor Regional faz parte, a avaliar pelas declarações dele ao telejornal, na semana passada, eu acho que ele realmente não faz parte de nenhuma comissão porque ele diz que “o governo não tem nada a ver para aí, isso são negócios entre privados, eles que se entendam, que façam o transbordo de um lado para o outro, que se entendam...”, Sra. Secretária há coisas que têm que ser fiscalizadas, têm que ser corrigidas, têm que ser melhoradas e este modelo está visto que não funciona, mas também lhe digo mais e vou-lhe dizer uma coisa, Sra. Secretária, e nós já entregamos novamente um projeto de resolução para um estudo de mercadorias, mas devo-lhe dizer que já ontem estávamos a discutir isso e a ver e a analisar todo esse trajeto de coesão territorial, do transporte de pessoas e bens, da mobilidade dos passageiros e já agora, aproveito também para agradecer a referência do sr. deputado António Vasco à proposta do CDS, mas também dizer-lhe que pode transmitir ao seu líder, recentemente eleito, José Manuel Bolieiro, que o modelo social de mobilidade não foi proposta de um governo da responsabilidade do PSD, foi proposta de um governo da responsabilidade do PSD e do CDS, não custa nada ser correto e num congresso, sobretudo, fazer essa referência e portanto, vamos ser corretos nessa matéria.

Deputado José San-Bento (PS): E o Ministro era do CDS!

O Orador: Relativamente, é preciso fazer aqui uma reflexão sobre a coesão territorial nos Açores e para isso, Sra. Secretária, é preciso um modelo integrado de transportes, um célebre PIT, que foi aqui anunciado, nunca foi executado e portanto, o CDS vai melhorar a sua proposta que fez para dar entrada nesta Casa...nós já defendemos um avião cargueiro, tinha resolvido uma série de coisas....

Deputado Carlos Silva (PS): Ele já teve aí, mas voltou para trás!

O Orador: ... e portanto, é preciso, ao fim de 45 anos de autonomia, estudar um modelo eficaz de transporte de mercadorias e pessoas na Região Autónoma dos Açores, isso é absolutamente fundamental e toda a gente reconhece isso. E devo-lhe dizer, Sra. Secretária, que até agora, à insistência do CDS tem havido a resistência do PS.

Deputado Carlos Silva (PS): Isso não é bem assim!

O Orador: Eu espero que haja consenso nessa matéria, o PSD já mostrou disponibilidade, o PCP também, e portanto, que haja consenso de construirmos de facto, um modelo que possa servir os Açores e os Açorianos.

Há uma coisa muito interessante também que o sr. deputado Corvelo me há de explicar, é que querem o preço igual em todas as ilhas. O que eu não percebo é porque é que as mercadorias são mais caras nas Flores que são na Terceira? Isso é que eu não percebo. Se chegam ao mesmo preço, se o preço do frete é o mesmo porque é que no comércio as mercadorias são mais caras do que na Terceira.

Deputado Francisco César (PS): É a economia de mercado!

O Orador: Quem vai explicar é o sr. deputado Corvelo ou outros de outras ilhas também, que acham que este modelo lhes leva a mercadorias mais baratas e portanto, se esse modelo leva às mercadorias mais baratas, o preço também devia ser sensivelmente igual e não haver diferenças de 20 e 30%, por exemplo num iogurte, é outra coisa que tem que se explicar. Portanto, temos que analisar

todo esse processo porque é muito bonito dizer que queremos o barco aqui, para ter, como dizia a Sra. Secretária, o tarifário igual. O tarifário é igual, mas depois o consumidor final, o açoriano, aquele que paga, aquele que vai ao comércio, aquele que vai comprar paga mais. Portanto, isto é paradoxal, há qualquer coisa aqui que não funciona e nós temos de facto, que analisar isto de uma maneira global e de maneira que sirva melhor os Açores e sobretudo, que é uma das coisas que o CDS tem insistido também e que vale a pena aqui lembrar, o sr. deputado António Vasco Viveiros, que é a economia, o mercado interno.

Deputado Luís Maurício (PSD): Em 2012!

O Orador: Já fizemos propostas nesta Casa sobre esta matéria, dinamizar o mercado interno, em 2008 foi a primeira vez que o fizemos, foi dinamizar o mercado interno, e isso é fundamental que se faça com um bom sistema de transportes marítimos, aéreos e integrados sobretudo.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado André Rodrigues.

(*) **Deputado André Rodrigues (PS):** Obrigada, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

De facto, o Partido Socialista concorda com algumas das reflexões que já foram feitas aqui sobre o transporte marítimo e sobre o setor dos transportes e concorda com o CDS e com o Bloco de Esquerda, com o PCP, com o PSD quando referem que efetivamente, este é um setor fundamental, como é óbvio, para o nosso desenvolvimento económico, social da nossa Região, para o aumento da competitividade das nossas empresas e que isso leva indiretamente à melhoria da qualidade da nossa vida e é para isso que também o Governo Regional dos Açores do Partido Socialista trabalha todos os dias para garantir que os transportes sejam um setor cada vez mais eficiente, mais seguro e mais

regular, garantindo também uma melhoria na capacidade de mobilidade das pessoas e bens.

Falamos no transporte marítimo que é essencial para a nossa coesão regional, seja ela na vertente social, económica e territorial. E é por isso também que o Governo Regional ao longo dos últimos anos e continua e ainda neste plenário iremos aprovar um conjunto de investimentos que farão face a importantes investimentos necessários nas nossas infraestruturas para garantir que tenhamos outra vez transportes mais eficientes, mais seguros e mais regulares, como é o caso dos constrangimentos que temos com a situação do furacão Lorenzo.

E é nesse sentido que temos trabalhado naquilo que é da nossa competência, na modernização e qualificação das nossas infraestruturas portuárias, na dotação de meios disponíveis nessas mesmas infraestruturas por parte da Portos dos Açores e também através da Atlânticoline na melhoria da mobilidade das pessoas e viaturas.

Falamos essencialmente, nesta manhã de debate, de cabotagem insular e já foi referido pelos vários deputados, mas é necessário voltar a frisar isto, estamos a falar de um mercado liberalizado e sem subsidiação do Estado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas há serviço público!

Deputada Graça Silveira (Independente): Com obrigações de serviço público!

O Orador: O que existe, são sim, obrigações do serviço público que cada um dos operadores que queira entrar no mercado liberalizado tenham de cumprir, nomeadamente toques em todas as ilhas, preço igual para todas as ilhas e um conjunto de pressupostos que o Partido Socialista não está disponível para abdicar, da mesma forma que o PCP, ainda na sua intervenção, disse que não estaria disponível para abdicar, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E os bens?

O Orador: ... que o Bloco de Esquerda, também na sua intervenção, disse que não estaria disponível para abdicar e se formos a ver bem, ...

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Podemos melhorar! Não é isso que está em causa!

O Orador: ... quase todos esses partidos quando chegar a altura de decidir, não acredito que irão abdicar de praticar preços iguais para todas as ilhas, garantindo a coesão social, económica e a solidariedade que tem que existir entre todos os açorianos e também a garantia que todas as ilhas têm toques, garantindo a regularidade e o abastecimento de toda a nossa população.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Mas, como é óbvio, falamos de um mercado que tem constrangimentos e que tem dificuldades, sr. deputado Artur Lima, e não estamos aqui para branquear nada, mas também é preciso dizer que estes constrangimentos também têm a ver com o mercado, com a reduzida dimensão que o sr. deputado frisou, que é um mercado disperso, são nove ilhas, temos que servir nove ilhas, que existem diferenças substanciais entre as quantidades que são importadas e as quantidades que são exportadas e isso cria também dificuldades na programação de um modelo e de um sistema que garanta regularidade de abastecimento e preço igual em todas as ilhas.

Agora, aquilo que tem sido a posição do Partido Socialista é que, havendo um quadro regulamentar comunitário e nacional que define obrigações de serviço público que defendem a coesão regional, não diz que tem que ser cinco, seis ou sete navios, o que diz é que tem que haver...

O Partido Socialista o que disse foi que independentemente do modelo, se o modelo comporta mais ou menos navios, o que interessa é servir bem as populações das nove ilhas e são esses pressupostos que têm que ser assumidos aqui.

O sr. deputado Artur Lima disse que estava disponível para reformular a proposta que já apresentou duas vezes e recorro que das últimas duas vezes, o Partido Socialista votou contra porque o CDS não dizia efetivamente aquilo que queria e como queria e que pressupostos é que tinham que ser garantidos nesse mesmo estudo. Aliás, a sra. deputada Graça Silveira, na altura que fez a defesa deste mesmo estudo ...

Deputada Graça Silveira (*Independente*): Pressupostos num estudo?

Deputado Carlos Silva (*PS*): Não fez muito bem!

O Orador: ... nas suas audições, quando estava a fazer questões a Conselhos de Ilha, a operadores que defendiam as ilhas maiores, as questões eram colocadas de uma certa forma para alavancar a necessidade desse mesmo estudo. Quando estava a falar de ilhas de menor dimensão, com outros problemas, colocava as questões de outra forma para essas pessoas também dizerem que havia necessidade de se fazer o estudo. O problema é que os objetivos eram antagónicos uns com os outros e aquilo que o Governo Regional já disse e o Partido Socialista também já disse em discussões anteriores é que tem que ser muito bem clarificado para todos que é possível melhorar o modelo, consoante os estudos que queiram fazer e das várias vertentes desses mesmo modelos, mas garantindo sempre regularidade do abastecimento e preço igual para todas as ilhas, garantindo a nossa coesão regional.

Por último, devo dizer, sr. deputado Artur Lima ... Fez uma questão porque é que por exemplo o iogurte nas Flores teria um preço diferente de São Miguel. Aquilo que me dizem é que o preço do contentor é igual, mas se em São Miguel eu tenho capacidade para comprar cinco contentores de iogurtes, o preço que me fazem em Lisboa desses cinco contentores é um bocadinho diferente do preço de um contentor de iogurtes para as Flores. O contentor tem o mesmo custo de transporte, agora o produto que está lá dentro é que pode ter maior ou menor escala e maior ou menor valor, sr. deputado.

Relativamente àquilo que o PSD referiu sobre a não audição a alguns especialistas, sr. deputado António Vasco Viveiros, já tivemos esta discussão, na última vez que esta proposta esteve em análise na Comissão de Economia só fizemos 40 audições, só fizemos 40 audições a Conselhos de Ilha, a Câmaras de Comércio, a todos os setores da atividade, à agricultura, pescas a um conjunto de entidades que deram a sua opinião relativamente a esse mesmo estudo. E, portanto, vir aqui dizer que agente tem a arrogância de não querer ouvir pessoas quando ouvimos 40 pessoas....

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas quem é que disse isso?

O Orador: ... sr. deputado peço imensa desculpa, mas não corresponde, efetivamente, à verdade.

Depois e por último, Sra. Presidente, eu queria também referir aqui que se está a defender outros tipos de modelos, como se os futuros modelos eliminassem todos os constrangimentos do atual.

Então, mas o futuro modelo com menos barcos ou com mais barcos, que seja mais eficiente, vai eliminar os motivos meteorológicos? Vai eliminar do sistema as avarias dos navios?

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

O Orador: As avarias nos equipamentos?

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

O Orador: Os motivos de greves e os plenários? Não, srs. deputados. Há coisas que nós não conseguimos depois, ou seja, pra criarmos redundância para todas estas situações estamos é a aumentar o número de meios, tornar mais eficiente e ainda aumentar custos sobre este mesmo modelo.

E para terminar, Sra. Presidente, volto a dizer que o Partido Socialista está disponível para viabilizar vários estudos sobre o transporte de mercadorias, desde que sejam definidos os pressupostos, que sejam aceites por todas as pessoas e por todos os parceiros.

Estamos disponíveis para estudar sem pôr em causa a obrigatoriedade de toques em todas as ilhas, garantindo a regularidade do abastecimento da nossa Região. Não estamos disponíveis para abdicar do preço igual para todas as ilhas, garantia que é para a coesão social, económica e territorial da nossa Região Autónoma dos Açores.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Mais um pressuposto!

O Orador: Não abdicamos de garantir igualdade de todos os açorianos.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos fazer um intervalo.

Regressamos ao meio dia.

Eram 11 horas e 38 minutos.

Presidente: Peço que ocupem os vossos lugares.

Vamos recomeçar os nossos trabalhos.

(Após o intervalo, o Deputado Bruno Belo foi substituído na Mesa pelo Deputado Jorge Jorge)

Eram 12 horas e 11 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados vamos então dar continuidade ao debate de urgência requerido pelo CDS.

Está inscrita e dou a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

(*) **Deputada Graça Silveira** (*Independente*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária e restantes Membros do Governo:

A Sra. Secretária daquela tribuna disse que não percebia porque é que se debatia o atual modelo de transporte marítimo de mercadorias porque nunca tinha ficado claro qual é que era o verdadeiro problema do atual modelo.

Pois, devo-lhe dizer, Sra. Secretária, que este modelo além de ineficiente é imprevisível e é caro. A imprevisibilidade para além de prejudicar as empresas, prejudica grandemente os açorianos que ficam uma eternidade à espera que chegue a peça do carro que está por consertar ou os materiais da casa que está por acabar, ou até o vestido de noiva que, entretanto, chegou depois de casar.

(*Diálogo nas bancadas*)

A Oradora: Não é um caso, nem dois!

Em relação ao preço a Sra. Secretária disse que uma das obrigações dos operadores que estão na Região é de praticar o mesmo preço de frete, independentemente da ilha de destino. Ou seja, o contentor que sai de Lisboa, independentemente de ir para São Miguel ou de ir para o Corvo tem exatamente o mesmo preço de frete.

Isto não é preciso ser especialista para perceber que os custos de um frete de Lisboa para São Miguel são muito menores, quer por uma questão de economia de escala, quer pela própria distância do continente à ilha de destino.

E porque é que este modelo é caro? Porque sendo as empresas das ilhas de São Miguel e da Terceira a pagar a ineficiência deste modelo, estão no fundo a ser estas empresas, à custa de serem altamente penalizadas na sua competitividade, que estão a assegurar a coesão regional.

Deputado Carlos Silva (*PS*): Não é verdade!

A Oradora: Em relação a isso estamos todos de acordo. Ninguém aqui quer deixar as ilhas pequenas de fora, ninguém aqui quer prejudicar as ilhas

pequenas, agora o preço da coesão regional não pode ser pago pelas empresas que já estão com imensas dificuldades e que no fundo, a pagar um frete muito mais caro, é que estão a assegurar uma coesão regional que deveria ser asseguradas pelo Governo Regional e não é.

E por isso, é que contra tudo e contra todos o governo continua a afirmar que este é o modelo que melhor nos serve. Não Sra. Secretária, este é o modelo que melhor vos serve.

E já agora, em relação à diabolização do hub da Praia da Vitória porque no fundo o que se queria fazer ao alterar o modelo era criar um hub na Praia da Vitória, eu pergunto-lhe o seguinte: A Sra. Secretária afirmou que os operadores são obrigados, sempre, a desconsolidar a carga no porto de destino. Isto não é verdade. Ninguém acredita que vai um contentor cheio de mercadoria, que sai de Lisboa para o Corvo e que só vai ser desconsolidado, descontentorizado no Corvo. É obviamente desconsolidado em São Miguel e toda a gente sabe isso, mas mesmo que continuem que o argumento que o CDS quando estava a defender o modelo que achava que a carga era baldeada em São Miguel e não era, então pergunto-lhe: há uma semana atrás, no dia 5 de fevereiro, é notícia pública que a Sra. Secretária teve na inauguração do polo logístico da Transinsular em São Miguel, com uma área de capacidade de armazenagem de 2000 m² ...

Deputado Francisco César (PS): É incrível a iniciativa privada!

A Oradora: ... Não tem problema nenhum! Este polo logístico da Transinsular vai dar resposta ao megacentro logístico de São Miguel já feito há um ano atrás, pela empresa Bensaúde, pela Mutualista.

Portanto, já temos a Transinsular e a Mutualista com polos logísticos em São Miguel, só falta a Boxline ...

Deputado Francisco César (PS): E depois? E para a Terceira também!

A Oradora: ... que segundo é nota pública também, o grupo Sousa da Madeira que tem a Boxline já está com um projeto também para fazer um polo logístico em São Miguel, aliás, também segundo nota pública está a ser pensado e gerido pelo sr. ex diretor regional Luís Quintanilha. Portanto, os três operadores da Região já têm polos logísticos em São Miguel, se isto não se chama um hub logístico em São Miguel, o que é que se chama Sra. Secretária?

Muito obrigada.

Deputado Francisco César (PS): A economia de mercado é muito chata!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estevão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quero começar por felicitar o CDS-PP em relação a este debate de urgência que foi proposto nesta Casa, em relação ao transporte marítimo de mercadorias.

É um tema que o grupo parlamentar do CDS tem vindo a debater ao longo destes anos e, como aqui foi bem referido por várias bancadas, é uma área que tem propostas realizadas e devo dizer que cada vez se torna mais premente olhar para esta questão como uma questão que importa aperfeiçoar.

Não vale a pena dizer que o modelo funciona, que está ótimo porque não está, tem dificuldades, é um modelo que, neste momento, necessita de ser devidamente analisado e aperfeiçoado porque já demonstra, como todas as coisas, nada é eterno, há circunstâncias que mudam, quer do ponto de vista económico, quer do ponto de vista dos condicionalismos externos, quer do ponto de vista tecnológico e portanto, há um conjunto de mudanças que devem ser efetuadas e portanto, em relação ao que aqui foi dito eu quero dizer que, da parte do PPM, nós acompanhamos essas preocupações.

Quero aproveitar este tempo de debate para, no seu âmbito, referenciar o caso específico da ilha do Corvo. O caso da ilha do Corvo e agora as pessoas que

estão afetadas nas ilhas dos grupos oriental e central também se apercebem, com umas semanas de atraso, das dificuldades que isto cria à vida económica e que cria às populações e aos empresários. Agora, imaginem as dificuldades que as ilhas das Flores e do Corvo estão a enfrentar ao longo deste tempo. Nós, até há bem pouco tempo, estivemos 50 dias, 50 dias sem abastecimento marítimo de mercadorias e isto significa uma enorme dificuldade para as populações e isto significa também enormes dificuldades do ponto de vista económico para a ilha do Corvo.

Agora é possível provar aquelas que eram as nossas dificuldades e as nossas necessidades. Quando se falava de um abastecimento por parte da força aérea de 4 toneladas, vejam bem o que é que isto significava, tendo em conta que a viagem que foi realizada ao Corvo, no dia 25 de janeiro, foi aquela primeira viagem que se fez depois de 50 dias sem abastecimento, essa primeira viagem entre os dois abastecimentos, o proveniente do Faial e o proveniente da ilha das Flores, transportou mais de 200 toneladas. Portanto, vejam bem o que é que significou o abastecimento de urgência de 4 toneladas em relação às necessidades da ilha do Corvo.

Quero aqui sublinhar também, mesmo nessa viagem do dia 25 de janeiro, mesmo assim as coisas não correram bem, como se sabe, os materiais de abastecimento da construção civil para a ilha do Corvo continuam nas Flores, não foram transportados e o governo abriu já um inquérito em relação a esse procedimento, mas a verdade é que o Governo Regional voltou a falhar nessa matéria, em termos de coordenação, com os diversos agentes envolvidos na execução do abastecimento marítimo e portanto, isso é algo que o governo deve reconhecer, esse falhanço nessa matéria que é inacreditável depois de tanto tempo sem abastecimento. Há ali uma falha do ponto de vista logístico, inaceitável para quem esteve tanto tempo à espera.

Depois, sublinhar também que há duas coisas que sucedem sempre ultimamente quando se realiza o plenário da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, a primeira é que se realiza sempre uma Assembleia Municipal na ilha do Corvo....

Deputado Francisco César (PS): É clássico!

O Orador: ... que se aproveita o facto de eu estar aqui, para não poder estar lá! Mas, isto diz tudo ...

Deputado Francisco César (PS): Também acontece em Ponta Delgada!

O Orador: ... em relação à coragem política do Sr. Presidente da Câmara na ilha do Corvo que não tem a coragem de me enfrentar, do ponto de vista político, e que adota este procedimento que é antidemocrático porque impede que eu esteja presente na Assembleia Municipal.

E em segundo lugar há uma segunda coisa que também se sucede, já sucedeu no plenário anterior, que é o abastecimento marítimo também coincide com a minha presença no plenário. Temos que realizar mais plenários! Cada vez que realizamos um plenário, o abastecimento marítimo é realizado à ilha do Corvo e isso é muito positivo. Só falhou nos meses que se aproximavam do natal, mas tirando isso, é com certeza algo que acontece de forma fortuita, de certeza absoluta.

Mas, seja como for, o que é importante aqui referenciar é o seguinte, eu continuo a achar que o Governo Regional continua sem ter uma preocupação excessiva em relação à regularização do abastecimento marítimo da ilha do Corvo.

O atual modelo não funciona, deixou a ilha do Corvo 50 dias sem abastecimento marítimo e é por isso mesmo que nós, considerando que o atual modelo não tem as condições para assegurar o regular abastecimento marítimo da ilha do Corvo, temos uma proposta que está em discussão, desde o dia 21 de janeiro de 2020, que é uma proposta em que, na sua parte resolutiva, nós

solicitamos que se frete um navio com capacidade para abastecer de forma regular a ilha do Corvo, algo que neste momento não está a suceder e também pedimos que seja estudada a possibilidade de utilização como recurso conjuntural e extraordinário de alguns dos navios da frota da Atlânticoline. Portanto, nós não nos limitamos a criticar, a assinalar, a referenciar aquilo que está a correr mal, nós também apresentamos alternativas como é o caso nesta iniciativa.

Também temos, ao longo do tempo, realizado um esforço no sentido de fiscalizar a ação do governo nesta matéria, de pressionar o governo para que tome as medidas corretas e para acompanhar a ação do governo, mas devo dizer-vos que neste momento, em relação a esta matéria e não só, é muito difícil fiscalizar a ação do governo porque o governo esconde dados, não transmite os dados ao Parlamento dos Açores e não tem uma postura exemplar nesta matéria. Vou só dar aqui alguns exemplos: por exemplo, num dos requerimentos que é o 752, eu faço a seguinte pergunta: Quais as datas previstas para o abastecimento marítimo de mercadorias à ilha do Corvo? Esta é uma pergunta essencial dos agentes económicos, se não têm a certeza em relação ao momento em que vai ser feito o abastecimento, evidentemente não fazem as encomendas que são necessárias, ou seja, aquilo que é imprevisível. Se temos um abastecimento marítimo imprevisível, que não é regular é evidente que isso impede os agentes económicos de tomarem as decisões, nomeadamente as decisões empresariais que necessitam de tomar porque não sabem se são abastecidos 20 dias depois, 50 dias depois não sabem e isto é impossível, isto mata a atividade económica na ilha do Corvo e prejudica gravemente as populações.

Pois bem, perguntei isto e a resposta do governo foi a seguinte: “As datas previstas para o abastecimento de mercadorias estão disponíveis no site da Secretaria Regional dos Transportes e Obras Públicas”. Eu fui ao site, na parte referente à ilha do Corvo, foi retirado hoje, não tem informação, está

desativado, ou seja, alguém que queira saber quando é que se realiza, se não existirem condições entretanto o estado do mar que não permitam realizar a viagem, mas alguém que queira saber quando é que se realiza a próxima viagem, não tem nenhuma informação, o site nesta parte está desativado, a ligação está desativada, não há nenhuma informação. Portanto, as pessoas têm que tomar decisões sem saberem qual é a regularidade com que podem contar em relação aos transportes marítimos. Isto é impossível, isto torna a atividade dos agentes económicos impossível, as pessoas não sabem quando é que vão fazer as encomendas. Quem é que faz encomendas, por exemplo em relação a produtos perecíveis, se o produto só chega 50 dias depois? Muitos comerciantes na ilha do Corvo compraram produtos para o Natal, esses produtos para o Natal, que foram encomendados em outubro, só chegaram no dia 25 de janeiro, ...

Deputada Graça Silveira (*Independente*): Na Terceira também!

Deputado João Vasco Costa (*PS*): Não é verdade!

O Orador: ..., ou seja, há um prejuízo incalculável para os empresários e isto demonstra sobretudo o seguinte, demonstra, sem ter acesso à informação, Sra. Secretária veja bem, a Sra. Secretária disse que a informação está no site. Quem clicar nesta ligação tem esta informação: não há informação, pura e simplesmente, não há informação. É impossível trabalhar nestas condições.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: É possível melhorar a articulação, a logística, a informação que é fornecida às pessoas, é com certeza e eu termino já, Sra. Presidente.

Depois veja bem – só para terminar, Sra. Presidente – um outro requerimento para acompanhar esta questão em que eu peço o seguinte: indicação do valor cobrado até ao momento por cada um dos serviços do transporte marítimo de mercadorias para as ilhas do Corvo e das Flores. O Governo não sabe! Como é que é possível ter realizado as viagens de outubro, de novembro, de dezembro, de janeiro e não sabe quanto é que pagou por estes fretes. Como é que o

Governo não sabe? Alguém acredita nisto? Isto é uma falta de transparência brutal nesta matéria, por parte do Governo. Isto não é sério e isto impede que o Parlamento dos Açores possa fiscalizar a atividade do Governo e os esforços que estão a ser desenvolvidos por parte do Governo para resolver estas questões.

Tenho muita outra perguntas que não foram respondidas, mas isso demonstra até que ponto existem responsabilidades objetivas do Governo.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O PPM esgotou o seu tempo para participação neste debate.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Paulo Mendes.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Na segunda intervenção feita pelo sr. deputado do CDS-PP fiquei com a impressão, mas pode ter sido uma interpretação errada da minha parte, que pelo menos da parte do proponente, o modelo atual parece ter garantido os requisitos de obrigação de serviço público, entre os quais regularidade e previsibilidade.

Deputado Carlos Silva (PS): Isso é verdade!

O Orador: Garantiu durante muito tempo, mas recentemente, não consigo precisar até porque o proponente também não precisou, a partir de certa e determinada altura esses requisitos, principalmente e sobretudo os de regularidade e previsibilidade, deixaram de ser cumpridos na sua íntegra.

Deputada Graça Silveira (Independente): Até em São Miguel, Paulo, desculpa!

O Orador: E até foi utilizado o exemplo da Praia da Vitória que recebia, e aqui posso estar errado, mas pelo que eu percebi da segunda intervenção do sr. deputado do CDS, a embarcação chegaria ao porto da Praia da Vitória, pelo

menos, sempre às terças-feiras e que hoje em dia nem sempre isso acontece, ou melhor, a chegada regular é cada vez menos frequente.

Então, se calhar, o que interessa mesmo é perceber o que se passa atualmente, ou seja, que razões é que estão subjacentes a estas falhas. Mas essas razões não podem ser, por razões óbvias, baseadas nas condições meteorológicas. Ou seja, não podemos aferir do cumprimento desses requisitos, principalmente os de regularidade e de previsibilidade se o que estiver em causa for o mau tempo, porque essa é uma condição que é simplesmente imprevisível, não dá para atender e portanto, acaba por ser uma justificação ponderada para haver o não cumprimento dessas obrigações.

Deputado Carlos Silva (PS): Mas influencia!

O Orador: Também é verdade que não podemos partir do princípio de que esta irregularidade e esta não frequência e esta imprevisibilidade se deve, única e exclusivamente, às greves, a não ser que, e eu penso que ninguém nesta Casa irá colocar em causa, a não ser que se queira colocar em causa o direito à greve.

E para já, relembrar que esta última greve dos portos se deve ...

Deputado Francisco César (PS): São contingências!

O Orador: ... a um acordo assinado entre os trabalhadores e as entidades patronais, há coisa de um ano, e que a greve ocorre muito recentemente pela falta do cumprimento desse mesmo contrato que foi assinado há um ano, por parte dos patrões, portanto é uma razão mais do que justificada para o recurso à greve.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Já termino, Sra. Presidente.

E também, não podemos considerar os danos em embarcações e outra maquinaria porque isso também seria, de facto muito difícil estar a imputar responsabilidade a uma avaria por não cumprimento de obrigações de serviço público e por isso, o mais importante neste momento é avaliar as razões

subjacentes às atuais insuficiências (que não estas que eu acabei de anunciar) e impor – isso é muito importante – medidas consequentes para garantir o cumprimento das obrigações de serviço público, incluindo a igualdade tarifária para todas as ilhas e isso é que importa, se calhar, mais do que estudar as várias alternativas, é tentar arranjar medidas consequentes para atender àquele que é o não cumprimento destas obrigações de serviço público ...

Deputado Carlos Silva (PS): Como por exemplo?

O Orador: ... por razões que não aquelas que anunciei.

Obrigado, Sra. Presidente.

Deputado Carlos Silva (PS): Não deu exemplos!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O Bloco de Esquerda também esgotou o seu tempo.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Francisco César.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Passado algum tempo deste debate eu penso que será importante tentar fazer aqui algum balanço do que já discutimos.

Se há algo que sempre foi a postura do Partido Socialista foi a de negar ou a de contrariar qualquer tipo de política de trincheira.

Não tem sido a posição do Partido Socialista a de negar qualquer alternativa que possa beneficiar os nossos concidadãos.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Por isso, a posição que nós sempre tivemos em relação ao estudo foi clara. Nós não rejeitamos, à partida, nenhum estudo que possa avaliar aquilo que está em vigor ou que modelo de transportes possa existir na nossa Região. Aliás, isso seria, ao ponto de vista de todos, uma contradição insanável porque se o Partido Socialista e este Governo consideram que este modelo de

transportes serve razoavelmente a nossa Região, seria contraditório contra esta posição negar qualquer tipo de avaliação exatamente a este mesmo estudo.

E, portanto, a nossa posição sobre isto é aquela que sempre foi: avaliação das nossas políticas podem e devem ser feitas.

Outra coisa é decidir ou trabalhar sobre aquilo que deve efetivamente ser perguntado no estudo.

Outra coisa é efetivamente decidir ou verificar que valores, em termos da noção e da compreensão, que nós temos da nossa Região devem ser plasmados como condicionantes a este mesmo estudo.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Porque o próprio funcionamento da Região faria que se nós olhássemos para qualquer estudo, do ponto de vista económico, haveriam sempre ilhas que seriam discriminadas em função se outras, sempre. Porque nós sabemos perfeitamente que o abastecimento ao Corvo, às Flores e à Graciosa terão custos acrescidos em relação a outras economias que em função da sua escala, em função do seu dimensionamento, em função da sua capacidade económica, obviamente fazem com que haja custos mais baratos numa ilha e custos mais caros noutras ilhas.

Mas, a noção que nós temos da nossa Região é a compreensão e as políticas que nós temos para desenvolver ...

Deputada Graça Silveira (Independente): Isso era a medida que se tinha para os transportes aéreos e se mudou!

O Orador: ... a nossa terra que devem ser exatamente as condicionantes para as perguntas que colocamos. E se há algo que estes partidos, em tempos diferentes, utilizaram para outras medidas e para outro tipo de políticas, inclusive, tem a ver com a noção de coesão da nossa própria Região.

A noção de coesão que o partido Socialista tem para a sua terra é de que por exemplo, um empresário ...

Deputada Graça Silveira (*Independente*): E a liberalização do espaço aéreo?

O Orador: Eu não interrompi nenhum dos srs. deputados, portanto agradecia que não me interrompessem.

A noção de coesão que nós temos....

Deputado Marco Costa (*PSD*): Os apartes são regimentais!

O Orador: Ó sr. deputado já tem feito tantas intervenções, algumas até deselegantes, aguarde um bocadinho.

A noção que nós temos de coesão para o Partido Socialista é uma noção, por exemplo de que um empresário não deve pagar mais pelo seu frete de um contentor pelo facto de estar na ilha das Flores ou pelo facto de estar em Ponta Delgada.

Deputada Graça Silveira (*Independente*): Obrigações de serviço público! OSP!

O Orador: Isto não é negar à partida a avaliação do nosso modelo, isto é uma questão de compreensão da nossa coesão económica e social. Da mesma forma que nós achamos que cada ilha deve e pode ser servida com regularidade, com o mesmo número de toques que são necessários para o seu funcionamento, essa também é uma exigência que deve estar condicionada neste mesmo modelo.

Deputada Graça Silveira (*Independente*): Mas não é!

O Orador: Isto quer dizer que nós, à partida, não aceitamos qualquer alteração ao que está em funcionamento? Não. É bem possível inclusive alterar o modelo de funcionamento de transportes marítimos nos Açores, desde que haja um conjunto de condicionantes, que acredito que todos os partidos aqui na sua génese defendem, ao nível do serviço que é prestado às suas populações.

Mas porque é que surge este debate? Este debate surge porque nos últimos meses nós temos tido alguns constrangimentos ...

Deputada Graça Silveira (*Independente*): Alguns!

O Orador: ... ao nível do abastecimento de algumas ilhas e a avaliação que cada um deve fazer é: o que é que faz parte do modelo, o que é que não faz parte do modelo, ou melhor, o que é que é consequência do modelo de transportes, o que é que não é consequência do modelo de transportes.

Primeiro ponto, a meteorologia é consequência do modelo de transportes? Bom, podemos ver até que ponto isso se verifica quando o mar não permite, num determinado dia ou em determinada semana, que seja servida uma ilha, como é que funciona o modelo em termos de comportamento e em termos de serviço a essa própria ilha. Nós aceitamos que isso possa pôr em causa o modelo de transportes ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Não há nada como ouvir a música dos estapafúrdios, pois não há nada que não lhe aconteça!

O Orador: ..., mas será uma condicionante para este modelo de transportes, como para outro modelo de transportes que possa existir.

As greves, fala o sr. deputado, as greves são absolutamente legítimas e em alguns casos até são fundamentais porque a defesa que os trabalhadores têm ou a forma que os trabalhadores têm para se defender em relação a uma entidade que por natureza tem uma força acrescida que eles próprios não têm, um dos mecanismos, para além da negociação será a consequência última que é a greve. Faz parte da democracia as greves existirem ...

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

O Orador: ..., mas também é um facto que quando há greves elas têm que ter consequências, se não os trabalhadores não as realizavam. E, portanto, nós também temos que ver, as greves condicionam ou não condicionam o abastecimento das nossas ilhas? Eu acho que obviamente que condicionam, é legítimo que condicionem porque se não condicionassem não seriam realizadas e não teriam qualquer tipo de efeito.

Deputado João Ávila (PS): Essa é que é essa!

O Orador: Para mais, poderão algumas das empresas que servem as nossas ilhas ter responsabilidades na forma como executam mal aquelas que são as obrigações de serviço público que têm? Naturalmente que pode acontecer e o Partido Socialista não é o partido defensor das empresas que estão a servir a Região, o Partido Socialista exige também a essas empresas que cumpram aquelas que são as suas obrigações.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Nós somos os defensores da população açoriana, não somos os defensores de nenhuma empresa e, portanto, elas próprias também têm que fazer e têm que assumir as suas responsabilidades.

Obviamente que nós sabemos distinguir quando é que há greves, quando é que há avarias num navio que condicione, naturalmente qualquer empresa, obviamente que nós sabemos distinguir quando há condicionantes meteorológicos, mas nós não ilibamos nenhuma empresa de responsabilidades porque elas obviamente cumprem o seu papel, estão numa economia de mercado, mas têm responsabilidades de serviço público e a função primeira do Partido Socialista é garantir o serviço e o regular abastecimento à população.

E, portanto, dito isto tudo, qual é a posição que temos? A posição que temos é a de que nós não somos agnósticos na forma como este modelo está estruturado. Aquilo que nós exigimos, naturalmente...

Deputada Graça Silveira (Independente): Mas está a discutir-se o quê? O modelo de transportes ou o serviço de mercadorias?

O Orador: ... e aquilo que aceitamos era que se estude o que se tiver que estudar. Aliás, a Sra. Secretária ainda há pouco anunciou que terá que ser

realizado um grande plano de transportes 2130 para definir qual o modelo de transportes que devemos ter ao nível da nossa região nos próximos dez anos.

Porque não incluir a avaliação do atual modelo neste mesmo estudo?

E, portanto, sr. deputado Artur Lima, a sua proposta é muito bem-vinda, ...

Deputada Graça Silveira (Independente): Qual? A do debate de urgência?

O Orador: ... obviamente que aquilo que nós temos que discutir é efetivamente o que é que deve ser colocado neste estudo e quais são os valores que presidem neste mesmo estudo? Porque há valores que eu gostava de saber, por exemplo se o PSD os tem ou não? Aceita que um corvino deva pagar mais por um produto ou mais por um frete, do que, por exemplo, um micalense? Aceita que um faialense deva pagar mais por um produto, ...

Deputada Graça Silveira (Independente): Já paga! A Horta é a cidade mais cara do país!

O Orador: ... do que por exemplo alguém que seja da ilha do Pico? Essas são respostas que devem ser dadas porque nós somos avaliados, porque isso faz parte da compreensão que nós temos do nosso trabalho e das nossas políticas enquanto responsáveis políticos.

E, portanto, é essa a posição do Partido Socialista, uma noção de coesão, de desenvolvimento económico e sobretudo de capacidade de diálogo com todos os agentes políticos que querem melhorar e trabalhar para a nossa terra.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O sr. deputado André Rodrigues na sua intervenção mencionou aquilo que foi uma inviabilização por parte da Comissão de Economia na audição de técnicos e especialistas na área dos transportes, no decurso da discussão da resolução apresentada pelo CDS, o fundamento que já tinham sido convocadas 40 pessoas. Não foram 40, talvez tenham sido 20, a questão relevante é essa, se tinham sido 40 ou se tinham sido 20, mais três ou quatro, ainda por cima tinha sido levantada a questão de serem por escrito, não fazia mal nenhum, só enriquecia o debate e, portanto, o que o sr. está é incomodado com o facto de há dois anos ter que inviabilizar uma proposta que fazia sentido para a realização de um estudo.

E depois, há uma questão que há confusão da sua parte e houve do líder da bancada do PS, quando o CDS fez a recomendação de um estudo quem concretizaria isso era o governo e, portanto, o governo teria toda a liberdade para impor condições nesse estudo quando a adjudicasse. Não seria necessariamente cada um dos partidos que em sede de comissão aprovassem a iniciativa e depois no plenário teriam essa obrigação e, portanto, o governo teria essa liberdade....

Deputado Francisco César (PS): Mas ainda não percebi? É mau fazer estudos?

O Orador: ... e portanto, o governo relativamente às pessoas que tinham sido indicadas para o estudo só viriam enriquecer o debate e o que, de facto, havia era receio, receio de ouvir alguém que chegasse à Comissão e indicasse que havia potencial e que haviam possibilidades de mantendo todos aqueles que são os princípios que todos nós defendemos, que fosse possível alguma alteração e portanto, essa questão é evidente.

Sra. Secretária o reconhecimento que o modelo está mal é do próprio programa do governo. Quando são fixados três objetivos no programa do governo em matéria de transportes marítimos de mercadorias, há três objetivos, o primeiro é a diminuição dos custos globais do sistema marítimo, o segundo é diminuição dos tempos de entrega nos mercados exportadores e o terceiro é consolidação do transporte marítimo de mercadorias e, portanto, a questão é essa, é o próprio programa do governo que já reconhecia a necessidade de melhorias significativas no modelo e portanto, essa questão é essencial. A pergunta que faço é, em cada um desses objetivos, que medidas foram tomadas pelo governo, além daquelas que estavam anunciadas no programa do governo, nomeadamente que medidas foram tomadas e se há resultados dessas medidas, ou seja, se os custos globais baixaram ou não? Porque se não baixaram, significa que o objetivo que o governo definiu não foi cumprido e não conseguiu e, portanto, vem dar razão àquilo que era a propostas que foi aprovada em sede de Comissão de Economia pelos partidos da oposição no plenário, que se realizasse um estudo para aferir a viabilidade ou não, de um modelo alternativo que trouxesse vantagens. E ninguém diz que esse modelo não chegasse à conclusão de que eventualmente o atual era o mais eficaz, ninguém disse o contrário, ninguém disse isso! Claro, que o sr. deputado Francisco César não gosta de ser interrompido, gosta é de interromper, já estamos habituados. Mas há aqui uma questão que é essencial e eu na intervenção que fiz chamei a atenção, o que se passou com as obrigações de serviço público de passageiros de transporte aéreo foi o adiamento durante dez anos de uma necessidade que a Região tinha e aquilo que o Partido Socialista diz, que enviou uma proposta para o Governo da República e que levou dois anos é bom que esclarecesse os açorianos que proposta era essa, porque essa proposta não previa qualquer rota liberalizada. A proposta que foi enviada pelo Governo para o Governo da República, em maio de 2012, não previa a

liberalização de nenhuma rota e portanto, aquilo que o PS tem dito nos últimos anos que o Governo da República, CDS e o PSD congelaram a proposta durante dois anos, se essa proposta fosse aprovada, nós não tínhamos tido qualquer rota liberalizada e, portanto, essa questão é relevante discutir agora, agora que se discute a questão do transporte marítimo de mercadorias temos que recordar a história e aquela que foi a posição do Partido Socialista que não defendeu os interesses dos açorianos e portanto, essa questão é essencial.

Sra. Secretária só para terminar em termos de perguntas. Há duas iniciativas que estão no programa do governo que, para nós, são essenciais: uma era a criação de um único centro logístico em Lisboa, o governo comprometeu-se a prever essa iniciativa. Pergunto que medidas foram tomadas? E a segunda era a concentração num único terminal, também em Lisboa e, portanto, são questões essenciais e gostava de ouvir, da parte da Sra. Secretária, que medidas foram tomadas agora que a legislatura chega ao fim e que se mantém a situação exatamente como estava no início da legislatura.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado. Iasalde Nunes.

(*) **Deputado Iasalde Nunes (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Venho a debate, uma vez que o sr. deputado Paulo Estevão ficou uma grande parte do seu tempo a falar da ilha do Corvo e do abastecimento da ilha do Corvo. Este assunto já foi amplamente discutido aqui nesta Casa, ainda no plenário anterior tive a oportunidade de aqui dizer e de vir a debate falar sobre este assunto. Reconheci que, de facto, existiram alguns problemas no início em termos de organização, principalmente a nível logístico, naquilo que passou a

ser praticamente o novo modelo de transporte de mercadorias às ilhas do grupo ocidental. O modelo antigo teve que ser totalmente alterado, repensado e reorganizado. Não vou voltar a falar dos condicionalismos, das principais causas para que isso acontecesse, mas todos nós sabemos que as condições meteorológicas adversas, embora o sr. deputado do Bloco de Esquerda diga que isso não é uma causa, após o furacão Lorenzo foram e continuam a ser as principais razões para o atraso do abastecimento à ilha do Corvo.

Felizmente para a ilha das Flores e para os florentinos O Malena veio repor aos poucos e continua a fazê-lo a normalidade do abastecimento desta ilha. No caso do Corvo o problema é muito mais complexo. É verdade que ficámos com o nosso porto intacto, é verdade que felizmente não sofremos danos, mas também é verdade que o projeto do alargamento e do prolongamento do porto da casa foi planeado e efetuado a pensar no modelo anterior, no abastecimento do Corvo a partir da ilha vizinha, as Flores e penso que quase ninguém, embora agora existam alguns que digam o contrário, ninguém pensava que tal aconteceria, que o único cais comercial do grupo ocidental pudesse ser totalmente destruído numa noite.

Para complicar todo este processo as condições atmosféricas têm sido adversas, após a data desta catástrofe. O cais das Lajes da Flores não permite, nem oferece quaisquer condições para que neste momento se encontre um barco acostado para fazer o transbordo de mercadoria para o Corvo. A única solução neste momento são as viagens do Lusitânia e do Cecília A a partir do Faial. Estas viagens longas e que requerem, pelo menos, três dias consecutivos de condições meteorológicas favoráveis têm sido altamente condicionadas pelas condições do mar. Uma viagem entre as Flores e o Corvo de cerca de duas horas no canal não pode ser comparável a uma viagem do Faial – Corvo de mais de nove horas e em mar alto. O Governo Regional tem minimizado o

problema do abastecimento através do envio de mercadorias na SATA AIR Açores, são poucos os voos para o Corvo que não levam alguma mercadoria.

Existiu, de facto, uma falha no transporte de um contentor de material de construção civil. O Governo Regional já abriu um inquérito para apurar responsabilidades, como aqui já foi dito.

Termino dizendo também que o Lusitânia acabou de descarregar na ilha do Corvo a mercadoria que se encontrava no Faial, que parte agora para as Flores para voltar a carregar e regressar ao Corvo com a mercadoria que lá se encontra e o grupo parlamentar do Partido Socialista está atento e solidário com todos os corvinos e acredita que estamos, aos poucos, a chegar à normalidade naquele que foi e continua a ser um problema muito, muito complexo.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra à Sra. Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas.

(*) **Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas (Ana Cunha):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Colegas de Governo:

Eu começaria por responder à sra. deputada Graça Silveira que mencionou a criação de um polo logístico privado em Ponta Delgada e pergunto-lhe, sra. deputada, se as plataformas logísticas serão criadas por decreto ou pelo funcionamento do mercado? Como a sra. deputada bem sabe, cerca de 60% da mercadoria que entra na Região, entra pela ilha de São Miguel. Se um privado decide investir em Ponta Delgada, pergunto-lhe sra. deputada, se entende que o Governo Regional ou esta Casa deveriam proibir a criação desse polo logístico na ilha de São Miguel?

Em relação às questões colocadas... não foram bem questões colocadas pelo sr. deputado Paulo Estevão e eu gostava só de fazer um breve comentário. O

Governo Regional nos requerimentos em que mencionou, não só fez um ponto de situação dos valores à data, como está disponível para, a cada momento, atualizar os valores que informou através de requerimento, como é o seu dever.

O sr. deputado acusou o Governo Regional de esconder dados, pois eu também, com todo o respeito que me é devido por sua ex.^a, também o acuso de esconder dados quando não faz menção aqui que nos cinquenta dias de falta de abastecimento de mercadoria por via marítima à ilha do Corvo, o sr. não reconhece o esforço que o Governo Regional fez ao suportar os custos de transporte de quase nove toneladas de bens essenciais para os comerciantes do Corvo, em estrita articulação com o fundo de coesão, para que nada de bens essenciais faltassem na ilha do Corvo e isso é também não ser verdadeiro nas suas apreciações.

Em relação às questões colocadas pelo sr. deputado António Vasco Viveiros, antes de mais, apraz-me registar a sua concordância com alguns dos objetivos ou, pelo menos, com os que mencionou do programa do governo. De facto, um dos grandes objetivos é a diminuição dos custos no âmbito do transporte marítimo e esses custos são diminuídos de várias formas: nos investimentos que têm sido feitos e que o sr. deputado certamente reconhecerá, em infraestruturas e também em equipamentos que aumentam a eficiência e os tempos do manuseamento de carga, no reforço precisamente nos equipamentos de movimentação horizontal em vários portos da Região e importava também realçar aqui um outro aspeto, os custos portuários que representam cerca de 10% do custo de transporte e é uma realidade que a Portos dos Açores não aumentou esses custos de transporte entre 2009 e 2018, precisamente para, na altura e de forma bastante prolongada, de alguma forma aguentar ou suavizar o impacto da crise económica global sobre os particulares.

Por último, em relação ao estudo, eu gostava de deixar claro, já o tentei fazer na minha intervenção inicial, mas voltava a dizê-lo como fiz também em julho de

2018 quando discutimos em sede de Comissão de Economia o estudo de um novo modelo de transporte marítimo de mercadorias. O objetivo político deste Governo Regional dos Açores é, em primeiro lugar, a coesão regional. Daí nós questionarmos quem propõe o estudo da necessidade de estabelecer esses pressupostos. Quando se diz pressupostos não são condicionamentos a esse estudo, é um pressuposto desse estudo manter a coesão regional. Estamos todos de acordo? Avança-se para esse estudo. Esse estudo passará também necessariamente por aquilo que o Governo Regional sempre defendeu, que o atual modelo tem a capacidade em si mesmo de melhorar e de aumentar a sua eficácia para os açorianos e nessa medida, recordo que no espaço de dois anos e meio foram introduzidos, um por motivos excecionais, um por normal, pelos armadores, mais dois barcos na Região Autónoma dos Açores. Recordo também que durante esses dois anos e meio foram feitos diversos investimentos em infraestruturas que melhoram esse abastecimento.

A última questão que queria mencionar e que também tentei explicar na minha intervenção inicial, mas que retomava agora, o Governo Regional dos Açores já anunciou, na altura do plenário de novembro, que está a elaborar um plano de transportes destinado a ser o documento enquadrador do novo quadro comunitário de apoio 2021-2030 e esse plano necessariamente efetuará a caracterização de cada um dos setores dos transportes, entre eles setor marítimo de passageiros e de mercadorias, altura que necessariamente o atual modelo será objeto de análise e de estudo.

Obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Sr. Deputado António Vasco Viveiros tem a palavra.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sra. Secretária não respondeu a duas ou três questões, mas é evidente que estamos todos de acordo relativamente à diminuição dos custos globais do sistema marítimo, portanto estamos nós, estamos todos.

A questão que justificou naquilo que eram os investimentos que o governo fez em melhoria de portos das condições de manuseamento da carga, é verdade que podem contribuir, mas a questão aqui é que aquilo que eram as medidas que decorriam do objetivo que o governo fixou não passavam por aí, passavam por outras áreas e era sobre essas que gostava que me desse a sua opinião relativamente ao que foi feito, naquilo que são as medidas em concreto que estavam no programa do governo.

A segunda questão – perguntei e não respondeu – relativamente a outra medida que estava neste objetivo que era a criação de um único centro logístico em Lisboa para centralizar toda a carga que sai daquele porto para os Açores, a pergunta é: ele não está criado, mas que iniciativas tomou o Governo Regional nessa matéria porque tinha esse compromisso no seu programa.

E ainda, outra medida que tinha que era promover a fusão entre os dois terminais marítimos em Lisboa, chamando-lhe Terminal dos Arquipélagos, no sentido dos armadores fazerem o trasbordo da mercadoria antes de chegarem à Região, ganhando assim tempo de escala nos Açores e, portanto, sobre essas medidas que eram do seu governo, em 2016, aprovadas aqui na Assembleia, estamos a chegar ao fim da legislatura e a pergunta é, o que é que foi tomado pelo governo relativamente àquilo que era o seu compromisso aprovado na Assembleia?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Secretária Regional tem a palavra.

(*) **Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas** (*Ana Cunha*):
Muito obrigada, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Caros Colegas do Governo:

De facto, sr. deputado, esqueci-me de lhe responder à última questão sobre a criação do centro logístico do terminal em Lisboa.

Como sabe, os terminais de Lisboa são concessionados a privados. Tem sido público e desde 2016, na altura ainda com a Ministra do Mar, Ana Paula Vitorino, os diversos contactos que têm sido encetados para que essa intenção de criação desse polo logístico seja concretizada. Não lhe posso detalhar, neste momento, quais foram os contactos, obviamente que é uma intenção que permanece válida, agora depende muito da posição dos privados face a essa intenção porque são terminais concessionados a privados.

Obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Vamos interromper os nossos trabalhos.

O Sr. Secretário da Mesa vai dar a indicação dos tempos restantes. Continuaremos depois então o debate às 15h00.

Secretário: Boa tarde. O Governo dispõe de 21 minutos e 55 segundos, o PS de 9 minutos e 31 segundos, o PSD de 12 minutos e 20 segundos, o CDS-PP de 20 minutos e 5 segundos, o Bloco de Esquerda esgotou o seu tempo, o PCP de 4 minutos e de 33 segundos, o PPM esgotou o seu tempo e a Deputada Independente tem 51 segundos.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Regressamos então às 15h00.

Eram 13 horas.

Presidente: Peço que ocupem os vossos lugares. Vamos retomar nos nossos trabalhos.

(Após o intervalo o Deputado Manuel Pereira foi substituído na Mesa pela Deputada Marta Matos)

Eram 15 horas e 12 minutos.

Presidente: Está inscrita a Sra. Deputada Graça Silveira. Tem a palavra.

(*) Deputada Graça Silveira (Independente): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária e Srs. Membros do Governo:

Sra. Secretária a questão que se coloca não é se a plataforma logística é de um privado, é que como disse e bem, esse privado não pode desconsolidar a carga em São Miguel, só pode desconsolidar a carga na ilha de destino e, portanto, não se percebe porque é que há três plataformas logísticas dos três operadores da Região a serem feitas em São Miguel com uma capacidade de armazenagem de 2000 m² ...

Deputado Francisco César (PS): Porque eles querem!

A Oradora: ... Mas não podem desconsolidar a carga em São Miguel! Estão proibidos pelas obrigações do serviço público. Tem que ser a carga desconsolidada no destino, ...

Deputado João Paulo Ávila (PS): E São Miguel não é destino?

A Oradora: ... a sra. própria Secretária o disse e o sr. que diz que quer que os operadores cumpram com as suas obrigações, o grupo do PS já colocou alguma questão pelo facto dos operadores continuarem a baldear a carga em São Miguel quando tem que fazê-lo na ilha de destino?

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Informo que esgotou o seu tempo para este debate.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

(*) Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sendo este um debate sobre transporte marítimo de mercadorias queríamos também aqui abordar a questão do transporte marítimo de mercadorias inter-ilhas. Sem dúvida – e já foi aqui abordado até pelo deputado Paulo Estevão, em relação ao Corvo – em relação à ilha de São Jorge queríamos e não deixar passar sem fazer aqui algumas questões à Sra. Secretária.

Sem dúvida que este transporte marítimo inter-ilhas é fundamental que seja de forma eficiente, que seja regular para que possa dinamizar as trocas comerciais entre as diversas ilhas e assim fomentar a economia local.

Sabemos que os pequenos comerciantes e que não têm dimensão, não recebem a sua mercadoria em contentor, recebem muitas vezes através do transporte que existe entre a ilha Terceira e a ilha de São Jorge, um transporte que sabemos que é um transporte marítimo de mercadorias que é liberalizado ou perante a base comercial, mas também é necessário que estamos a falar de mercados de reduzida dimensão e que é insustentável para qualquer comerciante manter o seu negócio na incógnita de quando é que irá receber a sua mercadoria e por isso é necessária aqui uma atenção também do Governo Regional, até esta situação também já foi entregue um requerimento por parte do CDS e que aguarda a resposta, dentro do prazo normal, para o fazer, mas não podíamos deixar de falar aqui nesta situação, pois a verdade é que já por diversas vezes os comerciantes de São Jorge mostraram o seu descontentamento quanto à irregularidade deste transporte.

Existiram situações, agora no final do ano e também sabemos que derivado à situação que ocorreu no grupo ocidental, no mês de novembro ficaram duas semanas sem receber carga, em dezembro houve um transporte a 13 de dezembro e o transporte seguinte só se iria realizar a 3 de janeiro, tendo-se realizado só a 6 de janeiro e esses constrangimentos foram gerados por toda esta situação. Mas, é verdade e é de salientar que já antes do que ocorreu e do

furacão Lorenzo, já antes e por diversas vezes, existiu e foi tornado público a insatisfação dos comerciantes quanto a esta operação e é preciso salientar que muitas vezes o que ocorre e o transporte, quando estamos a falar de frutas e legumes, é transportado de forma deficitária essa carga de frio, ocorrem situações dos legumes chegarem congelados e que depois ninguém quer assumir essa responsabilidade, nem a empresa, nem o retalhista que colocou a carga na ilha Terceira. Temos situações em que esses produtos perecíveis são colocados na terça, a viagem seria na sexta e depois não ocorre a viagem, será só próxima quarta-feira, os produtos chegam em más condições e também temos, por diversas vezes, o cancelamento da viagem em que muitas vezes estão os empresários, por exemplo no caso da Calheta, a pensar que vão receber a sua carga e recebem um sms da empresa a dizer que, por condições meteorológicas, o barco não vai operar no porto da Calheta, mas é certo e sabemos que existem situações constrangedoras em termos de condições meteorológicas naquele porto, até para uma baixa que lá existe em que a Portos dos Açores irá fazer a sua dragagem, mas a verdade é que quando mandam sms destas e os empresários vêm o mar em perfeitas condições para se realizar a operação e até tenho fotografias que depois lhe posso mandar destas ocorrências, sentem-se muito discriminados e portanto, tal não pode acontecer e a verdade é que isto acontece recorrentemente e por isso, queria-lhe perguntar, Sra. Secretária, e uma vez que esta serviço tem que ser de uma forma previsível para que eles possam fazer as suas encomendas, possam gerir o seu negócio a contar de quando é que o barco chega e não estar à mercê de quando é que dá jeito à empresa fazer a viagem, queria-lhe perguntar, Sra. Secretária, qual é a posição do governo perante esta situação e que garantias podem ter os empresários em São Jorge de que esta situação vai ser mais regular e mais eficiente, quer no transporte da própria carga, quer na previsão das próprias

viagens? Torno a dizer que estamos a falar de pequenos empresários que o seu negócio depende da receção semanal desta carga.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

Sra. Secretária Regional tem a palavra.

(*) **Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas** (*Ana Cunha*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caros Colegas de Governo:

Apenas para responder à sra. deputada Catarina Cabeceiras. Dou-lhe por exemplo o mês de dezembro, no mês de dezembro ...

Sra. deputada ...

Eu espero.

Sra. deputada em relação à previsibilidade, eu dou-lhe por exemplo o mês de dezembro em que tivemos mau tempo desde o dia 12, que afetou não só o grupo central, mas também o grupo ocidental, como sabem. Neste mês o porto das Velas foi escalado por um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove, dez, teve dez escalas. É certo que teve, conforme referiu, um período de cerca de 15 dias sem barco, que mediou o dia 11 de dezembro ao dia 23, altura em que foi lá o São Jorge, por duas vezes seguidas, com combustível naturalmente, mas foi escalado estas vezes todas. Ou seja, quando me refere que garantias é que dá o Governo Regional quanto à previsibilidade dos toques, quer dos armadores, quer do tráfego local, o que lhe digo é que nós monitorizamos permanentemente esses toques e monitorizamos também eventuais falta de bens nas ilhas. No caso concreto e refutando aquilo que argumentou no sentido de determinados toques não serem feitos por vontade dos armadores, no caso concreto dos últimos tempos, como sabe, o grupo central e nomeadamente São Jorge foi afetado em primeira mão pelo auxílio que os TMG tiveram que prestar ao grupo ocidental, enquanto não entrou em funcionamento o Malena e depois, neste mês de

dezembro, a partir do dia 12, foi por razões meteorológicas, portanto não foi por uma vontade dos armadores ou das empresas de tráfego local.

A garantia que o Governo Regional lhe pode dar é que monitoriza permanentemente esses toques e monitoriza permanentemente o abastecimento.

Obrigada.

Deputado João Vasco Costa (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Pergunto se há mais inscrições?

Sra. Deputada catarina Cabeceiras tem a palavra.

Para uma interpelação tem a palavra.

(* **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** *(inaudível)*)

Presidente: É regimental, regressamos às 15h50.

Eram 15 horas e 21 minutos.

Presidente: Peço-vos que ocupem os vossos lugares para recomeçarmos os nossos trabalhos.

Eram 15 horas e 52 minutos.

Presidente: Pergunto à Sra. Secretária Regional se pretende ainda usar da palavra para o encerramento? Não?

Sendo assim, dou a palavra ao Sr. Deputado Artur Lima para fazer o encerramento do debate de urgência.

(* **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O CDS trouxe hoje aqui novamente o tema de transportes de mercadorias inter-ilhas, fundamental para a coesão territorial e para a coesão social nos Açores.

Registamos o contributo positivo de todas as bancadas e as preocupações que cada um manifestou aqui de maneira diferente, mas convergente, que este modelo tem falhas, que é preciso estudar este modelo, que é preciso outra alternativa, que não se pode 45 anos depois haver falta de géneros nos Açores, que não pode haver essa descoordenação que às vezes existe. Ora, não culpabilizando ninguém, mas por culpa do sistema de transportes que temos e que é preciso efetivamente atalhar, perceber como podemos melhorar e nunca é mau, quer aqui no Parlamento, que se façam debates, que se questione o governo e também sendo esse o papel de uma oposição, também compete ao governo quando assim o entende melhorar aquilo que está em vigor. Se há falhas que são identificadas não foi pelo CDS, nem pelos outros partidos, foi pelos empresários, pessoas que sentiram faltas de bens perecíveis e de alguns de primeira necessidade e portanto, foi mais um contributo para, e como disse, já demos entrada de um projeto de resolução, que percebemos também aqui no desenrolar do debate e também nas conversas que tivemos ontem com alguns empresários que era preciso ser uma coisa mais abrangente e que abrangesse também um estudo abrangente sobre os transportes nos Açores.

Estamos já a preparar o projeto de substituição integral daquele que demos entrada para nesse sentido colocar à discussão da Câmara e dar mais um contributo para o desenvolvimento dos Açores e para a economia dos Açores.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputado Alonso Miguel (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Encerrámos o nosso primeiro ponto da Agenda. Vamos avançar com os nossos trabalhos.

O Ponto 2 é o **Recurso para Plenário do despacho de indeferimento parcial quanto à transformação do Requerimento n.º 783/XI em perguntas orais**, apresentado pela Representação Parlamentar do PPM. Este requerimento tinha

dois pontos, o segundo era de facto, no entendimento da Mesa, uma pergunta, é o ponto 7 da nossa Agenda.

A Mesa entende já desde a legislatura anterior que o pedido de documentos ou de informações técnicas e de outros elementos que tenham que ser entregues sobre o formato de papel, não podem ser transformados em pergunta oral porque não constituem uma pergunta, constituem um direito que o Estatuto nos dá a qualquer deputado desta Casa de os solicitar ao Governo Regional. Foi com base neste entendimento e na interpretação do Estatuto que a Mesa indeferiu parcialmente a transformação em perguntas orais deste requerimento. O Sr. Deputado Paulo Estevão, também com o direito que o Regimento lhe confere, recorreu ou recorre, neste momento, dessa minha decisão, conforme também tem sido praxe, depois da apresentação dos fundamentos do seu recurso, cada grupo e representação parlamentar ou o governo, querendo, podem intervir assim como a Sra. Deputada Independente. Os tempos são estes – podem intervir uma única vez – o Governo e os grupos parlamentares, assim como as representações parlamentares intervêm 5 minutos, a sra. deputada Independente tem 3 minutos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito obrigado, Sra. Presidente. Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta é uma questão que eu considero que é uma questão fulcral para o funcionamento do sistema parlamentar nos Açores e principalmente dos mecanismos de fiscalização deste Parlamento.

É uma questão que só se coloca e eu vou fazer um contexto muito rápido da questão, como a Sra. Presidente fez, só se coloca porque o Governo Regional não cumpriu a sua obrigação legal e a sua obrigação legal é dar resposta aos requerimentos no prazo de 60 dias. O Governo Regional não cumpriu esta obrigação legal. Sendo que, de acordo com a lei da Assembleia Legislativa da

Região Autónoma dos Açores, o Governo Regional tem 60 dias para responder, mas por exemplo na Assembleia da República tem apenas 30 dias, o Governo da República em relação à Assembleia da República ou por exemplo, no Parlamento das Canárias o Governo tem 25 dias para responder, nós temos 60 e devo dizer que esta é uma questão recorrente porque o PPM tem mais de 170 requerimentos entregues desde o início da legislatura e em cerca de 42% dos casos, vou voltar a repetir, em 42% dos casos o Governo Regional não respondeu dentro do prazo legal, quase 50% das vezes o Governo incumpe o prazo legal, 42% é o número correto. E devo dizer que, de acordo com o que a Sra. Presidente disse e de acordo com o que o Regimento contempla, os deputados podem transformar em perguntas orais as perguntas escritas que não foram respondidas dentro do prazo legal. Eu utilizei, desde o início da legislatura, 23 vezes esse mecanismo.

Deputado Carlos Silva (PS): Quantidade não é qualidade, Sr. Deputado!

O Orador: Porque é que nós estamos hoje e não estivemos 23 vezes a discutir esta questão? Estamos hoje a discutir esta questão porque depois da representação parlamentar do PPM acionar o mecanismo de transformação das perguntas escritas não respondidas em perguntas orais no Plenário, o Governo Regional tem sempre respondido naquele prazo, antes do início do Plenário, mas desta vez não o fez e por isso é que nós estamos aqui, por via da não resposta do Governo Regional a um requerimento e também por via de uma decisão da Sra. Presidente que não contempla que o pedido de documento se possa transformar numa pergunta oral.

Eu quero aqui referenciar dois enquadramentos normativos que são fundamentais, um que tem a ver com o Decreto Legislativo Regional n.º 108/1989/A, de 20 de julho, que diz o seguinte: “não tendo o Governo respondido no prazo estabelecido a um requerimento de um deputado, goza este o direito de o transformar em perguntas ao Governo que não contam para

efeitos do limite do número de perguntas fixadas por cada deputado nos termos regimentais”. Ora, a lei é muito clara e não estabelece esta exceção que a Sra. Presidente referenciou e em relação ao Regimento a mesma coisa, o Regimento também diz: “se uma pergunta não receber resposta no prazo legal, poderá o seu autor transformá-la em pergunta oral, solicitando ao presidente a sua inscrição na Agenda da Reunião Plenária subsequente ao prazo referido”, e portanto, quer o regimento, quer a lei, contemplam, isto é o que está realmente escrito, o que a Sra. Presidente disse não está escrito, isto é o que está escrito.

Agora, a questão é a seguinte: pode ou não, do ponto de vista lógico, transformar-se em pergunta oral um pedido de documentação? Pode, porque eu vou dizer aquilo que não foi respondido. O que não foi respondido era um pedido de um documento que comporta outro plano operacional estratégico e o detalhe de medidas de reestruturação necessárias, algumas já em fase de implementação, que o anterior presidente do conselho de administração do grupo SATA afirmou ter entregue ao Governo Regional. Ora, era este o conteúdo da documentação que o governo não libertou em termos de documentação. Bem, esta pergunta pode ser feita do ponto de vista oral, ou seja, o que eu quero é que o governo faça e detalhe as medidas e estruturas que são necessárias, que o presidente do conselho de administração entregou e portanto, o que eu faria aqui era esta pergunta, ou seja, não que me dessem por escrito, mas que me transmitissem oralmente qual é o detalhe das medidas de reestruturação necessárias e algumas já em fase de implementação que o anterior presidente do conselho de administração forneceu ao governo.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: E esta era a questão fundamental.

Sra. Presidente, terminando esta alegação, dizer o seguinte para concluir, esta questão é uma questão que é fundamental porque nada, nada, no sistema parlamentar, nada no sistema democrático justifica que o Governo Regional

recuse o fornecimento desta informação. Pode achar que está datada, pode achar que já pertence ao passado, mas o Parlamento dos Açores, a cidadania dos Açores tem o direito a conhecer este plano que foi enviado para a SATA e, portanto, temos o direito de ter este documento e este documento não pode ser recusado ao Parlamento dos Açores.

Esta é a minha questão e por isso utilizo todos os mecanismos para conseguir obter toda esta informação.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há alguma inscrição?

Julgo não haver.

Não havendo, vamos então passar à votação deste recurso:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar;

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: O recurso apresentado foi rejeitado com 29 votos contra do PS, 18 do PSD, 2 abstenções do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PPM, 2 do CDS-PP e um da Deputada Independente.

Presidente: Foi rejeitado assim o recurso.

Sr. Deputado Paulo Estevão para uma declaração de voto.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A representação parlamentar do PPM utilizou todos os mecanismos à sua disposição para tentar obter uma resposta sobre esta pergunta: “cópia de um documento que comporta o plano operacional estratégico e o detalhe de medidas de reestruturação necessárias, algumas já em fase de implementação que

o anterior presidente do conselho de administração do grupo SATA afirmou ter entregue ao Governo Regional”. Eu devo dizer que nada justifica que o Governo Regional não forneça esta informação e, na minha perspetiva, esta documentação é uma documentação essencial para perceber que circunstâncias explicam a demissão do presidente do grupo SATA no período em que a apresentou e tentar perceber qual era a posição do Governo Regional e a posição do sr. presidente do grupo SATA e que circunstâncias eram essas para percebermos até que ponto é que o interesse público estava a ser defendido e até que ponto perceber qual era a estratégia que estava a ser seguida na empresa e qual era a proposta que estava a ser apresentada e porque é que o governo não a aceitou e em que é que discordava? E por isso, eu considero que estas são informações públicas que são muito relevantes. Eu não percebo porque é que esta questão não pode ser libertada para o Parlamento. A questão é esta: do ponto de vista legal, o governo sabe que não está a cumprir a sua obrigação, o Governo Regional tinha a capacidade de ter feito uma intervenção nesta matéria e não o fez, no âmbito deste recurso. O Governo Regional sabe que tem obrigação legal de apresentar esta documentação.

A utilização deste mecanismo teria permitido ter acesso a esta informação, por isso nós votámos favoravelmente e por isso é que colocámos esta questão. De outra forma, ao decidir votar contra, o Parlamento limita a sua capacidade de obter esta informação, autolimita-se e eu penso que, nesta perspetiva, eu estive no lado correto e a representação parlamentar e também quem votou favoravelmente, o CDS-PP, estivemos no lado correto da história parlamentar que é exigir e utilizar todos os mecanismos para que o governo responda em relação a uma questão que tem que responder, ou seja, fornecer uma documentação que é uma documentação de interesse público e a que o Parlamento tem direito a aceder.

Votar contra – e termino, Sra. Presidente – significa que o Parlamento se está a autolimitar em relação às suas competências que tem nesta matéria.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos avançar com os nossos trabalhos. Entramos agora nos pontos 3 e 4 da nossa Agenda. O ponto 3 é a **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 58/XI – “Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 2/2020/A, de 22 de janeiro, que aprova o Plano Regional Anual para 2020”** e o ponto 4 **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 57/XI – “Alteração ao Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano 2020”**. A Conferência de Líderes deliberou que estes dois pontos seriam debatidos em conjunto, para o efeito os tempos para o debate são os seguintes: o Partido Socialista e o Governo dispõem de 35 minutos, o PSD de 30 minutos, o CDS de 25 minutos, o Bloco de Esquerda de 22 minutos, o PCP e o PPM 20 minutos e a Deputada Independente de 5 minutos.

Para a apresentação dos diplomas tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo.

Vice-Presidente do Governo (Sérgio Ávila): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A localização geográfica do arquipélago dos Açores está amiúde à mercê de situações meteorológicas críticas.

A imprevisibilidade de tais situações, que não escolhem lugar nem hora para se manifestarem, entroncam na já conhecida resiliência do nosso Povo.

Por isso, cabe a nós, Açorianos, cabe a nós Governo dos Açores, enfrentar os efeitos do mau tempo. Faz parte da nossa responsabilidade estar à altura dessa mesma resiliência tão característica das nossas gentes.

Esta realidade voltou a estar presente nas nossas vidas com a passagem do furacão Lorenzo, que assolou a Região no último trimestre do ano passado.

Esta intempérie causou avultados danos que se repercutiram em habitações, explorações agrícolas, equipamentos de apoio à pesca e empreendimentos de comércio e serviços.

E ainda tiveram reflexo na proteção da orla costeira, nas escolas, nas estradas, nos equipamentos públicos e, essencialmente, destruiu e danificou infraestruturas portuárias e os seus equipamentos de apoio.

Ou seja, os danos foram transversais às atividades diárias e às rotinas dos Açorianos.

Assim, logo após a ocorrência do furacão Lorenzo, iniciámos de imediato os procedimentos para apurar e avaliar os prejuízos.

Ao mesmo tempo, procurámos os meios financeiros necessários à cobertura dos custos da reconstrução e da criação dos mecanismos legais que permitissem agilizar os processos para a sua execução.

A entrega na Assembleia do Plano e Orçamento para 2020 ocorreu, como se lembram, pouco tempo depois da passagem do furacão Lorenzo e, por isso, não era possível, em tão curto espaço de tempo, fazer a quantificação e orçamentação pormenorizada de todos os prejuízos, bem como elaborar um calendário rigoroso de todas as obras necessárias à reconstrução das infraestruturas danificadas.

Por essa razão, o Governo dos Açores assumiu, nesse momento, que iria apresentar uma revisão do Orçamento e Plano de Investimentos da Região quando tivesse uma quantificação feita ao pormenor e uma calendarização detalhada de todos os investimentos necessários, bem como assegurado os meios financeiros e a agilização dos procedimentos de concurso público.

Isto para garantir a mais rápida e eficaz execução dos investimentos indispensáveis.

Deste modo, logo que concluídos todos os trabalhos de orçamentação, planeamento e calendarização dos investimentos e assegurados os meios

financeiros para a concretização desses mesmos investimentos, entregamos, ainda no mês de janeiro, na Assembleia Legislativa, a proposta de Revisão do Plano e Orçamento que estamos agora a debater.

Assim o dissemos e assim o concretizámos.

Este documento contempla o reforço das dotações orçamentais para fazer face ao início da concretização dos investimentos de reconstrução decorrentes do Lorenzo e da execução plena dos apoios previstos a quem ficou afetado pela passagem deste furacão.

Conseguimos assim, logo no início do ano, proceder à revisão do Orçamento e Plano de Investimentos para 2020, dotando a Região dos meios financeiros para fazer face, de imediato, aos investimentos previstos e necessários a esta reconstrução.

A proposta de revisão do Orçamento e Plano de Investimentos assegura um reforço de 59 milhões de euros a executar este ano, e representa um aumento de 105 milhões de euros de investimento direto da Região face ao orçamentado no ano passado.

Com esta revisão orçamental, o investimento público direto cresce para 618,9 milhões de euros, o que representa um aumento do investimento público direto de mais de 20% face ao ano anterior.

Ainda mais relevante é o facto de o aumento do investimento público ser conseguido sem qualquer recurso ao endividamento, sendo totalmente financiado pelos recursos próprios da Região, pelas transferências do Orçamento de Estado e por fundos europeus.

Ou seja: com o conjunto de apoios financeiros para a reconstrução que conseguimos obter, e com o saldo orçamental conseguido em 2019, vamos reforçar o investimento público em 59 milhões de euros, sem necessidade de recurso a endividamento, apesar do Orçamento de Estado autorizar o

financiamento bancário para a reconstrução e recuperação de infraestruturas e apoios resultantes deste furacão.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: De um modo mais específico: em 2020, as ações de reconstrução e recuperação de infraestruturas, bem como os apoios económicos e sociais resultantes do furacão Lorenzo, serão financiadas em 26,5 milhões de euros pelo saldo orçamental transitado de 2019; 25,4 milhões de euros através de uma nova transferência do Governo da República, concretizando na íntegra o compromisso de assumir 85% dos custos da reconstrução, e 7,4 milhões de euros do Fundo de Solidariedade da União Europeia.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Por isso, a conjugação destas três realidades permitiu dotar a Região dos meios financeiros necessários ao esforço de recuperação dos danos previstos para este ano de 2020.

O saldo da execução orçamental do último ano é previsto ser, no âmbito desta proposta, de 26,5 milhões de euros, ou seja, a execução da receita orçamentada será em 26,5 milhões de euros superior à despesa concretizada, o que permite este ano reforçar a receita neste valor e, assim, contribuir para o financiamento dos investimentos de reconstrução e recuperação.

O saldo orçamental resulta da primeira transferência de 20 milhões de euros, efetuada pelo Governo da República no final do ano passado, para a reconstrução, conjugada com o facto da Região ter conseguido uma execução total da receita própria prevista no orçamento, mais precisamente 99,8% e conseguido obter poupança de 7,5 milhões de euros nas despesas de funcionamento da Região face ao orçamentado.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: O reforço do Plano de Investimentos em 59 milhões de euros, incorpora 56 milhões de euros de investimento a aplicar este ano na recuperação e reconstrução de infraestruturas dos danos causados pelo furacão, e os apoios decorrentes dos custos suportados por esta calamidade.

Feito o levantamento dos prejuízos, com rigor e pormenor, foi definida a correspondente calendarização para garantir a reconstrução da forma mais rápida possível, cumprindo os prazos e procedimentos legais mínimos para elaboração dos projetos e início das obras.

Do aumento do investimento em 2020, reparte-se da seguinte forma:

- 38,4 milhões de euros correspondem ao apoio à recuperação de infraestruturas e equipamentos portuários e transporte de mercadorias, a saber: obras de proteção de emergência, construção da ponte cais e recuperação do Porto das Lajes das Flores, reparação do molhe do Porto das Poças e projeto de construção do novo Porto das Lajes das Flores, entre outras intervenções na ilha das Flores.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: E, também, recuperação de equipamentos e infraestruturas portuárias nos portos do Corvo, da Horta, das Lajes do Pico, da Madalena, das Velas, de Angra do Heroísmo, de Ponta Delgada e de Vila do Porto, bem como o investimento no sistema de transporte marítimo de mercadorias para as ilhas do Grupo Ocidental;

- 4 milhões de euros para recuperação dos danos em infraestruturas marítimas, designadamente muros de proteção, galgamentos e enrocamentos na orla costeira;

- 2,9 milhões de euros para recuperação de infraestruturas de apoio à pesca, nomeadamente portos de pescas, casas de aprestos, entrepostos e edifícios de apoio às pescas;

- 2,2 milhões de euros para recuperação de infraestruturas rodoviárias;
- 1,5 milhões de euros para recuperação de danos em edifícios escolares e habitações;
- 0,88 milhões de euros para recuperação de infraestruturas na área do Ambiente.
- 2,8 milhões de euros para apoio a empresas e empresários agrícolas, decorrentes dos prejuízos causados não só pela passagem direta do furacão, mas também da totalidade dos prejuízos decorrentes dos constrangimentos que ocorreram no transporte de mercadorias para as Flores e Corvo.

Assim se assegura com rigor, transparência, e em parceria com a Câmara do Comércio da Horta, o apoio justo e total e que corresponda efetivamente aos reais prejuízos das empresas afetadas.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Não é através da criação de um regime de isenção do pagamento de contribuições para a Segurança Social que, sendo até muito mais fácil e sem custo para Região, não seria nunca uma solução justa nem rigorosa e muito menos transparente para apoiar, de facto, as empresas no valor exato da totalidade dos prejuízos que efetiva e comprovadamente tiveram.

Mas não ficamos por aqui e estendemos o nosso apoio aos municípios da Região. Isto é, o Governo dos Açores decidiu também apoiar as Câmaras Municipais afetadas pelo furacão, financiando 85% dos custos decorrentes da recuperação de infraestruturas e equipamentos municipais.

Assim, está previsto nesta proposta de Plano e Orçamento um apoio às autarquias da Região de 3,4 milhões de euros.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Nesta revisão do Plano e Orçamento está também contemplada a atualização das transferências para a SATA no âmbito das obrigações de serviço público inter-ilhas, decorrente do acréscimo de passageiros transportados, no valor de três milhões de euros, financiado pelo saldo orçamental de 2019.

A proposta de revisão do Plano e Investimentos para 2020 aumenta o investimento público em 59 milhões de euros, o que representa um crescimento de 20% do investimento público face ao ano anterior, sem recurso ao endividamento.

Esta situação só é possível porque o Governo dos Açores conseguiu assegurar do Governo da República a comparticipação de 85% dos custos de recuperação dos danos do furacão Lorenzo, porque ativou do Fundo de Solidariedade da União Europeia e obteve um saldo orçamental, em 2019, que reforça a receita disponível para 2020, e que é totalmente canalizada para financiar este reforço do investimento público.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado Bruno Belo (PSD): Está tudo a correr bem, menos para os florentinos!

O Orador: Com a aprovação da revisão do Plano e Orçamento da Região estão reunidas as condições para se iniciar o enorme esforço de reconstrução e recuperação de todas as infraestruturas afetadas, cujo montante total e global será superior a 313 milhões de euros, acrescido de IVA das infraestruturas portuárias.

Deste modo, o Governo dos Açores cumpre o seu compromisso de assegurar uma recuperação e reconstrução o mais depressa possível, nos prazos mínimos de elaboração dos projetos e dos limites legais dos procedimentos de contratação pública.

Estamos assim a cumprir os compromissos de reconstrução e recuperação dos danos do furacão, o mais rapidamente possível, com sustentabilidade financeira, tendo já garantido ao mesmo tempo os recursos financeiros para fazer face à totalidade destes prejuízos. E sem pôr em causa, nem afetar ou atrasar qualquer outro investimento público previsto.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: É este o objetivo desta proposta.

Acreditamos que este documento é a resposta certa para vencer os desafios que se colocam à Região, na singularidade das nossas ilhas.

Esta é a solução que apresentamos e, nas horas mais precisas, assumindo a responsabilidade de estar à altura da capacidade de superação do nosso Povo.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

A revisão do Orçamento e Plano para 2020 é também oportuno o momento para reforçamos as soluções para assegurarmos uma maior estabilidade do emprego.

A estabilidade do emprego tem constituído uma das nossas prioridades, tendo em conta a evolução muito positiva do emprego nos Açores.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Muito bem!

O Orador: Emprego mais estável, mais bem remunerado e mais qualificado constitui a matriz das políticas de emprego que implementamos neste novo ciclo de desenvolvimento da Região.

Deputada Graça Silva (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Com o objetivo de reforçar a estabilidade do emprego assumimos no Orçamento deste ano a integração nos quadros de pessoal da Administração Pública Regional de todos os trabalhadores com contrato a termo certo ou prestação de serviços há mais de dois anos.

Estando já em fase de conclusão a execução deste compromisso, posso anunciar que iremos integrar, até ao final deste mês, no quadro da Administração Pública Regional, 189 funcionários que estavam em contrato a termo certo ou prestação de serviços há dois, ou mais, anos.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Após o levantamento efetuado e as candidaturas apresentadas, concluímos que, afinal, apenas 1,7% dos trabalhadores da Administração Pública Regional das carreiras do regime geral estavam afinal nessa situação.

Esta realidade demonstra inequivocamente que a Administração Pública Regional tem um quadro de pessoal estável e assente na contratação sem termo, sendo os contratos a termo verdadeiramente residuais.

Concluído este processo e assegurando a estabilidade do quadro de pessoal da Administração Pública Regional, consideramos que importa abordar com rigor as necessidades permanentes de pessoal que ainda existam na Administração Pública Regional, no âmbito das carreiras do Regime Geral, em particular nas áreas da educação e da saúde.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Nos termos do definido na Lei de Trabalho em Função Pública será aprovado até ao final do primeiro trimestre de cada ano o Mapa Global de Recrutamento da Administração Pública Regional, que determina o número de lugares a concurso para a administração regional por cada serviço.

No último ano foram 897 lugares a concurso e, em 2018, tinham sido previstas e disponibilizadas mais 721 vagas.

Após a conclusão deste processo de integração dos trabalhadores e antes do apuramento das necessidades permanentes de pessoal que ainda estão por preencher, o Governo dos Açores considera que é o momento de se determinar, com rigor, transparência e objetividade as situações de eventuais necessidades permanentes de pessoal que estejam a ser suprimidas com recurso a trabalhadores a exercerem funções através dos programas de inserção socioprofissionais, vulgarmente designados por ocupacionais.

Deputada Maria Graça Silva e Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Gostava, por isso, de anunciar que o Governo dos Açores decidiu, em articulação com o Grupo Parlamentar do PS, apresentar uma proposta que assegure a integração dos trabalhadores que estejam a desempenhar funções na Administração Pública Regional ou em empresas públicas regionais integradas no perímetro, há pelo menos três anos, com uma interrupção não superior a 120 dias, ao abrigo de programas de inserção socioprofissional, vulgarmente designados por ocupacionais, correspondendo por isso a necessidades permanentes da Administração Pública Regional.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Desde que detenham as habilitações académicas exigidas para a respetiva categoria profissional, serão integrados no Quadro da Administração

Pública os trabalhadores, que, à data de publicação do Orçamento deste ano, 8 de janeiro, estejam há pelo menos três anos a exercer funções no mesmo serviço da Administração Pública Regional ou empresa pública.

Deputado Carlos Silva (PS): Muito bem!

O Orador: Com esta decisão, o Governo dos Açores pretende reforçar ainda mais a estabilidade da Administração Pública Regional e contribuir para a estabilidade profissional e pessoal de quem tem exercido com dedicação a sua atividade, correspondendo a necessidades permanentes da Administração Regional, valorizando assim o seu esforço.

Após a conclusão destes processos de integração será possível com rigor, definir e quantificar as reais necessidades permanentes de pessoal na Administração Pública ainda por satisfazer e que serão preenchidas através da abertura de concursos públicos a autorizar através do Mapa de Recrutamento Global da Administração Pública, até ao final do mês de março.

Para que todo este processo esteja concluído até ao final do próximo mês é essencial a aprovação prévia, só possível nesta revisão ao Orçamento, da integração de quem já satisfaz necessidades permanentes com ênfase nos setores da educação e saúde.

Concluindo estes procedimentos teremos uma Administração Pública Regional ainda mais estável, qualificada, motivada e renovada para servir cada vez melhor os Açorianos.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Gostava de salientar, no entanto, o mérito que tiveram os programas de inserção socioprofissional durante os anos em que foi necessária uma resposta por parte do Governo dos Açores que ajudasse a combater os efeitos negativos provocados pela conjuntura internacional nas famílias açorianas.

Os programas de inserção socioprofissional foram potenciadores da qualificação e do aumento de competências das pessoas em situação de desemprego, de contacto com o mercado de trabalho, contribuindo assim para a sua empregabilidade e integração profissional.

Em época de retoma económica e de crescimento do emprego, podemos verificar que, só em 2018, entre os Açorianos que terminaram os programas de inserção socioprofissional, mais de 70% estavam empregados seis meses após o termo da medida, cumprindo os objetivos destes programas e retomando a sua integração no mercado trabalho.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Já ouvimos a Sra. Presidente ouvir dizer que está fora do âmbito do debate! Só falta falar do glifosato! Isto vale tudo!

Deputado António Almeida (PSD): E a SATA?

O Orador: Hoje, de acordo com os últimos dados do Instituto de Emprego e Formação Profissional, temos nos Açores menos de metade de beneficiários de programas ocupacionais do que existia no início desta legislatura.

Ou seja, temos agora menos 3.364 Açorianos em programas ocupacionais e, ao mesmo tempo, temos menos 2.629 Açorianos desempregados inscritos.

Isto é, só nesta legislatura, foi possível criar emprego para 5.993 Açorianos que estavam em programas ou estavam desempregados.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Neste sentido, gostava de referir também que, ao contrário do que costuma ser afirmado, dos Açorianos beneficiários de medidas ocupacionais, apenas 25 por cento (um quarto) estão a desempenhar funções na Administração Pública Regional.

Deputada Graça Silveira (*Independente*): Mas o que é que isto tem a ver com o Lorenzo?

O Orador: Assim, fica claro que a grande parte dos Açorianos em medidas ocupacionais, cerca de 75% (três quartos), desempenham funções fora da Administração Pública Regional, nomeadamente na administração local, em Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), cooperativas e outras instituições sem fins lucrativos.

Deputado Luís Rendeiro (*PSD*): E estragos do furacão Lorenzo, Sr. Vice-Presidente, não?

O Orador: Consideramos que é também o momento destas entidades acompanharem e seguirem o esforço e o exemplo do Governo dos Açores e da Administração Pública Regional, assegurando maior estabilidade a quem a eles serve.

Mas também queremos deixar muito claro que concluído este processo de inventariação e preenchimento das atuais necessidades permanentes de recursos humanos da Administração Pública, a evolução e o ajustamento futuro dessas necessidades permanentes serão satisfeitas exclusivamente através de vagas disponibilizadas no Mapa de Recrutamento Global Anual em concurso público.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Tendo em conta que, entre a apresentação desta proposta de revisão do Orçamento e o seu debate hoje, nesta Assembleia, ficou concluída a execução orçamental de 2019, é possível também atualizar, se assim o entenderem, o saldo final orçamental definitivo do último ano, podendo por isso também anunciar que o saldo orçamental em 2019 foi ainda em 5,5 milhões de euros superior ao valor que consta desta proposta, possibilitando assim um reforço adicional de 5,5 milhões de euros na receita da Região para 2020, que consideramos que deve ser afeta à correspondente dotação provisional.

Sra. Presidente, com a aprovação desta proposta de revisão do Orçamento cumprimos os nossos compromissos, no mais curto espaço de tempo, dotando a Região dos meios financeiros e das condições operacionais para recuperar na totalidade os prejuízos e os estragos decorrentes da passagem do furacão Lorenzo, sem prejudicar, condicionar ou afetar os outros investimentos previstos.

Conseguimos corresponder a este desafio e aqui estamos para empreender esta nova etapa do nosso desenvolvimento.

Pelos Açores e pelos Açorianos.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Sr. Deputado Bruno Belo tem a palavra.

(*) **Deputado Bruno Belo (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Os documentos em discussão visam essencialmente reforçar os programas do Plano para 2020 inscrevendo verbas relativas ao início das intervenções necessárias à reconstrução e efeitos do furacão Lorenzo, no valor de 55,7 milhões de euros.

Por outro lado, são ainda inscritos mais 3,2 milhões de euros nas compensações financeiras à SATA, nos termos do contrato de serviço público de transporte aéreo de passageiros inter-ilhas.

O financiamento deste aumento resulta do saldo de gerência de 2019, na sua maioria com origem em transferências do Orçamento de Estado não utilizadas, bem como nas verbas inscritas no Orçamento de Estado para 2020, no valor de

25,2 milhões de euros e do financiamento da União Europeia no valor de 7,4 milhões de euros.

O PSD desde a primeira hora que tem acompanhado todo o processo decorrente do furacão Lorenzo de forma séria, responsável e proativa.

Deputada Mónica Seidi (PSD): Muito bem!

O Orador: O PSD apresentou propostas que, infelizmente, não foram acolhidas, as quais, em nosso entender, poderiam ter minimizado alguns dos efeitos negativos.

Recordamos por exemplo uma coisa muito simples, a constituição de um gabinete de coordenação com efetivo poder de decisão, na dependência direta do Presidente do Governo Regional. Esta medida poderia ter evitado a absoluta descoordenação no processo de abastecimento às Flores e Corvo.

Entendemos e partilhamos a opinião generalizada das pessoas afetadas, designadamente das Flores, do Corvo, do Faial, de que o Governo não agiu com competência, com a celeridade necessária e de forma solidária, enfim, não esteve à altura.

Na proposta de revisão do plano, a reduzida desagregação das verbas não permite a este Parlamento ter uma apreciação exata, apropriada e individualizada sobre os montantes destinados à recuperação de infra-estruturas portuárias e de equipamentos portuários.

Uma maior desagregação permitia decidir com maior conhecimento e facilitaria a decisão, tanto mais que estamos em fevereiro e seguramente essa informação existe e está na posse do Governo. Essa limitação em nada contribui para uma transparência que entendemos ser essencial nesta situação.

Constatamos que estão inscritos montantes para fazer face aos prejuízos dos agricultores relativamente às colheitas, contudo não verificamos qualquer apoio aos agricultores que tiveram custos acrescidos pela impossibilidade de exportação dos seus animais.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A presente proposta contempla todos os instrumentos financeiros que o governo entende serem os necessários e suficientes para enfrentar os problemas decorrentes da passagem do furacão Lorenzo. Uma vez este documento aprovado, não haverá lugar a desculpas ou atrasos na recuperação dos estragos e no conseqüente retorno à normalidade da vida das pessoas.

Sendo certo que a aprovação desta proposta em nada depende do sentido de voto do PSD, ainda assim, estando em causa o interesse regional, o nosso apoio à presente iniciativa é total. O nosso foco é o interesse regional e a importância de rapidamente entrar em funcionamento este conjunto de instrumentos financeiros necessários para que se passe imediatamente para o terreno, efetuando a recuperação das infra-estruturas afetadas nas diferentes ilhas, apoiando as pessoas e apoiando as empresas afetadas pela passagem do furacão Lorenzo.

O objetivo desta revisão orçamental é dar resposta à calamidade provocada pelo furacão Lorenzo e isso é bem-vindo.

Para o PSD o interesse dos açorianos tem de prevalecer sempre no debate político, na postura do Parlamento, na ação do Governo.

O PSD Açores dá claramente um sinal de que está sempre ao lado da resolução dos problemas que afetam os açorianos. Isso, naturalmente, não dispensa a ação fiscalizadora do PSD, como partido da oposição e alternativa de governação.

Este será o nosso desafio da forma responsável, correspondendo ao interesse e na defesa das populações.

Disse.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A alteração agora efetuada ao Plano e Orçamento da Região para 2020 traduz de forma muito clara o nível de compromisso, responsabilidade e solidariedade do Governo dos Açores e do Partido Socialista.

Demonstra também a solidariedade para com os Açorianos que foram afetados pelo furacão Lorenzo e demonstra ainda a solidariedade e o diálogo com as autarquias, realçando a importância da parceria porque só assim é possível resolver os problemas das pessoas.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: É por isso que dou nota, nesta primeira fase da minha intervenção, da alteração ao orçamento para contemplar o aumento de 70 para 85% dos apoios concedidos às autarquias, no âmbito da recuperação dos estragos causados pelo furacão Lorenzo.

Destaco ainda o compromisso assumido com os açorianos através do Presidente do Governo Regional dos Açores, desde as primeiras horas e demais membros do governo, que assumiram e comprometeram-se logo desde o início que iriam ressarcir e compensar os açorianos que tinham sido prejudicados, na exata medida dos seus prejuízos.

Responsabilidade, sras. e srs. deputados, na forma de atuação porque o Governo Regional dos Açores não embarcou em demagogia como fez o PSD ao prometer tudo a todos, de forma igual e até causando injustiça, ...

Deputados José Ávila e Manuel Ramos (PS): Muito bem!

O Orador: ... sem primeiro avaliar, sem primeiro quantificar e até prometeu compensar os que não foram prejudicados.

Responsabilidade, sras. e srs. deputados, porque o Governo apresenta agora a esta Assembleia um orçamento rectificativo como prometeu, com um aumento do investimento público na ordem dos 59 milhões de euros, sem aumentar o endividamento a que estava autorizado e disso deve ser dado nota.

Os aumentos do investimento na ordem dos 56 milhões de euros podem ser decompostos em infra-estruturas, portos e transportes, com valor a rondar os 38 milhões de euros. Podem ser alocados também à recuperação de estradas, aos prejuízos verificados em algumas autarquias, aos apoios concedidos para a habitação, para agricultura, para as pescas, mas também para o apoio às empresas e isso, sr. deputado Bruno Belo, é exatamente a decomposição do investimento que o sr. criticou.

Deputada Renata Correia Botelho e Deputado Manuel Ramos (PS): Muito bem!

O Orador: E isso está bem explícito nos documentos em análise, bastava dedicar algum tempo à apreciação dos documentos e conseguira ter essa informação.

Mas também gostaria de destacar nesta minha intervenção a celeridade e a rapidez com que atuou o Governo Regional dos Açores e demais entidades públicas porque num curto espaço temporal iniciou todos os procedimentos legais, decretou a situação de calamidade pública regional e iniciou, desde o início, procedimentos e medidas muito concretas para permitir minimizar os impactos do furacão e repor, dentro do que era possível, a normalidade nas ilhas mais afetadas.

Celeridade e rapidez também na atuação e na reconstrução porque nas horas imediatamente seguintes à passagem do furacão vimos funcionários públicos dedicados a proceder a limpezas, a dragagens, a reparações desde a primeira hora com o intuito de minimizar o impacto do furacão, com o intuito de garantir

alguma normalidade e assim permitir resolver os problemas que foram provocados por uma calamidade chamada furacão Lorenzo.

É verdade que existiram percalços, é verdade que existiram problemas de comunicação e até de logística, reconhecemos, hoje é muito mais fácil verificar isso. Mas, isso aconteceu ao mesmo tempo que tínhamos um porto totalmente destruído e mesmo com alguns períodos de mau tempo sucessivos.

Mas também é verdade que hoje já temos um navio que foi fretado pelo Governo Regional dos Açores, em tempo recorde e isso é bom reconhecer, a operar no grupo ocidental e a repor alguma da normalidade no abastecimento de mercadorias.

É igualmente verdade que a Portos dos Açores já adjudicou a primeira fase da obra de reconstrução do porto das Flores, na ordem dos 18 milhões de euros, apenas três meses depois da passagem do furacão. É obra de facto, mas resulta de muito empenho e dedicação do Governo Regional dos Açores, dos funcionários públicos e também dos voluntários que se dedicaram desde o início na reconstrução dos danos provocados pelo furacão Lorenzo e aproveitamento para realçar o empenho e a dedicação de todos nesta importante missão.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Muito bem!

O Orador: E por fim, termino esta intervenção realçando a solidariedade regional e nacional.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Solidariedade regional porque os açorianos logo perceberam o real impacto do furacão, independentemente da ilha de origem, São Miguel, Pico, Graciosa, Flores, em qualquer sítio e isso é bem visível nos pareceres que recebemos na Comissão de Economia, dos diversos Conselhos de Ilha e até da AMRAA que dá o parecer favorável a esta alteração, revisão orçamental, tecnicamente falando ...

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem corrigido!

O Orador: ... e também reconhecendo a unanimidade e a importância de dar um parecer favorável nesta alteração que é feita.

Solidariedade nacional, e é importante realçar porque, felizmente, temos um Governo da República do Partido Socialista, um Governo do Partido Socialista que soube demonstrar, desde a primeira hora e em tempo recorde, a sua solidariedade com as populações afetadas, com os açorianos, disponibilizando todos os meios ao dispor, decretando a situação de calamidade

Deputado Luís Maurício (PSD): Quem o viu e quem o vê!

O Orador: ... pública nacional e participando em 85% os prejuízos verificados. Isso sim, sr. e srs. deputados, é solidariedade e é bom lembrar que no passado governos de direita negaram ajuda aos açorianos, mandaram os açorianos ir à banca e demonstraram que não podemos contar com governos do Partido Social Democrata e do CDS, neste caso.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: ... são por essas razões que fez, faz e continuará a fazer diferença ter um governo do Partido Socialista na República e na Região porque os açorianos ficaram a saber com quem é que podem contar.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Isso já foi visível em 2019 quando o Governo da República, apenas alguns dias depois, transferiu cerca de 20 milhões de euros para a Região, no orçamento para 2020 também estão contemplados mais cerca de 25 milhões de euros e tudo isso é feito em estreita parceria com o governo dos Açores, com vista a resolver os problemas dos açorianos.

Por isso, concluo da forma como iniciei esta intervenção, a apresentação desta revisão orçamental em tempo recorde traduz a postura de compromisso, de

responsabilidade e de solidariedade para com os açorianos, sejam dos governos da república, do governo do partido socialista, demonstraram estar ao lado dos açorianos na resolução dos problemas, conforme se comprova no documento em anexo.

Mais do que números e o documento em análise comprova o aumento do investimento público que é significativo, a alteração orçamental prevê medidas e investimentos que ajudam a resolver os problemas das pessoas repondo a normalidade possível e minimizando o impacto do furacão. É por tudo isso que os açorianos sabem que podem contar com o Partido Socialista para governar aqui e na República.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Alonso Miguel.

(*) **Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Começo por referir que o que está em análise, neste momento, não é a atuação que teve o Governo Regional aquando a passagem do furacão Lorenzo, também não está em causa alguns dos aspetos que foram frisados pelo Sr. Vice-Presidente e nem me vou referir à propaganda eleitoral feita pelo sr. deputado Carlos Silva ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... em jeito de pré-campanha eleitoral. O que está em causa, vou cingir a minha intervenção à componente

Deputado Francisco César (PS): O senhor não faz campanha, é isso que nos está a dizer!

O Orador: ...que me parece que justificou, motivou a apresentação destas propostas de revisão do Plano e Orçamento da Região para 2020 e que, à partida, seria sempre largamente consensual que se prenda com o reforço da dotação orçamental com verbas provenientes do Governo da República e também do fundo de solidariedade da União Europeia, com vista à realização dos investimentos necessários e urgentes para fazer face aos prejuízos causados pelo furacão Lorenzo, razão pela qual estas propostas merecerão, naturalmente, a nossa concordância.

Salientamos ainda como positiva e justa a medida e a decisão que foi tomada de aumentar a comparticipação de 70% para 85% da comparticipação aos investimentos realizados pelas autarquias, na medida em quem também esta foi a comparticipação feita pela República aos investimentos feitos na Região e portanto, parece-nos também de referir que esta é uma medida positiva e justa.

Parece-nos no entanto que teria sido pertinente ser apresentada uma desagregação das verbas destinadas para fazer face aos efeitos da intempérie, nos diversos programas que são apresentados e que isso nos permitiria uma análise muito mais clara e transparente das finalidades a que se destinam estas verbas e, portanto, terminaria fazendo esta referência que teria sido, em termos de transparência e de clareza, muito positivo que essa desagregação das verbas tivesse disso efetuada.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Lima tem agora a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Esta proposta, como já foi amplamente referido, visa alterar o orçamento tendo em conta aquelas que são as comparticipações financeiras do Governo da

República, da União Europeia com vista a fazer face aos prejuízos que todos conhecemos e reconhecemos decorrentes da passagem do furacão Lorenzo.

Não são raras as vezes que os desastres naturais que os Açores, infelizmente, bem conhecem, obrigam a alterações de fundo na vida das pessoas, neste caso estamos perante também a necessária alteração orçamental para se fazer face a estes mesmos prejuízos que para além do prejuízo imediato na vida das pessoas, se prolongará por muitos, muitos anos, principalmente no grupo ocidental, nas ilhas da Flores e do Corvo de forma indireta, para além dos prejuízos de muitas outras ilhas.

Obviamente que saudamos e achamos muito positiva a decisão de participar em 85% aqueles que são os custos decorrentes dos efeitos do furacão Lorenzo pelo Governo da República, o que garante obviamente, que exista a capacidade orçamental da Região para intervir e recuperar rapidamente as infra-estruturas destruídas e para que possam também custear aquele que é o transporte que garante o abastecimento às populações.

Este compromisso cumprido, e acreditamos que tem mesmo que ser cumprido, a que se soma o compromisso do Governo Regional já assumido também, em compensar os prejuízos efetivos no que diz respeito aos empresários do comércio, seja da agricultura, são obviamente, compromissos que são importantes e que ajudam, esperamos nós, de forma decisiva a que os impactos do furacão Lorenzo da economia das ilhas do grupo ocidental, fundamentalmente, mas não só, principalmente no caso agrícola, esses impactos sejam fortemente atenuados.

Outras medidas poderão ser necessárias no futuro, obviamente que a evolução e a análise constante do evoluir da situação deve sempre ser tida em conta. É, no entanto, e não posso deixar de frisar isso, essencial que os compromissos por todas as partes sejam cumpridos.

No orçamento, para além da necessária alteração dos valores das transferências, como já referi também, define-se um regime de comparticipação às autarquias que podem atingir também 85%, o que nos parece também adequado e importante, no sentido de recuperar infra-estruturas municipais que tiveram prejuízos.

Votaremos, obviamente, favoravelmente estas propostas de alteração, salientando também que tivesse sido efetivamente desagregado, no que diz respeito ao Plano, as medidas que foram reforçadas e não é para os partidos, que os partidos têm o tempo e obrigação de as ver, mas é também para os açorianos e açorianas e para todos os órgãos para facilmente consultarem o Plano e saberem exatamente o que é que foi alterado. Não é uma questão só para o Parlamento ter acesso, é para a sociedade no seu todo ter acesso a estas alterações.

Obviamente que votaremos favoravelmente, salientando que o que estamos a votar favoravelmente é a alteração ao Plano, não estamos obviamente a mudar o nosso sentido de voto do Plano que foi aprovado em novembro, aqui há uma alteração em concreto para fazer face a uma situação em concreto e que obviamente nós estamos de acordo com essas novas verbas para estas medidas que visam recuperar os prejuízos do furacão Lorenzo.

Não posso também deixar de referir nesta intervenção, ao anúncio da proposta pelo Sr. Vice-Presidente ao anúncio da proposta do grupo parlamentar do Partido Socialista que também foi uma novidade neste Parlamento que é o Governo apresentar uma proposta de um partido, mas estamos sempre a aprender.

Vem o Governo Regional também e o Partido Socialista, não sei bem a quem é que hei-de referir, para anunciar uma proposta de alteração que visa integrar trabalhadores ao abrigo dos chamados programas ocupacionais. Bem, eu começo por dizer que deveria e vou àquela velha máxima, que deveria haver

eleições todos os anos, é pena que não haja eleições todos os anos porque assim talvez a precariedade nos Açores fosse algo muito mais reduzido, fosse algo com uma expressão muito menor.

E eu recordo que o Bloco de Esquerda já propôs e já defendeu muitas vezes a integração de trabalhadores ao abrigo de programas ocupacionais, inclusive com projetos de decreto legislativo regional, a adaptação à Região do PREVPAP tinha também ,para além de outros, esse objetivo e não se trata apenas da forma de o fazer porque eu recordo que aqui tantas vezes debatemos este assunto, fosse através de iniciativas, fosse através de debates que suscitamos ou outros partidos suscitaram em que a questão do trabalho e a questão da precariedade foi levantada, o Governo Regional e o Partido Socialista sempre negaram a existência de trabalhadores ao abrigo de programas ocupacionais a desempenhar funções que são essenciais nos serviços, funções permanentes e isso sempre foi negado pelo Governo e pelo Partido Socialista. Chega-se a fevereiro de 2020, ano de eleições, o Partido Socialista e o Governo reconhecem que há trabalhadores ao abrigo de programas ocupacionais a cumprir necessidades permanentes nos serviços públicos da região na administração pública e nós sabemos que isso é verdade, finalmente, bem vindos reconheceram que a precariedade é uma realidade na administração pública, a precariedade estende-se muito além da precariedade ao nível dos contratos a prazo, dos recibos verdes, está nas centenas de trabalhadores ao abrigo dos programas ocupacionais, muitos deles manifestaram-se há poucos dias em frente ao Palácio de Santana, talvez isso também tenha dado uma pequena ajuda e nas escolas, nos centros de saúde, nos hospitais eles são muitos e são eles que garantem o efetivo funcionamento destes serviços. Ainda bem que o Governo Regional o reconhece, mas já devia ter reconhecido há três ou há quatro anos atrás, sempre que o Bloco de

Esquerda o tem defendido e o tem alertado e esse problema já poderia estar há muito resolvido.

Vamos analisar obviamente a proposta de alteração do Partido Socialista, mas não posso deixar de dizer que o Partido Socialista e o Governo nesse aspeto vêm, mas vêm muito tarde.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Paulo Corvelo tem a palavra.

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Sra. Presidente. Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No passado dia 2 de outubro, o furacão Lorenzo deixou um rasto de destruição nos Açores, com particular destaque para a ilha das Flores.

Nesta ilha a destruição de maior monta e com consequências brutais e inevitáveis para a população da Ilha das Flores foi a destruição do porto comercial das Lajes das Flores.

Imediatamente se constatou que a destruição do porto das Lajes das Flores fazia a ilha recuar mais de trinta anos no abastecimento de mercadorias às ilhas do Grupo Ocidental, bem como na exportação dos seus produtos, nomeadamente o gado vivo.

O Governo Regional traz-nos a proposta de primeira alteração ao Plano Regional Anual para 2020, que executará em diversas áreas as tarefas de recuperação dos efeitos da intempérie Lorenzo.

Estando obviamente de acordo com esses apoios e obras de recuperação em diversas ilhas, devemos referir que a Representação Parlamentar do PCP se manterá alerta para a necessária execução célere destes apoios e destas obras.

Merece-nos especial atenção que os empresários florentinos sejam rapidamente ressarcidos pelos prejuízos sofridos devido à menor atividade económica dos últimos meses em consequência da destruição do transporte marítimo de

mercadorias. Só assim poderá ser assegurada alguma retoma da dinâmica económica na ilha das Flores.

Sra. Presidente. Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não poderão também ser esquecidos os agricultores corvinos e florentinos, concretamente o apoio que estes devem receber pelos custos acrescidos que tiveram e ainda sofrem com a alimentação extraordinária do seu gado não exportado devido à descontinuidade do transporte marítimo que afetou imenso essa exportação de gado vivo desde as ilhas das Flores e Corvo.

Também se torna necessário que seja celeremente executada a recuperação dos estragos causados em algumas habitações nas ilhas do grupo Central e Ocidental, com especial enfoque na ilha do Faial, pois muitas famílias perderam os seus bens com a passagem do furacão Lorenzo.

Muito importante também é a recuperação dos estragos causados em portos de pesca na ilha do Pico, assim possibilitando que os pescadores picarotos possam retomar a normalidade da sua atividade.

É necessário que o Governo tome contacto com a realidade e seja capaz de ouvir e tenha a capacidade de aceitar as melhores propostas para a solução destes problemas.

É que ninguém mais que os florentinos, os corvinos, os faialenses e os picarotos desejam que sejam encontradas as melhores soluções para a resolução célere destes problemas.

Assim, a Representação Parlamentar do PCP irá acompanhar de perto a sua execução e votará favoravelmente as propostas contidas nesta primeira alteração ao Plano Regional Anual para 2020.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Na sua intervenção o Sr. Vice-Presidente falou várias vezes no saldo orçamental que é 12 milhões de euros acrescidos de 20 milhões de euros do orçamento de Estado que não foram gastos em 2019 e a pergunta que lhe faço é essa: sendo que a receita, como disse, foi executada a 100%, afinal qual foi a taxa de execução do Plano que no final do terceiro trimestre estava em 57, 58% ? Ou seja, para nós é relevante perceber qual foi a taxa de execução do Plano, tendo em conta que é um saldo, tendo em conta que a receita foi executada a 100% como disse e, portanto, é importante e é relevante e é importante juntar, quer a execução do Plano, quer a execução do Orçamento, de outra maneira a conclusão seria, se a taxa de execução do Plano não tivesse próximo de 100% significava que o Governo alguma coisa orçamentou de uma forma errada e de facto, não faz sentido, se não executou o Plano a 100%, que venha aqui enaltecer o saldo orçamental que teve e portanto, só faz sentido falar num saldo orçamental e só seria positivo se tivesse executado as verbas do Plano numa taxa próxima dos 100%.

Outra questão que o sr. deputado António Lima já levantou, finalmente o Governo reconhece que há trabalhadores ocupacionais que estavam em necessidades permanentes na administração pública e nalgumas empresas públicas. A questão que coloco é, o que é que mudou desde novembro até agora para que esta medida não tivesse sido incluída na proposta de Orçamento para 2020? De facto, o que é que mudou nesses dois meses para que o Governo na medida que é proposta agora não tivesse sido incluída? Aliás, eu não sei se é lícito associar isso àquilo que é o objetivo da taxa de desemprego do Governo que constava do Plano para 2020 de 5,6% e aquilo que foi o aumento da taxa de desemprego do terceiro para o quarto trimestre de 7,3% para 7,6% e ainda, a diminuição da população empregada, que foi a grande notícia na discussão do orçamento de 2020, que foi a população empregada no terceiro trimestre era de 116.000, a mais alta desde sempre, desde que há registos, mas que no quarto

trimestre baixou de 5000 trabalhadores, passou para 111.000, ou seja, exatamente um nível que existia há dez anos, antes da crise. Aliás, convém recordar também, já que falou em emprego, não é o tema do presente debate, nós temos ainda mais desempregados do que tínhamos antes da crise, cerca de mais 1100 desempregados e portanto, a questão do emprego continua a ser uma questão pertinente e portanto, o que nos parece aparentemente é que esse recurso da regularização que é proposta agora está mal explicada e era importante perceber porque motivo é que é apresentada no contexto desta revisão orçamental.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Paulo Estevão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente. Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É com satisfação que eu vejo que é apresentada aqui esta proposta do grupo parlamentar do Partido Socialista em relação à integração do pessoal que tem desempenhado funções nos programas ocupacionais no âmbito da administração regional e das empresas públicas regionais.

Eu devo dizer que me empenhei fortemente nesta situação, inclusivamente participei na primeira manifestação que foi organizada por este grupo, que juntou 130 pessoas em Ponta Delgada. Estávamos justamente a preparar uma manifestação para dia 20 em que prevíamos a presença de 400 pessoas que obviamente, que se deslocariam durante o seu horário laboral e portanto, eu acho que este é um daqueles momentos em que um pequeno partido como o PPM fez também a diferença, em que demos um bom contributo para que este assunto se resolvesse, estou obviamente contente que se resolva, não se irá resolver pelo que aqui já vi e as medidas que aqui estão a ser implementadas, os

problemas de toda a gente que está neste tipo de situação, mas irá resolver-se os problemas de algumas centenas de pessoas.

Eu considero que fundamentalmente também é uma questão de justiça, muita daquela gente que esteve naquela manifestação e que estaria agora e que estava disponível, já tínhamos cerca de 400 pessoas previstas para esta manifestação dia 20, é gente que está há muitos anos a servir a administração pública e que de facto, é imprescindível nas escolas, é imprescindível nos hospitais, é imprescindível em muitos serviços públicos, tendo desempenhado uma função, eu próprio quando visitei as escolas, os próprios conselhos executivos me diziam que têm pena de ver partir estas pessoas que receberam formação, que têm laços de afetividade já com aquela escola, com os alunos, com os professores, com os outros funcionários, inclusivamente naquela manifestação estiveram muitos funcionários do quadro a apoiar solidariamente os seus colegas e, portanto, eu fico muito agradado que tenha sido apresentada esta iniciativa parlamentar e que esta iniciativa tenha o apoio do Governo Regional, sinto que dei também um contributo positivo nesta matéria. De qualquer das formas, eu o que acho é que mostra mais uma vez às pessoas aqui nos Açores, fiquem atentos à resolução desta questão, mostra que vale a pena manifestar-se, mostra que vale a pena defenderem os seus direitos, mostra que vale a pena não ficarem calados, que podem de facto reivindicar e que essa capacidade de reivindicação lhes permite resolver muitos problemas.

Portanto, esta é uma boa lição da força que tem o povo, o povo tem muita força e é necessário que se mobilize e que as pessoas se mobilizem para conseguir que os seus problemas sejam resolvidos, mas não são os seus problemas do ponto de vista, podíamos pensar aqui de uma forma egoísta, não são só os problemas da administração, eles estão ao serviço da Região e merecem que lhes seja feita justiça e eu penso que aqui há uma resolução parcial do problema, nós teríamos obviamente um programa mais ambicioso e vamos

continuar a pugnar para que esta integração possa suceder com muito mais trabalhadores que agora ficam de fora.

Em segundo lugar, devo dizer também que em relação às alterações que aqui são propostas em relação ao plano, pois nós damos um apoio, há uma capacidade financeira acrescida para tentar resolver estas questões com celeridade e, portanto, nós também vamos votar favoravelmente o documento que aqui nos é apresentado.

Quero chamar a atenção do seguinte: em relação à sua execução é preciso ter em conta, nomeadamente em relação à ilha do Corvo, que de forma alguma o problema está resolvido. Não foi restabelecido um circuito comercial regular, um abastecimento regular, isso é absolutamente essencial e portanto, eu espero é que com estes novos meios que exista a capacidade financeira para impedir que volte a suceder 50 dias sem abastecimento da ilha do Corvo, ou seja, o que é necessário é que sejam preparados os mecanismos para revolver os problemas das pessoas e também vou fiscalizar de perto a execução da reconstrução das infra-estruturas que é necessária nas diversas ilhas, vamos fiscalizar essa matéria e vamos estar muito atentos e vamos dar o nosso contributo, é um contributo de exigência para a resolução destas questões e portanto, nós, da nossa parte, a nossa oposição é uma oposição construtiva, exigente, mas não abdicamos nunca de fiscalizar estas matérias.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo.

(*) **Vice-Presidente do Governo** (*Sérgio Ávila*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, só para responder e clarificar as questões do sr. deputado António Vasco.

Primeira questão, sr. deputado, estas medidas não alteram em absolutamente nada a taxa de desemprego, portanto não têm qualquer efeito sobre a taxa de desemprego.

Deputado Francisco César (PS): Como é óbvio!

O Orador: Como é óbvio! Mas, se me permite sr. deputado, a evocação que o sr. tentou fazer em relação aos resultados do quarto trimestre e ao cenário macroeconómico saíram-lhe exatamente ao contrário. O sr. deputado se reparar, nós no Orçamento para 2020 o cenário macroeconómico previa uma taxa de desemprego em 2019 de 8%. Os dados do quarto trimestre fizeram baixar a taxa de desemprego para que no conjunto do ano anterior baixasse para 7,9%, ou seja, se há alguma coisa que o cenário macroeconómico teve em relação à taxa de desemprego é que a taxa de desemprego efetivamente foi mais baixa do que aquela que nós prevíamos quando aprovámos o orçamento.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Portanto, sobre essa matéria não tem nenhuma razão.

Sobre a origem do saldo orçamental, o saldo orçamental e permita-me também corrigir, eu não referi que tinha havido uma execução da totalidade da receita, o que eu referi é que tinha havido uma execução da totalidade da receita própria da Região, como aliás houve também uma execução da totalidade das transferências previstas no Orçamento de Estado e, portanto, que resultou que esse facto conjugado com as despesas de funcionamento estarem 7,5 milhões de euros abaixo do orçamentado, libertou este saldo orçamental que é acrescido dos 20 milhões que foram transferidos no final do ano e não foram utilizados.

Portanto, não é a receita total que foi executada, foi a receita própria da Região que conjuntamente com as transferências do Orçamento de Estado financiam as despesas de funcionamento e libertaram esses recursos.

Em relação à taxa de execução do Plano do último ano, referindo que no terceiro trimestre situava-se à volta dos 50 e tal %, também tenho uma boa notícia para lhe dar: a taxa de execução do Plano em 2019 subiu para 83%.

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Sr. Deputado António Vasco Viveiros tem a palavra.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A taxa de desemprego que estava prevista no Plano de 8% e 7,9% é exatamente igual, é evidente que aí tem razão, a questão aqui é outra, é que o Sr. Vice-Presidente nas várias discussões chamou a atenção para o facto de que tendo a taxa de desemprego no terceiro trimestre sido inferior àquilo que eram as estimativas do Governo, mais facilmente seria atingido o objetivo e portanto, há aqui uma inversão daquilo que era a expectativa no terceiro trimestre, dado o aumento que houve.

Por outro lado, há a questão da diminuição da população empregada que é muito significativa, eu percebo que é um inquérito, percebo que há variações que muitas vezes decorrem da natureza do inquérito, tem um desvio padrão elevado e, portanto, isso só recomenda é que quando há valores muito positivos ou muito negativos, haja alguma moderação em quem tira conclusões e essa ...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados

O Orador: ... o Sr. Vice-Presidente não teve e foi acompanhado pelo Partido Socialista ...

Deputado Francisco César (PS): O senhor fale com o seu colega Joaquim Machado!

O Orador: ... quando fala que nunca houve tanta gente empregada nos Açores desde que existiam registos, é evidente que no trimestre seguinte se há menos 5000 pessoas, não é naturalmente uma boa notícia.

Quanto à execução do Plano e do saldo, sendo 83 é um valor semelhante ao do ano passado e de 2018, 82, 83, mas é bom que se traduza isso em números. Significa que são cerca de 90 milhões de euros que estavam no Plano de 2019 que não foram executados e portanto, esse número mantém-se relevante e é importante que se diga, sobretudo quando se falam aqui de saldos de um ano para o outro.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa, de momento, não tem inscrições.

Sra. Deputada Graça Silveira tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira (Independente):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

De facto, o Governo foi muito rápido a fazer os cálculos dos estragos resultantes da passagem do furacão Lorenzo pela ilha das Flores.

Já no que se refere a conseguir acautelar o mínimo de normalidade na vida das pessoas foi o caos que se viu e já que estamos em ano de eleições eu devo lembrar que tudo o que se passou nas Flores, com as dificuldades em termos de mar, em termos de portos, de conseguir levar àquelas pessoas as mercadorias e os bens necessários para que se regularizasse a vida delas, faz todo o sentido uma proposta do CDS que tem anos, que é o mini cargueiro inter-ilhas, se os srs. já o tivessem implementado que é uma coisa que vale para aí 2 milhões, no medo de 330 milhões adquirir um mini cargueiro de 2 milhões, tinham conseguido colocar em tempo útil as mercadorias no Corvo e nas Flores.

Portanto, pergunto-lhe, e em relação a estes custos, se nesta verba toda estão os custos associados ao aluguer do Malena, que de resto é uma história meio

estranha porque é dito que o Governo Regional assume o transporte do barco até à Região e assume metade dos custos da operação e que a outra metade é dividida igualmente pelos três armadores e eu pergunto então: os três armadores dividem os custos do aluguer e os lucros, também são divididos por três, ou seja, o preço do contentor é dividido por três? Mas que que tipo de arranjo é que foi este? Ou seja, pergunto se esta verba é verba também para pagar esse aluguer? E que se em vez de se estar a alugar um barco novamente aos gregos, que levou o tempo que levou, e que vai ter que se alugar daqui a três meses porque daqui a três meses o porto não vai estar pronto e daqui a três anos não vai estar pronto, se não fazia todo o sentido adquirir o tão desejado mini cargueiro para a Região?

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Bruno Belo tem a palavra.

(*) **Deputado Bruno Belo (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente. Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. deputado Carlos Silva eu aprecio-lhe o esforço que fez em tentar trazer o PSD para aquele lado da política mais pobre, para aquele lado da política da desculpa e o sr. deputado Carlos Silva em vez de estar ao lado daqueles que foram os mais fustigados pela passagem do furacão Lorenzo, preocupou-se imenso em arranjar desculpas para a incompetência do Governo.

E é aqui, sr. deputado, que se calhar deveria pedir desculpas aos florentinos por tudo aquilo que se passou durante esse período todo, era essa uma postura digna, uma postura de um deputado que é eleito pelo povo e que representa o povo.

Sr. deputado o PSD em algum momento sequer tentou atribuir benefícios a quem não teria sido prejudicado, nunca sr. deputado, mas o que o PSD tentou

fazer foi que aqueles que são prejudicados fossem ressarcidos e nessa matéria, sr. deputado, este não foi o papel do Partido Socialista.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Não isso que o senhor disse!

Deputado José Ávila (PS): O senhor pode ter pensado isso, mas não foi isso que propôs!

O Orador: Sr. Vice-Presidente relativamente àquilo que foram as suas explicações e nós temos conhecimento que o governo solicitou à Câmara do Comércio e Indústria da Horta que fizesse um levantamento juntos dos empresários das Flores para aferir dos prejuízos que os empresários teriam no decurso da passagem do furacão Lorenzo. Ora, se por um lado estamos a tratar de um problema que tem a ver com o final de 2019, por outro lado ainda estamos a tratar também do início de 2020, do mês de janeiro do início de 2020 e o Governo esperou o tempo que entendeu que era suficiente para poder efetuar esse levantamento e quando faz esse levantamento (não sei se o Sr. Vice-Presidente tem conhecimento?) estabelece um prazo de oito dias para que os empresários deem este valor.

Ora, Sr. Vice-Presidente é importante garantir que ninguém fica de fora e o Sr. Vice-Presidente sabe que poderão não ter os meios suficientes para poder dar este valor, nesse prazo estabelecido. Não é justo que o Governo tenha demorado o tempo que entendeu até agora e agora exija que os empresários o façam em oito dias, Sr. Vice-Presidente.

Segunda questão, Sr. Vice-Presidente, eu vou-lhe perguntar a si porque o sr. é que apresentou a proposta de alteração do Partido Socialista. Sr. Vice-Presidente, nos últimos anos, no final da legislatura passada e já nessa legislatura foram feitos dois processos de integração de precários na administração pública. Por várias vezes, nas audições da comissão, o Sr. Vice-Presidente foi questionado do porquê de não serem integradas as pessoas que estavam ao abrigo dos programas ocupacionais e a sua resposta foi muito

simples: “estas pessoas não podem ser integradas porque não têm qualquer tipo de vínculo com a administração pública.” Ora, Sr. Vice-Presidente, se o que hoje está aqui apresentado poderia ter sido feito naquela altura, qual é a razão que o governo até agora fez essas pessoas sofrerem e esperarem para verem a sua situação resolvida?

Sr. Vice-Presidente agora uma questão administrativa e que a minha preocupação é meramente administrativa e tem a ver com o aquilo que é o art.º 3 do orçamento desta revisão orçamental, que tem a ver com a concessão excecional de auxílios financeiros às autarquias. Ora bem, o artigo do orçamento refere que nas situações de prejuízo ocorrias aquando a passagem do furacão Lorenzo, nos dias 1 e 2 de outubro de 2019, a participação financeira direta do Governo Regional a que se refere o n.º 3 do artigo 18-A e o n.º 5 do art.º 24-A do Decreto Legislativo Regional n.º 32/2002-A, ora, a minha dúvida e é uma dúvida meramente administrativa e poderá não ter razão de existir, obviamente, mas é por isso que estou a pedir um esclarecimento, o artigo 24.º da própria legislação que foi revista já recentemente refere que no seu n.º 1, “sem prejuízo dos dispostos no artigo anterior a cooperação financeira com as freguesias e associações de freguesias poderá abranger a comparticipação por prejuízos causados pela ocorrência de intempéries, situações imprevisíveis e excecionais, as quais não configurem situações de calamidade pública” e a minha questão é tão só essa, visto que no preâmbulo do orçamento está referido que a declaração de calamidade pública nos termos da resolução do Conselho de Ministros n.º 180/2019, de 8 de novembro e aqui poderia haver um conflito ou alguma diferenciação e é só para prevenir que possa não estar, porque também no n.º 5 do artigo.24º da legislação da comparticipação técnico-financeira refere-se que a comparticipação financeira aos governos regionais, previstas no n.º 1 será afixada pelo Conselho do Governo Regional consoante a gravidade ou a necessidade das situações que foram objeto de apoio, podendo

atingir os 70%. O objetivo eu percebo que é passar os 70% para os 85% e isto não está em causa, o que está em causa, Sr. Vice-Presidente, e eu acho que percebeu das minhas palavras, que é o conflito que poderá haver na exceção que tem quando diz que as quais não configurem situações de calamidade e o facto que está no preâmbulo do orçamento ser o facto da calamidade que leva a que esses mecanismos de exceção sejam acionados.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputado António Vasco Viveiros (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente só para dar nota do incómodo do PSD e do Bloco de Esquerda pelas propostas positivas que foram aqui apresentadas, por uma proposta que permite regularizar e integrar na administração pública pessoas que estavam em programas ocupacionais e que agora passam a ter uma situação mais estável, mais digna e com aumento dos seus rendimentos. E, portanto, sras. e srs. deputados, eu percebo o vosso incómodo, mas a verdade é que é uma boa medida, as pessoas deviam aplaudir e não criticar.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Isso é que era uma atitude construtiva, sr. deputado Bruno Belo, e coerente com aquilo que o seu líder agora diz, que quer construir e não destruir.

Deputada Mónica Rocha e João Paulo Ávila (PS): Muito bem!

O Orador: Mas isso já vimos que é pura demagogia, na prática é tudo igual. E, portanto, gostaria de dizer, sr. deputado Bruno Belo, que incompetência é vir aqui a esta Assembleia e apresentar uma isenção de segurança social para todos os empresários, isso é incompetência. Aquilo que o sr. escreve no projeto de resolução e defendeu na comissão é exatamente isso e isso é criar injustiça e

não, resolver os problemas que foram criados. Aquilo que faz o Governo Regional e muito bem, neste caso, é avaliar e quantificar os exatos prejuízos e compensar exatamente nesta medida.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Muito bem!

O Orador: Isso é que é justiça social e não aquilo que o sr. propõe e, portanto, em relação ao resto, aos seus adjetivos, eu não vou entrar nesse nível de diálogo, mas mostro aqui a satisfação do grupo parlamentar pela medida que é aqui apresentada de regularizar as pessoas que estão em programas ocupacionais há mais de três anos e que passam a ter uma situação mais estável, mais digna e garante assim um aumento dos rendimentos, que tem sido uma das lutas do Partido Socialista ao longo dos últimos anos.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Muito bem!

O Orador: Relativamente ao furacão Lorenzo e às propostas de revisão orçamental, creio que fica evidente o esforço e o empenho do Governo e do Partido Socialista na resolução de um problema, nós nunca negámos que nem tudo correu conforme gostaríamos, mas a verdade é que aos poucos temos vindo a resolver os problemas encontrados e a aprovação deste documento dá garantias que a situação se vai resolver. Um porto está destruído e não se resolve em dias, sr. deputado, o sr. sabe bem e, portanto, relativamente aos restantes assuntos creio que estamos conversados.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Vice-Presidente do Governo tem agora a palavra.

(*) **Vice-Presidente do Governo** (*Sérgio Ávila*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria de começar por lamentar o teor e conteúdo das palavras do sr. deputado Bruno Belo. Penso que não contribuem para um debate construtivo sobre esta matéria.

Chamar incompetência a um governo que dois meses depois desta calamidade conseguiu obter os meios financeiros totais para financiar investimentos de 313 milhões de euros, isso é incompetência, isso é incompetência!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Que conseguiu apresentar o cronograma e a calendarização de todos os investimentos e de todos os apoios logo no primeiro mês do ano em que era possível o fazer, em termos orçamentais, isso é incompetência.

Deputado Bruno Belo (*PSD*): Quatro meses depois!

O Orador: Sr. deputado eu não sei onde é que está o seu conceito de competência, agora sei de uma coisa, os exemplos do passado, em termos de solidariedade, do seu partido, quando houve calamidades nos Açores ...

Deputados Francisco César e José San-Bento (*PS*): Muito bem!

O Orador: ... se isto é incompetência, o que o sr. chamará a essas atitudes do passado?

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Mas é um campo de discussão que eu não vou seguir por aí, atribui-se a um momento menos feliz da sua parte.

Agora vamos esclarecer as questões com objetividade. O sr. deputado também disse que o governo demorou o tempo que quis para iniciar o levantamento em

relação aos prejuízos efetivos que as empresas tiveram pela descontinuidade de transporte de mercadorias. Não demorou o tempo que quis, demorou o mínimo de tempo possível para que com rigor, justiça e equidade se pudesse apurar o efetivo prejuízo, importava previamente retomar a normalidade desses transportes e logo no dia em que essa normalidade foi assegurada, no dia seguinte estávamos a fechar com a Câmara do Comércio da Horta o protocolo para fazer esse apuramento, por isso, mais rápido também era impossível.

Quero-lhe dizer que precisamente para evitar qualquer discussão sobre essa matéria delegámos integralmente e confiamos na Câmara do Comércio da Horta para fazer esse levantamento rigoroso, que é feito com base nos dados contabilísticos de cada empresa que têm prazos oficiais de entrega e nada a Câmara de Comércio com certeza irá solicitar aos seus associados e a outras empresas documentos que obrigatoriamente não tenham que ser remetidos às entidades competentes para esse efeito.

Agora, quero dizer que esse apuramento será rigoroso ao cêntimo, iremos compensar todas as empresas dos prejuízos efetivos que forem evidenciados em termos dos seus resultados líquidos e permitam-me que lhe diga, quem achava que a compensação seria reduzir ou anular a taxa, das contribuições para a segurança social de quem não teve prejuízos, de quem teve muitos prejuízos, acha isso que é uma justiça, não tem, se me permite, qualquer argumento técnico para vir aqui debater esta medida, que esta sim, é justa e compensa na íntegra os reais e efetivos prejuízos que as empresas tiveram.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Não tratámos todas as empresas por igual, cada situação é uma situação e dá muito mais trabalho, tem muitos mais custos, sem dúvida, mas é muito mais rigoroso, justo e transparente apoiar quem precisa no exato montante desse prejuízo que efetivamente tiveram. Foi essa a nossa solução, da qual nos orgulhamos muito. Podíamos cair em facilitismos da vossa proposta,

mas estaríamos a fazer uma enorme injustiça a quem efetivamente teve prejuízos e estaríamos também a fazer uma enorme injustiça a todas as empresas da Região.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

A Mesa, de momento, não tem inscrições.

Não havendo vamos então...

Sr. Deputado António Lima pede a palavra para?

Deputado António Lima (BE): Solicitar um intervalo regimental de 30 minutos.

Presidente: É regimental, regressamos então às 18h00.

Sim, o debate na generalidade vamos dá-lo por encerrado, mas isto também permite haver debate na especialidade, portanto penso que ninguém ficará proibido de poder intervir no âmbito do debate na especialidade.

Eram 17 horas e 28 minutos.

(Após o intervalo o Deputado Manuel Pereira voltou a ocupar o seu lugar na Mesa)

Eram 18 horas e 05 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados vamos então iniciar as votações destas propostas de alteração ao Plano e Orçamento Regional.

As votações serão feitas em separado, como é habitual.

Começamos pela votação na generalidade.

Votação na generalidade da primeira alteração ao Plano Regional Anual para 2020:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta anunciada foi aprovada por unanimidade.

Não entraram na Mesa propostas de alteração ao Plano, sendo assim proponho que se faça a votação conjunta do artigo 1.º e o artigo 2.º:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Votação final global:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O projeto de Decreto Legislativo Regional foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora às votações da alteração ao Orçamento para o ano 2020.

Votação na generalidade:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: Votação na generalidade foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passamos agora ao debate e votação na especialidade: Não há inscrições.

Sr. Deputado António Lima tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Restantes Membros do Governo:

Aproveito o debate na especialidade para dizer que o Bloco de Esquerda, naturalmente, votará favoravelmente a proposta de alteração que o Partido Socialista faz à proposta do Governo que altera o Orçamento para 2020 e não queria deixar de dizer que esta proposta de alteração que o Partido Socialista faz, não traz, como disse o sr. deputado Carlos Silva na sua intervenção de há pouco, não traz absolutamente nenhum incómodo ao Bloco de Esquerda, antes pelo contrário, congratulamos com ela e quem tem incómodo com esta proposta e esta proposta é um sintoma deste mesmo incómodo, é o próprio Partido Socialista que suporta um Governo, que durante anos, negou em primeiro lugar a existência deste problema, negou a existência de trabalhadores ao abrigo de programas ocupacionais a desempenhar funções permanentes na administração pública e empresas públicas e que para além disso, suporta um Governo Regional que aproveitou-se da mão de obra barata, que são esses trabalhadores, para assegurar o funcionamento dos serviços da administração pública. Trabalhadores que, relembro, não têm direitos, não têm os mesmos direitos que os restantes trabalhadores da administração pública e isso é que causa incómodo ao Partido Socialista porque vem agora corrigir um erro que obviamente é bom que seja corrigido, mas tantas vezes que o Bloco de Esquerda denunciou este erro e essa situação nesta Casa e fora dela e o Partido Socialista sempre o negou. Vem agora corrigir e ainda bem, votaremos favoravelmente, mas o incómodo está deste lado da bancada, sr. deputado Carlos Silva.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado Francisco César tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Restantes Membros do Governo:

Sr. deputado do Bloco de Esquerda, António Lima, não custa nada reconhecer aos nossos adversários políticos quando os adversários políticos praticam um

ato, que é um ato bem feito. Não deveria custar absolutamente nada ao Bloco de Esquerda reconhecer ao Partido Socialista que fez bem. Não custa nada dizer: “a medida que os srs. deputados apresentaram a este Parlamento em relação àqueles que estão em programas ocupacionais de condições que aqui foram referidas é uma boa medida”. Não custa nada porque nós quisemos e sempre dissemos que esta era uma medida nas circunstâncias em que estão a ser apresentadas e na justificação que o Sr. Vice-Presidente a colocou, esta é uma medida justa de que nós nos orgulhamos de apresentar. Aliás, esta revisão orçamental e as alterações que são aqui propostas neste Parlamento são exatamente isto, são parte de um processo que o Partido Socialista, desde o início, estabeleceu como prioritário.

Em primeiro lugar, a reação ao furacão. Nós, desde o início, sempre dissemos que era fundamental conseguirmos dar, no momento certo, uma resposta adequada à emergência que se colocou aquando da passagem do furacão Lorenzo pelos Açores. Nós, desde o início, sempre dissemos que deveria ser fundamental num curto espaço de tempo acudir à situação e aos estragos que tinham sido causados nas ilhas mais afetadas e com isso rapidamente conseguimos fazer as limpezas e a recuperação dentro daquilo que era possível, num curto espaço de tempo, das infra-estruturas que estavam lá e que eram fundamentais para a ilha.

Nós também sempre dissemos que dentro das nossas possibilidades e daquilo que era humanamente possível, nós deveríamos atender às dificuldades de transporte que as ilhas tinham e ao qual estavam submetidas devido aos estragos que foram causados pelas calamidades, aos condicionalismos meteorológicos e para a necessidade que todos nós, empresários, governo, empresários das ilhas, comerciantes tinham para se adaptar à nova realidade. Porquê? Porque a normalidade não era possível de ser reposta com um estalar de dedos ou apenas com o atirar de dinheiro para cima do problema. A

normalidade para ser reposta necessitaria de um grande investimento, de um longo investimento, de uma estruturação da intervenção que deveria ser feita, um bom planeamento com a inventariação de todos os estragos e nós sabíamos, desde o início, que isto seria um trabalho para vários anos, mais do que cinco anos certamente, para conseguirmos repor a totalidade da normalidade da vida das populações que tinham sido afetadas mais severamente pelos efeitos do furacão Lorenzo.

É verdade que os comerciantes tinham sido afetados, mas também aí a atitude de um governo que é responsável e de um partido que é, neste momento, poder nos Açores, não deverá ser a de atirar dinheiro para cima dos problemas. Seria muito fácil, seria até popular nós chegarmos ao pé dos comerciantes e dizermos assim: “Bom, aqui estão uns milhares de euros, aqui estão umas isenções aprovadas na Assembleia da República”, que facilmente seriam aprovadas por todos se nós tivéssemos este tipo de atitude de não discriminar ninguém, de dizer que aquele comerciante, que não foi afetado, deveria ter a mesma isenção do que aquele comerciante que tinha sido afetado. Também poderíamos ter tido a atitude daquele que tendo um prejuízo de um determinado montante, apenas teria uma isenção de segurança social, quando na verdade o apoio que necessitaria para o funcionar da sua empresa, para manter os seus postos de trabalho, seria muito maior.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: E o que faz um partido que é responsável, o que faz um partido que não embarca apenas num discurso de estabilidade ou de uma nova forma de fazer política, apenas porque sim, quando todos os seus outros membros continuam numa atitude exatamente de irresponsabilidade ligada àquele que foi sempre o seu percurso no passado. Aquilo que faz um partido que é responsável é dizer não, nós vamos apoiar quem precisa e não vamos apoiar quem necessariamente ou naturalmente não necessita deste apoio. Por isso, este

orçamento também é parte deste processo, é uma parte que permite apoiar aqueles que mais necessitam, em detrimento daqueles que obviamente não necessitam de qualquer apoio.

Mas também este orçamento permite, repare-se, não é fácil, basta olhar as outras calamidades que já tivemos nos Açores. Basta ver, por exemplo, no sismo de 80, ainda em 1996 estávamos a realojar mais de 600 pessoas.

Nós, num curto espaço de tempo, provavelmente nas maiores obras públicas que alguma vez foram feitas nesta Região, nós em pouco mais de dois meses, já temos algumas obras lançadas, já temos uma inventariação quase total ou total dos prejuízos, já temos o modelo de financiamento para os municípios que foram afetados, já temos o modelo de financiamento acordado com a República, sim, porque faz diferença ter um Governo da República que é socialista na República, faz diferença ...

Deputado Bruno Belo (PSD): Muita diferença!

O Orador: ... porque um governo que é socialista, um governo que é solidário com as suas Regiões Autónomas ...

Deputado Bruno Belo (PSD): Foi isso que faltou por parte do PS! Muita falta de solidariedade!

O Orador: ... no momento certo diz “presente” e esteve presente na forma solidária como mobilizou os seus fundos e como esteve junto da União Europeia a mobilizar fundos exatamente para os Açores.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Por isso nós temos orgulho no orçamento que é apresentado aqui na revisão orçamental, no trabalho que temos feito. Não custa nada ao Bloco de Esquerda dizer ao Partido Socialista: “Este é um bom documento”, não custa nada ao Partido Social Democrata dizer: “Nós apoiamos o que aqui está” ...

Deputado Bruno Belo (PSD): O PSD disse!

O Orador: O PSD não disse, não vale a pena, por exemplo, no Conselho de Ilha da ilha das flores dizer a todos os membros do Partido Social Democrata para não estarem presentes na reunião e para isso não terem que apoiar e faltarem ao Conselho de Ilha todos os membros. É certo que, por exemplo, o nosso deputado Manuel Pereira por motivos pessoais não pode estar, mas o facto é que todos os eleitos do Partido Social Democrata não estiveram no conselho de ilha que deu parecer sobre o Plano e Orçamento.

E, portanto, srs. deputados, não basta só dizer, é preciso também aplicar aquilo que se diz. Aquilo que é o compromisso do Partido Socialista sempre foi e sempre será, neste caso em particular restabelecer os problemas que ocorreram, restabelecer o problema que a ilha teve que foi afetada, cumprimos. Segunda prioridade para o Partido Socialista que está presente neste orçamento, reconstruir o que há para reconstruir e por último, recuperar a economia das ilhas afetadas para continuarmos o projeto de desenvolvimento para todos que temos na nossa terra.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Luís Maurício.

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nós acabámos de votar favoravelmente a revisão do Plano, assim como votaremos favoravelmente a revisão do Orçamento.

O líder do PSD teve a oportunidade de forma antecipada de anunciar aquilo que era o nosso sentido de voto com a consciência plena de que o PSD nesta votação não era necessário para viabilizar esses documentos.

Deputado Carlos Silva (PS): O Deputado Bruno Belo é que não ouviu essa parte!

O Orador: Mas com a consciência plena de que o que estava em causa, e desde sempre foi essa a nossa premissa, um compromisso solidário com as populações das Flores, com as populações do Corvo, ...

Deputado Bruno Belo (PSD): Muito bem!

O Orador: ... com as populações que foram afetadas nas diferentes ilhas pela passagem do furacão Lorenzo e, portanto, quando as coisas são positivas aqui estaremos, como o líder do PSD o afirmou, a apoiar o Governo, a apoiar a revisão do Plano e Orçamento que aqui foi apresentada e, portanto, estamos aqui como sempre estivemos, desde o início deste processo, com sentido de responsabilidade.

Fizemos o acompanhamento da situação junto das populações, ...

Deputado Francisco César (PS): Nós também!

O Orador: ... fizemos propostas responsáveis, tivemos oportunidade, de forma construtiva, apresentar as nossas ideias e as nossas propostas, concluímos com sentido de responsabilidade e com sentido solidário aprovando ou manifestando favoravelmente o nosso sentido de voto relativamente à revisão do Plano e Orçamento que aqui o Governo Regional apresenta a este Parlamento.

Somos um partido com história, que ao longo das responsabilidades governativas que o PSD exerceu na Região também passou por dificuldades semelhantes a esta, que hoje as diferentes ilhas dos Açores estão a passar pela passagem do furacão Lorenzo.

Foi um governo do PSD que em 1980 enfrentou talvez a maior catástrofe dos últimos dois séculos que os Açores enfrentaram, o terramoto de 1 de janeiro de 1980.

(Aparte inaudível)

Deputado Bruno Belo (PSD): Não vá por aí!

O Orador: Não lançámos nessa altura dinheiro para cima dos problemas, soubemos, isso sim, em corresponsabilização com as populações liderar um processo de reconstrução exemplar, ...

Deputado João Paulo Ávila (PS): Mandaram à banca também!

O Orador: ... reconhecido por tudo e por todos, relativamente ... só se foi o Partido Socialista que não considerou essa reconstrução como exemplar.

Deputado Bruno Belo (PSD): Muito bem!

Deputado João Paulo Ávila (PS): O Sr. Deputado não sabe o que é que está a dizer!

O Orador: Mas, nós fomos sujeitos a um esforço conjuntamente com todos os açorianos, nomeadamente os açorianos das ilhas Terceira, São Jorge e da Graciosa que foram “barbaramente atingidos” pela violência de um terramoto a 1 de janeiro de 1980.

Portanto, estamos aqui com um sentido de responsabilidade, com o mesmo sentido de responsabilidade que norteou a atuação do PSD ao longo de todo o processo relacionado com a intempérie do furacão Lorenzo a 1 e 2 de outubro e é esse mesmo sentido de responsabilidade que agora aqui nos faz votar favoravelmente a revisão do Plano e Orçamento.

Deputado Bruno Belo (PSD): Muito bem!

O Orador: Tem o Governo, por via da apresentação a esta Casa, todos os instrumentos necessários e suficientes para executar as medidas de recuperação determinadas pelos estragos da passagem do furacão Lorenzo.

Estaremos aqui como sempre o fizemos, propusemos mecanismos de acompanhamento diferentes daqueles que acabaram por ser aprovados nesta Casa, propusemos a criação de uma comissão eventual de acompanhamento dos estragos do furacão Lorenzo. Não foi entendimento desta Câmara e nomeadamente do Partido Socialista a aprová-lo, optando pela criação de um grupo de trabalho na Comissão de Economia, lá estaremos com os nossos deputados e com todos os deputados desta Casa a acompanhar a execução das verbas agora inscritas e a acompanhar a reparação justa dos estragos causados em cada uma das nossas ilhas e a repercussão que esses estragos tiveram sobre as pessoas em particular, sobre as empresas, sobre a economia de cada uma das ilhas afetadas.

Muito obrigada.

Deputado Bruno Belo (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado José Contente.

(*) **Deputado José Contente (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Eu pedi a palavra para participar neste debate porque tenho ouvido bastas vezes algumas coisas que quem gosta de fazer revisionismo da história até começa os seus congressos pelo sismo de 80. Mas, essa parte cada um faz aquilo que bem entende porque provavelmente é aquilo que tem mais na sua história e isso não “vem nenhum mal ao mundo”, agora é preciso esclarecer algumas coisas aqui.

Eu falo deste assunto com alguma proximidade, ao contrário do que alguns às vezes dizem e outros escrevem. Conheci de perto, não só a crise já de 1964 na ilha de São Jorge, como filho de família sinistrada e nessa altura, como já tive a

oportunidade de escrever, só havia duas alternativas, ou as pessoas emigravam ou se endividavam. Depois, no sismo de 80 também tiveram duas alternativas, ou emigraram ou se endividaram. O meu pai voltou a ser sinistrado em 1980 na Terceira. Conheço bem o ambiente do sismo, independentemente daqueles outros que falam muito em lágrimas que choraram com aqueles que passaram pelo sismo de 80. Por isso, quero também dizer aqui o ponto de vista factual do sismo de 80, que também tive que estudar, então como aluno de geologia e da licenciatura de geologia, que foi de facto um fenómeno de grande intensidade, 7,2 na escala de Richter e com bastantes estragos na Terceira. Mas, não foram 20.000 casos de casas destruídas, foram 3900 no concelho de Angra e 765 no concelho da Praia e por isso, é preciso não adulterar números quando se fala na história desses eventos.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

Deputado Luís Maurício (PSD): Ninguém falou de números!

O Orador: Claro que houve outras avarias e também é preciso dizer que as pessoas, durante 25 anos, tiveram que ficar a pagar esses endividamentos que tiveram que fazer e é preciso dizer também que o sismo de 80 teve uma reabilitação com as pessoas, mas com fraca fiscalização. Eu sei como é que foi quando chegaram à casa onde eu vivia, “está aqui uma folha, os srs. precisam de x varas de ferro, de tantos sacos de cimento e tanto de areia, vão à banca agora e façam”.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): O Sr. Deputado quando era Secretário fazia contratos de empreitada aqui!

O Orador: Fiscalização não houve, eu não sei se aquilo que se dizia na altura que era chamada a política de fachada significava só que era importante manter as fachadas de todas as construções na ilha Terceira e como é que foi reconstruído o resto das casas. Sei exatamente como é que esta história se processou, mas também sei que houve esforço do povo da ilha Terceira e isso é

justamente e deve ser louvado aqui, houve esforço financeiro, houve esforço físico e houve proatividade, mas eles fizeram isso por necessidade e porque não havia efetivamente dinheiro para acorrer ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Os senhores arregaçaram mangas e construíram as casas!

O Orador: ... àquelas situações de outra perspetiva. Agora, há aqui uma outra coisa que também precisa é que foi o Governo do Partido Socialista que depois já, em 1996, resolveu centenas de casos que ainda faltava resolver do sismo de 80 ...

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado Marco Costa (PSD): Trabalhar para pagar é perfeito, já percebemos!

O Orador: ... e foi o Governo do Partido Socialista – ouçam que é importante – que conseguiu que uma dívida de 3,4 milhões de contos, que vinha do sismo de 80 e que era resultante dos juros bonificados que o Governo Regional do passado não pagou a essa banca, foi este governo que conseguiu negociar com o governo do António Guterres

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Sr. Deputado, quanto é que é a dívida da SPRHI?

O Orador: ... o perdão dessa dívida e por isso, isso também deve ficar para a história daqueles que conhecem tudo, mas que não reconhecem de facto o valor dos factos desta mesma história.

Por isso ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Qual a dívida da SPRHI? E da Ilha dos Açores também! Falar das dívidas dos outros é fácil, fale das suas também!

O Orador: ... nós estamos nesta situação que há aqui um problema que é grave nos Açores e que foi o resultante dos estragos do furacão Lorenzo, nós estamos com a mesma postura, que é uma postura de procurar solidariedade no Governo da República quando nós sabemos que, quer no sismo do Faial, quer também já quando foi os estragos do Porto Judeu, o Governo da República disse não ...

Deputado João Paulo Ávila (PS): É verdade!

O Orador: ... e disse “resolvam, façam como entenderem”, por isso, nós estamos à vontade com o povo açoriano porque nós dizemos “presente” quando o povo precisa disso.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo.

(*) Vice-Presidente do Governo (Sérgio Ávila): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, só para lembrar, o sr. deputado Luís Maurício referiu a reconstrução exemplar do sismo de 80, para lembrar que eu, em 1998, assumi as funções de Presidente da Câmara Municipal de Angra e ainda havia na altura 465 famílias, ...

Deputado José San-Bento (PS): 18 anos depois!

O Orador: ... 18 anos depois a viver em módulos e barracas e foi, nesse período desse nosso mandato que demos e atribuímos habitações a 465 famílias, mais 2500 pessoas que ainda viviam em módulos e barracas e, se me permite, 2500 pessoas 18 anos depois a viverem em módulos e barracas não se pode considerar um processo exemplar.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): O Sr. Deputado José Contente criticou as dívidas que se deixam por pagar, o senhor deixou bastantes lá!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Sr. Deputado Luís Maurício tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Presidente: Sras. e Srs. Deputados ...

O Orador: Sr. deputado José Contente ...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados ...

O Orador: Sr. deputado José Contente eu não sei porque é que o sr. se sentiu nesta minha intervenção, ...

Deputado Francisco César (PS): Porque o senhor reescreveu a história!

O Orador: ... eu não reescrevi a história, agora o sr. não pode é confundir, nem o sr., nem o sr. Vice-Presidente, a árvore com uma floresta.

Deputado Francisco César (PS): 400 e tal pessoas é uma árvore!

O Orador: Aquilo que um governo do PSD fez foi, na verdade, arregaçar as mangas e em cooperação com as populações da Terceira, São Jorge, Graciosa, com elas reconstruir aquilo que tinham sido os estragos de uma absoluta calamidade. Desvalorizar isso, sr. deputado, não é sério.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Mandaram-nas à banca! Deixaram-nas à sua sorte!

O Orador: Nós entendemos que nem tudo correu bem, naturalmente e que houve coisas que poderiam ter corrido melhor. Agora, o que não podemos

esconder foi o esforço titânico de um governo para reparar e acudir a populações que se encontravam numa situação muito precária.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados as propostas que estão em cima da Mesa, são naturalmente, pelo menos a sua maior parte, sobre uma calamidade.

A Mesa tem permitido, no âmbito do debate político, que se compare esta a outras. Vou continuar a dar a palavra, mas relembro que não divaguemos demasiado para outro debate, que não aquele que nos traz aqui hoje, e por isso, Sr. Deputado José Contente, com isto em mente, dou-lhe a palavra.

(*) Deputado José Contente (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Só para fazer um pequeno esclarecimento ao sr. deputado Luís Maurício.

Nós nunca desvalorizámos, aliás eu comecei por dizer isso, o esforço que foi feito na reconstrução da Terceira, até porque nós sabemos o que é que são calamidades, repare, eu entrei num governo que até 2001 teve 500 milhões de euros de estragos em calamidades e portanto, nós sabemos como é reconstruir infraestruturas, conhecemos o sofrimento das pessoas e portanto, não se trata disso. Aquilo que e trouxe aqui à colação, que é importante que fique esclarecido, são factos que aconteceram nessa altura e tal como ontem, hoje a postura que nós temos perante as calamidades é de proximidade e de procurar resolver os problemas financeiros que são muito graves, foi tão só isso. De resto há uma coisa que faz parte da vida de cada um, é que nós para além de termos memória, participamos como sinistrados nessa história.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Estamos à espera que o Sr. Deputado critique as dívidas do Presidente da Câmara!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Sra. Presidente eu só vou falar porque V. Exa. é que me estimulou a falar porque eu estava aqui muito caladinho, mas como toda a gente alargou o debate, eu também vou dar só uma coisinha pequena.

Eu lembro-me bem, tenho bem presente a reconstrução da ilha Terceira, da cidade de Angra, da Praia da Vitória e de algumas freguesias que foram afetadas, umas mais do que outras, e lembro-me bem que eu apreciei o sr. Deputado Luís Maurício vir aqui recordar o sismo de 80 e o trabalho exemplar do governo. Ora, o que o governo fez foi disponibilizar linhas de crédito ...

Deputado João Paulo Ávila (PS): Muito bem!

O Orador: ... imediatas para os terceirenses, o povo da Terceira, reconstruir as suas casas e mais, não estou a negar o envolvimento do Governo, não estou a dizer isso, mas os grandes heróis da reconstrução da Terceira foram os terceirenses ...

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): E muito bem!

Deputado João Paulo Ávila (PS): E o papel do Governo, Luís Rendeiro?

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Foi disponibilizar as linhas!

O Orador: ... esses é que foram os grandes heróis. E vou-lhes dizer mais, sras. e srs. deputados, e já agora que estamos a falar, eu ainda me lembro e bem (tinha 17 anos na altura, ainda era um pequeno) do célebre GAR, Gabinete de Apoio à Reconstrução e dos pobres irem lá de chapéu na mão pedir porque quem tinha cartão era servido, ...

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

O Orador: ... eu também me lembro bem dessas coisas! E lembro-me bem de quem é que estava à frente do GAR e do que é que fez e havia casas que se

podia pôr janela para baixo e que se podia pôr o que queria e a dos pobres não se podia mexer na guilhotina, tinha que levar a janela de guilhotina, portanto, também me lembro bem disso, sr. deputado Luís Mauricio e sras. e srs. deputados e lembro-me bem da comissão administrativa do GAR, que eu não vou dizer o nome, (tem um nome muito engraçado) e, portanto, lembro-me bem de todo esse processo. Foi uma reconstrução exemplar, foi sim sr., e faço aqui a justiça, com os seus exageros (que teve alguns) do gabinete de apoio, depois a seguir da zona classificada, isso é outra novela, mas também me lembro bem dessa novela, em que uns podiam e outros não podiam, uns eram classificados e outros não eram classificados, era também conforme a vontade do freguês e, portanto, quero aqui prestar a minha homenagem aos terceirenses, mas também devo dizer, sras. e srs. deputados, houve muita gente naquela altura que melhorou muito de vida, que não tinham nada e passaram a grandes proprietários.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vai ser o Sr. Deputado Paulo Estevão que me vai fazer a vontade de recentrar o debate na calamidade que atingiu o Corvo, que foi o furacão Lorenzo.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Faço sim Sra., Sra. Presidente, faço-lhe essa vontade, mas não por falta de memória em relação às calamidades que infelizmente ... No sismo de 1998 eu residia aqui nesta ilha do Faial e agora fomos também afetados na ilha do Corvo pelo furacão Lorenzo e por isso também tenho essa memória, mas o que interessa é de facto, a questão o presente. Aprende-se com o passado, eu sou professor de história e aprende-se com o passado e é sempre importante relembrar o passado. Mas há uma questão que eu considero que é fundamental e que eu queria aqui referenciar três pontos: o primeiro é que a representação

parlamentar do PPM teve logo o cuidado, no início, desta questão das consequências do furacão Lorenzo fomos o primeiro partido político a referenciar a necessidade do apoio do Governo da República nesta matéria e de facto, em relação ao Governo da República, para já, essa solidariedade apareceu e não apareceu em situações anteriores com o anterior Governo da República de Passos Coelho e essa é uma diferença que eu quero aqui assinalar e é uma diferença positiva.

Em segundo lugar, é muito importante também nesta componente referenciar os meios financeiros que estão a ser alocados para enfrentar esta situação e isso é muito positivo e é por isso que vamos votar favoravelmente e nós consideramos também que, e tivemos o cuidado de provocar aqui uma interpelação parlamentar sobre essa matéria e de apelar à celeridade do processo e isso também está a ser feito.

Há uma terceira questão e nesta questão aqui tenho discordâncias e críticas a fazer, que é em relação à execução. Eu considero que, neste momento, eu como deputado conheço bem a realidade da ilha do Corvo, não posso estar de acordo em relação à forma como se está a resolver o problema do abastecimento da ilha do Corvo. É evidente que vamos ter recursos para enfrentar este problema, mas é evidente que nós não podemos continuar com o abastecimento marítimo que não é regular e que coloca em causa a economia e a vida das pessoas. Isso eu sou absolutamente crítico, acho que ainda não estão criadas as condições para ter uma perspetiva positiva, aí na parte da execução, na parte de afetar os recursos necessários para assegurar o regular abastecimento da ilha do Corvo e das Flores também, eu considero que aí a questão não está inteiramente resolvida, é necessário melhorar muito porque – e vou terminar Sra. Presidente – nestas questões o que é essencial é o seguinte, é evidente que é necessário alocar as verbas que são necessárias, os recursos que são necessários, mas e execução é muito importante e não vale a pena meter a cabeça na areia e dizer:

“nós estamos a resolver o problema do abastecimento da ilha do Corvo”. Não é verdade, não está resolvido, não existe regularidade, não existe segurança, não existe um horizonte despejado de problemas em relação ao futuro e é isso que vou aqui exigir neste Parlamento.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Julgo não haver.

Vamos então iniciar as votações do articulado deste diploma. Começo pela proposta de alteração apresentada pelo PS ao artigo 1.º:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Votamos agora o art.º 1.º com esta alteração que acabámos de aprovar:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A artigo anunciado foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passamos agora à proposta de alteração apresentada pelo PS ao art.º 2.º.

Esta proposta de alteração altera o art.º 8.º do diploma original, ou seja, do orçamento que está em vigor, aditando-lhe seis números, sendo que o n.º 13 corresponde a uma alteração ao n.º 9 do diploma original e o n.º 16 uma alteração ao n.º 12, os outros são aditamentos puros. Tenho a indicação para fazer a votação ponto a ponto e é isso que iremos fazer.

Portanto, está a votação a proposta de alteração do PS ao n.º 5 do art.º 8.º:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está agora a votação a proposta de alteração ao n.º 6 do art.º 8.º:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está agora a votação o n.º 7 do art.º 8.º:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta anunciada foi aprovada com 29 votos a favor do Partido Socialista, 18 do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do Bloco de Esquerda, 1 do PCP e 1 da Deputada Independente e a abstenção do Deputado do PPM.

Presidente: Está agora a votação a proposta de alteração ao n.º 8 do art.º 8.º:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Colocamos agora a votação o n.º 13 do art.º 8.º:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: E por fim o n.º 16:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O número anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Votamos agora o artigo 2.º da Proposta com estas alterações que acabámos de aprovar:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Coloco agora a votação o art.º 3.º e 4.º do diploma:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Votação final global:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: Votação final global da proposta de alteração ao Plano para 2020 foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estevão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como expliquei ao longo das minhas duas intervenções, votei favoravelmente estas alterações que nos foram propostas por parte do Governo Regional porque considero que esta iniciativa é absolutamente fundamental para que a Região e o Governo possam ter os meios financeiros necessários para iniciar a reconstrução rapidamente e em força e, fundamentalmente, para que possa também implementar desde já a melhoria nos transportes ao grupo ocidental, portanto é a reconstrução de infraestruturas no conjunto das ilhas afetadas, é também o auxílio a todos os que sofreram prejuízos no âmbito do furacão Lorenzo e é também para assegurar o conjunto das ligações marítimas e nesse sentido, estes meios são absolutamente fundamentais, votei favoravelmente.

Em segundo lugar, também em relação às questões e à alteração proposta pelo grupo parlamentar em relação à integração dos trabalhadores inseridos nos programas ocupacionais, dizer que é um passo, já reconheci e votei favoravelmente estas alterações propostas pelo grupo parlamentar do PPM, é

um avanço nesta matéria, mas não tem o tamanho da ambição da representação parlamentar do PPM neste conjunto de pessoas porque como é óbvio, fica um grande conjunto de pessoas que continuam de fora, um conjunto de trabalhadores ocupacionais que vão continuar a ter condições difíceis, que continuam a ter um horizonte difícil, são pessoas que dada a situação em que se encontram, nem sequer um empréstimo podem contrair para preparar e enfrentar questões como estudos dos filhos, acesso à habitação e muitas outras matérias que são fundamentais e, portanto, eu conheço a situação das pessoas, sei que há muita gente que fica fora porque foram introduzidos um conjunto de critérios que integram alguns e deixam outros de fora e portanto, da minha parte, votei favoravelmente porque é um passo, mas nós queremos que sejam dados mais passos e queremos que se consiga integrar mais gente e queremos que se consiga fazer mais justiça e por isso, voto favoravelmente, mas este não é o tamanho da minha ambição, quero mais e vou lutar para que seja feito mais.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Não havendo mais inscrições vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

Passamos agora ao ponto 5 da nossa Agenda, **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 53/XI – “Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 29/2010/A, de 9 de novembro, que aprova o quadro legal da pesca açoriana”**.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia.

(*) **Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia** (*Gui Menezes*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caros Colegas do Governo:

A Comissão Europeia aprovou, em 2014, um Plano de Ação que, entre outras medidas, veio impor regras centradas nas atividades inspetivas de Portugal, destinadas a reforçar o sistema de controlo do nosso país.

Entre estas medidas estão a melhoria da coordenação e da partilha de recursos entre as diferentes autoridades envolvidas nas atividades de fiscalização, bem

como a aplicação do sistema de pontos sancionatórios aos mestres e titulares de embarcações de pesca que cometam infrações consideradas graves no âmbito da Política Comum de Pescas, como por exemplo ao nível do tamanho do pescado capturado ou da pesca feita em zonas protegidas.

Na prática, estas medidas visam o controlo mais eficaz da atividade da pesca visando proteger os mananciais piscícolas, garantido a sustentabilidade das pescas.

Nos Açores verifica-se uma melhoria substancial nos meios de inspeção e de fiscalização da atividade da pesca, bem como o reforço da articulação das várias entidades envolvidas nestas ações, nomeadamente a Inspeção Regional das Pescas, a GNR, a Polícia Marítima, o Comando Naval e a Força Aérea.

Aliás, nos últimos anos verificou-se um aumento acentuado no número de missões conjuntas efetuadas que passaram a representar cerca de 20% da atividade inspetiva da Inspeção Regional das Pescas.

Este é o resultado do trabalho conjunto desenvolvido com todas as entidades com competência nesta área, através do sistema integrado de informação e apoio à vigilância, fiscalização e controlo da atividade das pesca, o SIFICAP, do qual a IRP faz parte e que tem permitido melhorar a capacidade de resposta em todas as matérias de fiscalização e inspeção da pesca, bem como uniformizar procedimentos de atuação, tornando a missão de todas as entidades mais eficiente. Salientando-se que, só no ano passado, a Inspeção regional das Pescas realizou cerca de 526 missões de inspeção que resultaram em 1441 abordagens a operadores de pesca, desde a produção, à venda e à pesca lúdica.

Conforme ditou a Comissão Europeia através do Plano de Ação, aprovado em 2014, as infrações cometidas nos Açores passarão a contar para o todo nacional, e se, se verificar que o Estado Membro, Portugal, no seu todo, se encontra a transgredir no âmbito da Política Comum de Pescas, a Comissão Europeia poderá sujeitar o Estado-Membro a penalizações através da suspensão de

financiamentos ao abrigo do programa operacional Mar 2020, pondo em causa obras e projetos de grande importância, inclusivamente, para a nossa Região.

Como sabem o decreto legislativo regional que estabelece o quadro legal da pesca açoriana foi criado em 2010, tendo sido alterado e republicado em 2012. Agora, oito anos depois e atendendo a estas imposições de origem comunitária, surge a necessidade de rever o regime jurídico da pesca na Região, essencialmente no que respeita a infrações e no regime contraordenacional, ajustando ao mesmo tempo algumas questões referentes ao licenciamento da atividade da pesca, bem como à criação de regras que permitam a aplicação do sistema de pontos no território regional.

Tal como já tive a oportunidade dizer, em sede de Comissão de Economia, não vão ser criadas novas infrações. As infrações em causa já estão previstas no quadro legal da pesca, tendo-se procedido a uma definição de tipologias de infrações que eram consideradas graves no atual diploma e às quais vão passar a ser atribuídos pontos, consoante a sua gravidade.

No fundo, o que se pretende com este diploma, que é agora colocado à votação das sras. e dos srs. deputados, é uma harmonização do nosso quadro legal da pesca com os quadros nacional e europeu nesta área e que decorre das obrigações da Política Comum de Pescas.

Disse.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado Alonso Miguel.

(*) **Deputado Alonso Miguel (CSD-PP):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O grupo parlamentar do CDS-PP Açores compreende que a revisão do quadro legal da pesca açoriana, que está prevista nesta proposta de DLR, deriva da necessidade de cumprimento de regulamentação comunitária relacionada com a política comum de pescas, nomeadamente ao nível da implementação de um

sistema de pontos a aplicar às infrações consideradas graves, o que a nível nacional já foi consagrado pela aprovação do Decreto-Lei n.º 10/2017, de 10 de janeiro.

Consideramos também natural que neste contexto se pretenda definir o inspetor regional das pescas como a entidade competente para a aplicação desse sistema de pontos na Região e que se aproveite a ocasião para compatibilizar este quadro legal com a nova legislação de âmbito regional, que entretanto foi aprovada. No entanto, o que nos parece é que para além desta ser uma matéria extremamente técnica, as alterações que agora são propostas, nomeadamente no que diz respeito à implementação do sistema de pontos, poderão ter impactos na comunidade piscatória que não estão, de facto, bem avaliados e divulgados. Na prática, para além de todos os meios de responsabilização que já existem e que estão previstos no atual quadro legal da pesca, em termos do regime contraordenacional e das respetivas coimas e sanções acessórias, pretende-se aplicar adicionalmente um sistema de pontos em caso de infrações graves às licenças de pesca dos navios e também aos capitães dos navios de pesca e isto pode resultar, obviamente, em períodos de suspensão da atividade de pesca, quer das embarcações, quer dos mestres. No fundo, acaba por funcionar como uma dupla penalização em relação a esta matéria. Portanto, quando o Sr. Secretário diz em sede de Comissão que não são criadas novas infrações, isso é verdade, mas a verdade é que com este novo sistema, com estas novas propostas é criado um agravamento das penalizações aplicáveis ao infrator e apesar de nós concordarmos com uma postura de responsabilização dos mestres e armadores em caso de infrações que sejam consideradas graves, o que nos parece é que, tendo em conta as audições que foram realizadas em sede de Comissão, ainda existem muitas dúvidas em relação a este sistema de pontos e em relação aos efeitos práticos que pode ter nas comunidades piscatórias, sobretudo porque as próprias associações não promoveram a divulgação adequada e esclarecimentos

sobre este novo sistema, tal como foi, aliás admitido pelo próprio presidente da Federação de Pescas, em sede de Comissão.

Neste sentido, nós entendemos que esta revisão do quadro legal da pesca açoriana, nomeadamente no que se refere à implementação do sistema de pontos, devia ter sido antecedida por um debate mais alargado, com maior investimento na divulgação e explicação detalhada da implementação deste sistema, no seio das comunidades, até para os preparar para esta nova realidade, quer seja por iniciativa das associações, quer seja também por iniciativa promovida por parte do Governo Regional.

Depois existe outro aspeto e o Sr. Secretário frisou ali no púlpito, que a adaptação desta legislação é condição para que – eu estou a citar – Região continue a beneficiar de fundos comunitários relacionados com o setor das pescas, diz também que há algumas alterações que visam acomodar legislação comunitária para evitar que a Região seja prejudicada no acesso a fundos comunitários.

Era preciso, se calhar, esclarecer um pouco melhor isto para nós percebermos, de facto, em que medida isto pode acontecer, porque segundo o que disse agora mesmo, afinal é o Estado Membro que pode ser penalizado, não é diretamente a Região, portanto, eu solicitava mais alguns esclarecimentos em relação a este aspeto.

Depois existem outros aspetos em relação à própria construção destas propostas de alteração, na atual versão do quadro legal da pesca açoriana nós temos uma classificação das infrações em muito graves, graves, moderadas e leves. Nesta proposta de alteração essa classificação é pura e simplesmente eliminada, ficam só aglomerados de infrações com limites máximos e mínimos de coima a aplicar, torna a leitura um pouco mais confusa. Depois existiam aqui alguns problemas de redação que já são corrigidos com estas propostas de alteração, nomeadamente ao art.º 190-D, mas essa situação está resolvida. Mas, nós

consideramos que é estranho que existam algumas infrações que na versão atual sejam consideradas como muito graves e que agora, nesta nova versão transitem para uma segunda categoria de gravidade e que na classificação atual fossem apenas graves e eu dou o exemplo: a infração referente a “manter a bordo, de ter, transportar ou exercer a pesca com armas de fogo, substâncias explosivas, venenosas ou tóxicas, com recurso a descargas elétricas ou a outros processos e meios suscetíveis de causar a morte ou o atordoamento do peixe”, enfim isto é uma infração que, no nosso entendimento, é e deve continuar a ser muito grave e por isso mesmo é difícil compreender que na versão atual, aquela que se propõe agora, transite da categoria muito grave, para uma categoria que é apenas grave e nem seja incluída nas infrações graves à luz deste novo sistema de pontos e portanto, há aqui alguma coisa que nos parece que carecia de melhor justificação. Por isso mesmo, nós entendemos que há alguns aspetos que deveriam ter tido um maior cuidado na sua realização e atendendo à importância até deste diploma e os impactos da implementação deste diploma no seio da comunidade piscatória.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Estamos perante uma proposta de alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 29/2010, de 09 de novembro na sua redação atual, que determina o quadro legal da pesca nos Açores.

Esta alteração tem, como já foi aqui referido, por objetivo principal cumprir aqueles que são regulamentos europeus.

Este regulamento europeu em causa, segundo o Tribunal de Contas Europeu, em deliberação datada de 2017, não estava a ser cumprido por vários estados-

membros europeus e essa mesma deliberação obriga os estados-membros ao seu cumprimento.

É, pois, do cumprimento desse regulamento que estamos a tratar hoje. Regulamento que traz fortes ameaças de cessação de fundos comunitários aos estados-membros na área da pesca, caso não se aplique esse mesmo regulamento.

É importante neste contexto e cada vez mais premente, criar políticas que defendam, sim, a biodiversidade marinha como fator de sustentabilidade do planeta, mas também a futura sustentabilidade do setor das pescas, a par de medidas urgentes de proteção do mar, elemento também ele central, aquele que é o combate às alterações climáticas.

Esta batalha exige regras claras sobre a exploração do mar e regras, também elas, claras sobre os prevaricadores dessas mesmas regras e sobre isso não temos quaisquer dúvidas.

Não deixa de ser, porém, curioso que a mesma Comissão Europeia que impôs no passado a abertura do mar dos Açores às grandes frotas europeias, seja agora tão imperativa na defesa desse mesmo mar. Pelos vistos é um ato de contrição, ou talvez não, para com os erros do passado, mas é também a mesma Comissão que não corresponde de forma eficaz aos anseios e pretensões das regiões ultraperiféricas, inclusive no que diz respeito ao setor das pescas e das suas especificidades.

Alega o Governo Regional que estamos perante a “espada e a parede”, ou cumprimos estes regulamentos ou a Comissão Europeia pode vir a suspender fundos comunitários.

Este facto também e até pelas suas implicações seria razão suficiente para que a adaptação à Região deste regulamento tivesse o maior cuidado em todas as fases do processo da sua implementação.

Como é visível no próprio articulado este é, em grande medida, uma cópia da adaptação nacional do referido regulamento, ou seja, esse cuidado na sua adaptação não existiu de facto.

Pode ler-se no texto da proposta do Governo que no exercício das suas funções os inspetores das pescas gozam dos seguintes poderes e passo a citar: “visitar e aceder livremente a locais onde se exerçam atividades abrangidas pelas regras da política comum de pescas, nomeadamente navios, instalações portuárias, gares rodoviárias e ferroviárias, entre outros locais.” Gares ferroviárias é algo que nos Açores, como é sabido, não existe nem nunca existiu, nem se prevê que exista nos próximos anos, ou seja, fica patente que houve aqui uma falta de cuidado na adaptação da legislação nacional e dos regulamentos europeus para a legislação regional.

Ficou patente, também em Comissão, o desconhecimento dos armadores sobre este diploma e as suas consequências na atividade da pesca.

Fica ainda patente neste diploma que existem tratamentos diferenciados entre a nossa Região, a Madeira e o continente e os pescadores que nessas regiões exercem a sua atividade, como demonstram também as associações do setor.

Mas fica ainda patente que nesta adaptação à Região nada existe que proteja os pescadores, os trabalhadores da pesca, quando os armadores e mestres infringem normas legais, levando por exemplo a penalizações que conduzam à paragem total da sua atividade. Este facto é particularmente agravado quando os proveitos dos pescadores são parcos, como todos sabemos.

Perante todos esses aspetos, pensamos que manda a prudência e o bom senso que este diploma seja repensado, melhor adaptado à Região e sejam criadas condições para o correto e completo esclarecimento quanto às condições da sua implementação na Região.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jaime Vieira.

(*) **Deputado Jaime Vieira (PSD)**: Obrigada, Sra. Presidente.

Exma. Sra. Presidente, Exmas. Sras. e Srs. Deputados, Exmos. Srs. Membros do Governo:

Logicamente e sabendo que este é um documento e um regulamento europeu e percebendo que o mesmo tem que ser aplicado, é importante também não esquecer e continuar a sensibilizar a Comissão Europeia para a especificidade das RUPS, mais nomeadamente a realidade dos Açores.

O centro de decisão em Bruxelas muitas vezes legisla sem conhecimento de causa, tem que, cada vez mais, se aperceber que há regiões onde não se pode levar tudo como algo que seja igual para todos os estados-membros.

Aquilo que eu quero dizer é que cabe ao Governo Regional, cada vez mais continuar a sensibilizar e de uma vez por todas que a Região seja distinguida em algumas medidas para que não aconteça o que vai acontecer agora que são medidas que para os Açores muitas delas não fazem sentido.

Os pescadores açorianos são verdadeiros heróis, muitos destes utilizam embarcações pequenas, passam por grandes dificuldades por enfrentarem as condições de mar e muitas vezes arriscam a própria vida para trazerem para terra o rendimento para as suas famílias. E é neste sentido e assim é importante que esta alteração ao decreto legislativo que regula o Quadro Legal das Pescas não apanhe os pescadores açorianos desprevenidos para não agravar, ainda mais, as dificuldades que estes mesmos enfrentam, independentemente de ter que ser aplicado o regulamento europeu relativamente ao sistema de penalização, alterando assim o Quadro Legal das Pescas dos Açores é preciso não esquecer a realidade dos pescadores da nossa Região que têm localidades onde existem pescadores com fracos recursos académicos e com problemas sociais para os quais esta alteração poderá criar situações mais aflitivas no seu dia a dia.

No nosso entendimento, este sistema de pontos dará origem a mais penalizações para arrais e mestres que poderão levar até à suspensão temporária das próprias embarcações e que deixarão penalizados vários pescadores que muitas vezes não têm essa responsabilidade ou não contribuem para o acontecer destas penalizações.

Daí, defendemos que os mesmos têm que ter um período de adaptação e de formação sobre esta lei. Defendemos que os pescadores açorianos têm que saber para aquilo que vêm, têm que saber o que é que lhes espera e nesse sentido temos que ter um perito para que haja informação, para que haja formação dos pescadores antes da aplicação desta lei e é isso que o PSD defende.

Sugerimos ainda que em sede de redação final a designação “navio”, que é muitas vezes utilizado, que seja substituído pela designação “embarcação”, uma vez que é esta designação definida no artigo 6.º do diploma que aprova o Quadro Legal da Pesca Açoriana.

Disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado José Ávila.

(*) **Deputado José Ávila (PS):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Governo dos Açores aprovou em Conselho de Governo uma proposta de DLR que consiste na segunda alteração ao DLR n.º 29/2010 que aprova o Quadro Legal da Pesca Açoriana.

Esta alteração agora tem a ver, e já foi explicado pelo Sr. Secretário Regional, com a regulamentação comunitária que é necessária acomodar, nomeadamente com a aplicação do sistema de pontos sancionatórios aos mestres das embarcações de pesca que cometam infrações graves para a política comum de pescas.

Como foi explicado na Comissão de Economia, estas alterações não criam novas infrações, apenas impõe um sistema de pontos para os infratores.

Por outro lado, estas alterações evitam que a Região seja prejudicada no acesso aos fundos comunitários destinado às pescas, mas mais, o mais importante nisto é que responsabiliza muito mais os mestres e armadores, sobretudo aqueles que tem dificuldade em cumprir a lei.

O grupo parlamentar do Partido Socialista, como será lógico, irá votar favoravelmente as propostas apresentadas pelo Governo. No entanto, poucos dias depois da aprovação destas alterações, foi publicado na República o Decreto-Lei n.º 166/2019 que estabelece o regime jurídico da atividade profissional marítima. Mais uma vez, torna-se necessário harmonizar o nosso diploma, a nossa legislação com a legislação nacional.

O grupo parlamentar do Partido Socialista está aqui para assumir essas alterações e é isso que já deu entrada na Mesa da Assembleia. Há umas atualizações dos regulamentos comunitários e das autoridades marítimas, há adaptações do diploma nacional, nomeadamente nas categorias de mestrança e também de marinhagem, há um melhor controlo no embarque dos não marítimos, tal como o diploma nacional, remete para o departamento do Governo Regional dos Açores responsável pelas pescas, a homologação de cursos e a criação de conteúdos à compatibilização das categorias, são abertas outras possibilidades de controlo, para além do MONICAP, fica também prevista uma norma transitória para garantir as equivalências dos nossos pescadores.

Estas alterações legislativas propostas pelo grupo parlamentar do Partido Socialista, quanto a nós, são urgentes porque advém de uma preocupação do Governo Regional e também de uma preocupação demonstrada pelas autoridades marítimas.

Para além disso, promove também a equidade entre os marítimos a trabalhar nos Açores com os do continente e da Madeira e permite à nossa Escola do Mar dispor, num futuro muito próximo, de cursos e conteúdos de acordo com as necessidades da fileira da pesca.

Relativamente às questões que foram levantadas pelo PSD, eu gostaria que o sr. Deputado Jaime Vieira me explicasse que medidas para os Açores não fazem sentido? Não é só levantar esta questão, mas saber quais são aquelas que de facto não fazem sentido aplicar nos Açores e se é possível? E também se sabe que legislação ficaria em vigor se nós, porventura, não aprovássemos esta legislação? E também saber o que é que poderia advir nesse sentido? E também queria perguntar-lhe se, tal como eu ouvi na Comissão de Economia realizada há relativamente pouco tempo, nomeadamente salvo erro no dia 9 de janeiro, se não ouviu o Sr. Secretário dizer que já tinham existido diversas ações de promoção desta legislação, nestas ilhas dos Açores, organizadas pela DRP? Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Graça Silveira tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário e Srs. Membros do Governo:

Eu vou tentar ser concisa porque tenho pouco tempo e existem aqui algumas questões que tinham que ser discutidas.

Em bom tempo o PS faz esta proposta de alteração, efetivamente não foi a República, isto é um regulamento, é muito atual e tinha que ser introduzido,

mas a verdade é que os dois regulamentos de 2018 que impedem as devoluções das capturas indesejadas, ou dito de outra forma, que obriga a descarga que é o 2018/44 e o 2018/188, que se aplica respetivamente aos demersais e aos pelágicos, não se encontra aqui. O Governo Regional inclusivamente fez um bom trabalho, conseguiu salvaguardar a questão do goraz devido à sua capacidade de sobrevivência, podemos continuar a fazer a devolução, mas todo o resto do quadro da proibição das devoluções não se encontra neste documento em lado nenhum. Tem que estar porque passa a ser uma infração, se passa a ser uma infração fazer uma devolução de capturas indesejadas e o tempo de adaptação acabava a 1 de janeiro de 2019, a partir de agora tinha que estar aqui dito quais é que podem ser devolvidos, quais são os que não podem ser devolvidos e quais são as respetivas infrações que se estão a cometer.

Depois, no artigo 21.º continua a dizer o Decreto Legislativo Regional n.º 9/2012 que é aquele que nós estamos a alterar agora, que é aquele que regulamenta a captura para fins científicos, que é aquele que agora estamos na Comissão a alterar, portanto não faz sentido nenhum colocar aqui o antigo, quando daqui a um mês ou dois ele vai ser aprovado com as respetivas alterações.

Em relação à questão dos pontos, o diploma continua a ser omissivo em relação ao abate de embarcações que tenham pontos. Podem ser abatidas, não podem ser abatidas?

Em relação a exceder a TAC, o ponto 3 do 185-A, na alínea q) diz: “manter a bordo espécies capturadas em percentagens ou quantidades superiores ao legalmente fixado.”, ou seja, claramente dizer que quem excedeu a TAC não é penalizada com ponto nenhum, portanto, aquilo que para nós é fundamental que é salvaguardar a sustentabilidade das nossas espécies, um pescador que... são graves, mas não levam ponto, pagam 250€, é muito pouco dissuasor andar os pescadores... podem exceder porque aquilo que vão beneficiar de exceder

acaba por ser muito melhor do que a penalização que têm. Penso que no 190-E, na imputação de pontos, no ponto 1 diz. “os pontos aplicados no termo 3 são imputados à licença de pesca do navio utilizado na prática”. Isto tem que ser dito aqui para embarcações com um comprimento inferior a 12 metros, porquê? Vou-lhe explicar porquê, porque mais à frente no ponto 6 do artigo 190.º diz que nas embarcações mais pequenas o capitão é simultaneamente o dono e que os pontos ficam só imputados ao capitão e não à embarcação. Portanto, isto que está aqui dito só é verdade para embarcações maiores do que 12 metros, pelo menos é pela leitura que é feita no ponto 6 do artigo 190.

Em relação à parte abonatória, que é dar a possibilidade de se começar a abater pontos com um bom comportamento, digamos assim. Pelos cálculos que eu fiz os pescadores tinham que levar nove anos para conseguir reduzir seis pontos, quer dizer, eu penso que é manifestamente insuficiente porque diz que só podem aplicar um destes benefícios, uma vez e de três em três anos, o que penso que é altamente desmotivador das práticas do bom comportamento.

Por último, como eu não tive tempo para ver as propostas de alteração, uma a uma, do PS, na norma transitória eu gostaria que me explicassem o que é que esta norma transitória é verdadeiramente porque remete para o artigo 97.º que nem sequer é alterado.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado João Paulo Corvelo tem agora a palavra.

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Na opinião do PCP, nunca um diploma legal com este alcance e complexidade, destinado a regulamentar uma atividade tão importante para a nossa Região, e já tão ameaçada como a das pescas, deveria ser apresentado da maneira como o foi.

Mesmo na intervenção do único interveniente do setor que foi ouvido, o Presidente da Federação das Pescas, que é uma associação de armadores, em sede de Comissão de Economia, o que emerge é a perplexidade face ao método de implementação deste quadro legal, reconhecendo-se que existe a necessidade de uma divulgação alargada e publicitada, com recurso à intervenção das Juntas de Freguesia e das Casas do Povo. **O que é certo é que a maior parte dos pescadores desconhece por completo o que se está a preparar.** Pelo pouco que é dado entender, nem os sindicatos dos pescadores foram consultados, quando o diploma vai ter repercussões importantes nos seus rendimentos e apresenta elementos relevantes em termos de Direito do Trabalho, como as regras que determinam o acesso ao exercício das profissões marítimas, categorias e carreira profissional.

O PCP não pode deixar de sublinhar como mais uma vez aos pescadores são impostas restrições que nenhum outro grupo profissional enfrenta, numa visão que já não esconde a sua vontade de provocar em tempos rápidos a extinção do setor. É possível que imaginem que o mar açoriano deva transformar-se numa única grande reserva, aberta apenas às atividades turísticas. Para chegar a este resultado, cujas repercussões sociais não parecem constituir uma preocupação, o caminho escolhido parece ser o de impor penalizações sucessivas. Neste caso, até são inventados comportamentos ilícitos que só o são nesta Região, visto que em nenhuma das outras águas europeias o seriam.

Por isso, o que no Continente e na Madeira é um comportamento perfeitamente legal, passa a ser penalizado na nossa Região: para além das contraordenações em vigor, a um comportamento que seria lícito em qualquer outro ponto do país ou fora dele, irá aplicar-se o sistema europeu comum e geral dos pontos. Esta disparidade de tratamento tem aspetos que suscitam fundamentadas dúvidas quanto à sua constitucionalidade, e com efeito, se este Diploma for aprovado, será obviamente requerida a avaliação do mesmo quanto a este aspeto.

Sabendo de antemão que tal irá acontecer, seria do mais elementar bom senso suspender este processo, sentar os interessados em volta de uma mesa e procurar encontrar um acordo que efetivamente torne este Quadro Legal das Pescas um regime jurídico aplicável e não um ataque às pescas regionais.

Entre os muitos outros exemplos que poderiam ser dados, veja-se só o que significa o incorreto preenchimento a bordo do diário de bordo num pequeno barco de boca aberta: qualquer irregularidade que ocorra – e que facilmente ocorrerá, dado por exemplo às próprias condições físicas em que o preenchimento vai ser feito – pode resultar numa gravosa aplicação de pontos.

O que este Diploma constitui, no estado atual, é mais um passo para a extinção de um setor produtivo sem que sejam criadas alternativas de trabalho e rendimento para quem depende da pesca para sobreviver.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

O PCP Açores opõe-se à entrada em vigor deste Quadro Legal, à falta de uma verdadeira informação proporcionada aos pescadores, com o tempo suficiente para que estes possam assimilar os seus conteúdos e perspetivar as consequências que as decisões contidas na proposta de Lei irão ter. E para que também possam dar a sua opinião e as suas sugestões, que se nos afiguram imprescindíveis, pois mais do que ninguém os pescadores têm interesse em que os recursos sejam preservados e que a sua atividade seja regulada de modo claro, justo e exequível. Porque faltou sessões informativas para esclarecer todos os intervenientes que mais diretamente irão ver as suas vidas afetadas pelas alterações no sistema de penalizações que é proposto introduzir.

Mas não é só pela gravidade do impacto social e económico no setor das pescas e nas comunidades piscatórias, que desta atividade secular tiram o seu sustentamento, que o PCP exprime a sua oposição a esta iniciativa legislativa do Governo. Também nos aflige, e muito, a ausência de consulta aos investigadores para que, de um modo cientificamente sustentado, se enfrente o

grave e efetivo problema das modalidades de conservação de recursos, atuando-se de modo eficaz, onde e quando é preciso.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Mário Tomé tem a palavra.

(*) **Deputado Mário Tomé (PS):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membro do Governo:

Eu pedi a utilização da palavra só para fazer aqui algum esclarecimento que eu penso que é importante.

O que este ajustamento ou regulamento comunitário não traz nada de novo, a não ser de facto a imputação dos pontos ou essa responsabilidade às cartas porque de facto, o Decreto-Lei 383/98, de 27 de novembro, já prevê, quer através do artigo 21º-A no regime das contraordenações, tudo o que foi aqui referenciado, nomeadamente a suspensão da atividade da embarcação consoante a gravidade da infração e como sanção acessória pode ser aplicado ao mestre ou por determinado período, ou em termos de sanção, a apreensão da carta e portanto, eu tive com muita atenção a ouvir a intervenção de alguns colegas que de facto não tiveram, se calhar, esse cuidado de ver o diploma, que é o base do quadro legal da pesca nacional, que é o Decreto-Lei n.º 383/98, de 27 de novembro, e de facto, eu penso que este regime também vem, de certa forma, responsabilizar os armadores porque aqui há pouco foi referenciado por um dos colegas relativo aos segmentos de frota e às características da nossa frota, mas aqui tenho que enaltecer o trabalho que as autoridades, quer regionais e da república, no caso da polícia marítima e da GNR ou da Inspeção Regional das Pescas fazem nesta matéria, no que diz respeito ao preenchimento dos diários de bordo, porque a lei obriga que todas as embarcações com mais de 10 metros têm que ter diário de bordo.

Depois, temos as embarcações semi cabinadas ou cabinadas que tem outras condições para o preenchimento do diário de bordo e depois temos os bocas

abertas, que é o caso dos chicharreiros, com maior intensidade de 90% da tipologia desta frota é de São Miguel, em que há essa sensibilidade das autoridades deixarem as embarcações acostar para depois fazerem o respetivo preenchimento do diário de pesca. Portanto, resumindo, eu penso que se está a fazer aqui um bocadinho uma “tempestade num copo de água” porque falar, por exemplo, que os pescadores açorianos vão ser prejudicados, que as embarcações consoante o grau da infração do ponto de vista da perda de pontos são penalizadas, já o eram, há uma coisa que se chama sanções acessórias, se aquele indivíduo, um armador, ou neste caso, um mestre de embarcação tiver cadastro a lei prevê o regime de sanções acessórias que seja aplicado uma suspensão temporária da sua carta, ou inclusive, a suspensão temporária da embarcação de pesca, portanto não traz nada de novo e partilho também um pouco, deixem-me dizer já que estamos nesta onda, que o colega Jaime falou relativamente à questão da Comunidade Europeia e as imposições, é preciso ter em conta aqui uma coisa: a Região Autónoma dos Açores, ao longo de décadas, a cultura do nosso pescador visa à preservação e de facto, nós somos um bom exemplo para o mundo, para toda a comunidade e em relação à portaria que saiu, que abrange um regime de cota para outras espécies, nós não temos que estar à espera da Comunidade Europeia para proteger o que é nosso porque os nossos pescadores, melhor do que ninguém, ao longo da sua história, assim o fizeram e sabem como devem fazer, ao contrário do que acontece por exemplo na plataforma costeira, quer da Madeira, quer no continente, em que as espécies selvagens basicamente desapareceram e aí temos que estar todos unidos nesse sentido porque as próximas gerações, os nossos jovens, se quiserem exercer essa atividade têm que ter garantias de rendimento, mas essas garantias também passam por nós, que é protegermos aquilo que de melhor temos, os nossos mares e as nossas espécies.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa, de momento, não tem inscrições...

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) **Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia** (*Gui Menezes*): Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados:

Eu vou tentar responder a algumas das questões que foram levantadas, naturalmente, e vou começar por responder a uma que me pareceu particularmente pertinente porque a adaptação destas regras naturalmente depende, como foi dito, é uma classificação *ex ante* da atribuição dos fundos, nomeadamente do Mar 2020.

Na realidade eu posso informar a Casa que de facto, o país foi notificado várias vezes pela Comissão ao longo do tempo e repare, o Mar 2020 é um programa nacional, portanto, automaticamente os Açores ficariam também penalizados.

Foi notificado várias vezes, Portugal respondeu na altura com alguma argumentação, naturalmente, e foi obrigado a fazer um plano onde dizia o quando, o como e como é que iria fazer as correções ao seu sistema de controlo e fiscalização. Esse processo atrasou-se e a determinada altura, eu agora não sei precisar, não tenho aqui os dados, mas a determinada altura, de facto a Comissão suspendeu os financiamentos, nomeadamente o financiamento que era dado às questões do controle e posso-lhe dizer que nessa altura esse pagamento foi suspenso para uma rúbrica em particular do Mar 2020 e posso-lhe dizer em particular, ao longo desse processo que a IRP – Inspeção Regional das Pescas foi uma das instituições afetadas pela suspensão desses pagamentos, entretanto a situação corrigiu-se, Portugal publicou a legislação que estamos a debater de aplicação de pontos, etc. e, portanto, os financiamentos voltaram a ser retomados. Portanto, há de facto efeitos da não aplicação e do não

cumprimento das regras comunitárias, nomeadamente a política comum de pescas e, em particular, destas do controle. Portanto, que fique muito claro, julgo que era pertinente esclarecer e de facto, isso chegou a acontecer.

Os srs. deputados falaram na questão da informação e da divulgação deste diploma. Nos finais de 2018, julgo eu, a IRP abordou – estávamos no início da preparação deste diploma - e a IRP, numa sessão tida na federação das Pescas abordou este tema. A Federação das Pescas, como sabem, é um conjunto de várias associações, portanto estavam presentes também outros membros e outros presidentes de associações, além de que estavam também presentes técnicos que trabalham no dia a dia nas associações, portanto houve essa informação do que é que se iria passar.

Devo dizer também que nem tudo o que são os cursos de formação profissional que são dados, curso de pescador, arrais, etc., esta informação também é dada aos pescadores que tiram esses cursos, portanto há essa divulgação.

Finalmente, foram pedidos pareceres a várias associações que nada tiveram a opor em relação a este diploma, nomeadamente eu contabilizo aqui cerca de nove associações, incluindo a Cooperativa Porto de Abrigo e que nada tiveram a opor e a Federação das Pescas também deu um parecer positivo. A Cooperativa Porto de Abrigo, inclusive, pediu mais tempo, pediu o mês de julho todo do ano passado para dar parecer, mas depois nunca chegou a dar parecer.

Finalmente, dizer também que este diploma esteve em discussão pública durante 30 dias e que também não recebemos durante este período nenhuma observação em relação ao diploma, mas também posso dizer aqui que naturalmente que o Governo Regional está sensível a essa situação e fará todos os esforços naturalmente para informar e divulgar melhor – eventualmente também pode ser uma falha, podemos admitir – e fará esse esforço de divulgação de uma forma mais detalhada pelas ilhas, para que não tenhamos dúvidas em relação à aplicação deste sistema de pontos.

Em relação às infrações que também foram aqui debatidas por vários srs. deputados eu vou tentar responder de uma forma muito genérica. Como já foi tido aqui pelo sr. deputado Mário Tomé e como eu tive oportunidade de dizer em Comissão, não houve a inclusão de novas infrações, o que houve foi um reagrupamento e porque é um regulamento comunitário que define quais são as infrações consideradas graves, portanto, nós não temos mais nas classificações de grave, do que aquelas que o regulamento comunitário dizia e, portanto, foram essas que nós incluímos naquela tabela e no anexo e nada mais.

Em relação também, há um outro regulamento que é o regulamento de execução, que também ele é que estipula aquilo que são as penalizações das embarcações consoante a acumulação de pontos. É o regulamento de execução 404/2011 e é nesse regulamento que se encontra a questão de quando as embarcações ou as licenças de pescas acumulam um determinado número de pontos, têm uma correspondência em termos de penalizações e, portanto, isso também é um regulamento comunitário que especifica isso.

No caso das penalizações aos mestres das embarcações, aí é diferente, aí a Comissão Europeia dá liberdade aos estados-membros para serem eles a definirem quais são as penalizações aos mestres das embarcações e foi isso que nós fizemos e por isso é que elas aparecem aqui destacadas e não aparecem as das embarcações de forma semelhante.

Em relação a outras questões que foram aqui levantadas e também como já foi dito, a suspensão das licenças é uma coisa que já existe no nosso quadro legal, agora essa penalização deixa de ser efetiva, passa a ser efetiva quando houver um determinado número de acumulação de pontos. O que, no nosso entender, até poderá ser mais benéfico para as embarcações porque eu não tenho aqui uma nota, mas julgo que desde que existe a IRP, só houve cerca de três ou quatro suspensões de licença, portanto eu já vem aqui há muitos anos e portanto, é preciso acumular muitos pontos, é preciso de facto prevaricar muitas

e muitas vezes para de facto, ter uma acumulação de pontos suficiente para que seja retirada a licença.

Será por exemplo, o exemplo que me dão de embarcações menores que 12 metros, serão necessárias 12 infrações classificadas como graves para ser retirada a licença, o que é um número considerável de infrações.

Em relação à questão dos abates das embarcações, não está aqui porque não deveria estar porque a portaria que regula o abate das embarcações, ela própria poderá conter esses critérios, ou seja, embarcações que tiverem eventualmente infrações graves, não poderão ser abatidas. Portanto, é na portaria que define os abates e os critérios que irá constar isso, não fazia sentido pôr num decreto legislativo regional.

Em relação às questões levantadas pelo sr. deputado João Corvelo e também um pouco pelo sr. deputado Jaime Vieira a dizerem que a pesca é uma desgraça, que está tudo mal, que não há recursos, esse discurso tem feito algum caminho aqui nalgumas bancadas e isso não é verdade, a realidade não mostra que isso seja verdade.

Aliás, deixe-me também lhe perguntar, o sr. deputado falou em que os Açores e os pescadores dos Açores são penalizados porque nós estamos a colocar aqui infrações que são únicas e que são só aplicadas aos Açores. Eu gostava que me desse alguns exemplos porque, como já lhe disse, para aplicação de pontos, são aquelas que o regulamento comunitário diz e que nós já tínhamos a maior parte delas no nosso quadro.

Deputado Jaime Vieira (PSD): Eu não disse isso! Isso já estava escrito!

O Orador: Disse, falou em infrações únicas nos Açores. Se me puder dar alguns exemplos, eu agradecia porque isso não existe.

Em relação às infrações em relação aos TACs, eu já respondi, são infrações que estão definidas no regulamento comunitário, a par de outras e essas eu julgo que até tem um número de pontos de seis pontos.

Deputada Graça Silveira (*Independente*): Mas neste não tem!

O Orador: Em relação à anulação de pontos também existe um outro regulamento comunitário que é que define como é que é feita essa anulação de pontos, portanto estamos aqui a cumprir aqui o regulamento comunitário ...

Deputada Graça Silveira (*Independente*): Mas devia estar definido aqui!

O Orador: Sim, também está definido aqui, mas também decorre de uma regulamentação comunitária, em que ao fim de três anos se não houver nenhuma infração grave cometida, os pontos são anulados, de dois em dois anos têm que frequentar

(*Aparte inaudível*)

O Orador: Isso decorre do regulamento comunitário, nós estamos a aplicá-lo, não estamos aqui a inventar nada em relação a isso.

Bom e para já...

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário Regional.

Julgo não haver mais inscrições.

Sr. Deputado João Paulo Corvelo pediu a palavra para uma interpelação, não foi?

Deputado João Paulo Corvelo (*PCP*): Para solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: É regimental. Considerando o nosso horário vamos também interromper os nossos trabalhos por hoje.

Regressamos amanhã às 10 horas.

Eram 19 horas e 39 minutos.

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Bárbara Pereira Torres de Medeiros **Chaves**

Maria da **Graça** Oliveira **Silva**

Mónica Gomes Oliveira **Rocha**

Partido Social Democrata (PSD)

Jaime Luís Melo **Vieira**

Jorge Alexandre Alves Moniz **Jorge**

Partido Popular (CDS/PP)

Artur Manuel Leal de **Lima**

Independente

Maria da **Graça** Amaral da **Silveira**

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS)

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da **Cunha**

Partido Social Democrata (PSD)

João Luís Bruto da Costa Machado da **Costa**

Documentos entrados

1 - Projetos de Lei:

Assunto: Consagra a terça-feira de Carnaval como feriado nacional obrigatório (16.^a alteração ao Código de Trabalho aprovado pela Lei 7/2009, de 12 de fevereiro – n.º 185/XIV (PEV) - n.º 284/XI-AR

Proveniência: Assembleia da República

Data de Entrada: 2020 – 01 – 27

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data Limite de Parecer: 2020 – 02 – 17;

Assunto: Regulamenta a atividade de lobbying e procede à criação de um Registo de Transparência e de um Mecanismo de Pegada Legislativa (procede à primeira alteração à Lei Orgânica n.º 4/2019, de 13 de setembro, e à décima quarta alteração à lei n.º 7/93, de 1 de março) – n.º 181/XIV (PAN) - n.º 285/XI-AR

Proveniência: Assembleia da República

Data de Entrada: 2020 – 01 – 27

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data Limite de Parecer: 2020 – 02 – 17;

Assunto: Gestão democrática dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário - n.º 286/XI-AR

Proveniência: Assembleia da República

Data de Entrada: 2020 – 02 – 05

Comissão: Assuntos Sociais

Data Limite de Parecer: 2020 – 02 – 25.

Assunto: Altera o Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, “Regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e do ensino básico e secundário - n.º 287/XI-AR

Proveniência: Assembleia da República

Data de Entrada: 2020 – 02 – 05

Comissão: Assuntos Sociais

Data Limite de Parecer: 2020 – 02 – 25;

2 - Projeto Proposta de Lei:

Assunto: Altera o regime jurídico do contrato individual de trabalho a bordo das embarcações de pesca e as prescrições mínimas de segurança e de saúde no trabalho a bordo dos navios de pesca, transpondo a Diretiva (EU) 2017/159 – MTSSS – (Reg. PL 58/XXII/2019) – **n.º 151/XI**

Proveniência: Governo da República

Data de Entrada: 2020 – 01 – 27

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data Limite de Parecer: 2020 – 02 – 03.

3 - Projetos de Decreto-Lei:

Assunto: Estabelece o regime jurídico aplicável ao comércio de licenças e emissão de gases com efeito de estufa, transpondo a Diretiva (UE) n.º 2018/410 - MAAC - (Reg. DL 44/XXII/2019) – **n.º 149/XI-GR**

Proveniência: Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2020 – 01 – 16

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data Limite de Parecer: 2020 – 01 – 21;

Assunto: Altera o transporte terrestre, rodoviário e ferroviário, de mercadorias perigosas, transpondo a Diretiva n.º 2018/1846 (UE) - MIH - (Reg. DL 46/XXII/2019) – n.º 150/XI-GR

Proveniência: Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2020 – 01 – 16

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2020 – 01 – 21.

4 - Projeto de Decreto Legislativo Regional

Assunto: [Cria o Comité de Bioética da Região Autónoma dos Açores – n.º 50/XI](#)

Proveniência: PS

Data de Entrada: 2020 – 01 – 15

Comissão: Assuntos Sociais

Data Limite de Parecer: 2020 – 03 – 02.

5 - Proposta de Decreto Legislativo Regional

Assunto: [Alteração ao Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2020 – n.º 57/XI](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2020 – 01 – 27

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2020 – 02 – 07;

Assunto: [Primeira alteração ao DLR n.º 2/2020/A, de 22 de janeiro, que aprova o Plano Regional Anual para 2020 – n.º 58/XI](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2020 – 01 – 27

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2020 – 02 – 07.

6 - Projeto de Resolução:

Assunto: [Assegurar o regular abastecimento marítimo da ilha do Corvo – n.º 181/XI](#)

Proveniência: PPM

Data de Entrada: 2020 – 01 – 21

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2020 – 02 – 24.

7 - Requerimentos:

Assunto: [Técnicos superiores da Secretaria Regional da Agricultura e Florestas são elementos essenciais na política agrícola regional](#)

Autor: António Almeida (PSD)

Data de Entrada: 2020 – 01 – 20

Referência: 54.03.00 – N.º 815/XI;

Assunto: [Contratos de publicidade institucional II](#)

Autores: António Lima e Paulo Mendes (BE)

Data de Entrada: 2020 – 01 – 21

Referência: 54.06.00 – N.º 816/XI;

Assunto: [Falta de manutenção nos caminhos agrícolas das Tronqueiras e Serrado do Caminho, S. Tomé – Santo Antão](#)

Autora: Catarina Cabeceiras (CDS-PP)

Data de Entrada: 2020 – 01 – 21

Referência: 54.01.05 – N.º 817/XI;

Assunto: [Plano de ação para fazer face ao despedimento coletivo da Cofaco](#)

Autores: Marco Costa e Jorge Jorge (PSD)

Data de Entrada: 2020 – 01 – 22

Referência: 54.03.06 – N.º 818/XI;

Assunto: [Resolução de situações de grave carência habitacional](#)

Autores: António Lima e Paulo Mendes (BE)

Data de Entrada: 2020 – 01 – 22

Referência: 54.06.00 – N.º 819/XI;

Assunto: [Centro de atividades ocupacionais \(CAO\) da Santa Casa da Misericórdia da Horta necessita de novas instalações](#)

Autores: Carlos Ferreira e Luís Garcia (PSD)

Data de Entrada: 2020 – 01 – 27

Referência: 54.03.07 – N.º 820/XI;

Assunto: [Serviço de Radiologia no Hospital de Santo Espírito da ilha Terceira e Centro de Saúde de Angra do Heroísmo](#)

Autores: Mónica Seidi, César Toste e Luís Rendeiro (PSD)

Data de Entrada: 2020 – 01 – 28

Referência: 54.03.03 – N.º 821/XI;

Assunto: [Doente de S. Jorge discriminada no Hospital de Santo Espírito da ilha Terceira](#)

Autora: Catarina Cabeceiras (CDS-PP)

Data de Entrada: 2020 – 01 – 28

Referência: 54.01.03 – N.º 822/XI;

Assunto: [Obras paradas no Centro de Saúde das Lajes do Pico](#)

Autores: Marco Costa e Jorge Jorge (PSD)

Data de Entrada: 2020 – 01 – 29

Referência: 54.03.06 – N.º 823/XI;

Assunto: [Grua do Porto das Poças](#)

Autor: João Paulo Corvelo (PCP)

Data de Entrada: 2020 – 01 – 30

Referência: 54.04.08 – N.º 824/XI;

Assunto: [Grua de apoio às pescas nas Lajes das Flores](#)

Autor: João Paulo Corvelo (PCP)

Data de Entrada: 2020 – 01 – 30

Referência: 54.04.08 – N.º 825/XI;

Assunto: [Teste de rastreio pré-natal](#)

Autor: João Paulo Corvelo (PCP)

Data de Entrada: 2020 – 01 – 30

Referência: 54.04.00 – N.º 826/XI;

Assunto: [Obras nos Bairros Nascer do Sol e Beira Mar](#)

Autores: António Lima e Paulo Mendes (BE)

Data de Entrada: 2020 – 01 – 31

Referência: 54.06.03 – N.º 827/XI;

Assunto: [PSD reforça necessidade de viagens semanais para saída de gado vivo das Flores](#)

Autor: Bruno Belo (PSD)

Data de Entrada: 2020 – 02 – 03

Referência: 54.03.08 – N.º 828/XI;

Assunto: [Falta de manutenção dos Reservatórios do IROA na Criação Velha](#)

Autores: Marco Costa e Jorge Jorge (PSD)

Data de Entrada: 2020 – 02 – 03

Referência: 54.03.06 – N.º 829/XI;

Assunto: [Cobrança irregular de taxa moderadora](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2020 – 02 – 04

Referência: 54.07.07 – N.º 830/XI;

Assunto: [Atraso na homologação dos resultados do procedimento concursal para a colocação de um médico veterinário para exercer funções no Serviço de Desenvolvimento Agrário das Flores e do Corvo](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2020 – 02 – 05

Referência: 54.07.09 – N.º 831/XI;

Assunto: [O serviço de medicina veterinária da ilha do Corvo continua parcialmente desativado](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2020 – 02 – 05

Referência: 54.07.09 – N.º 832/XI;

Assunto: [Creche e Jardim de Infância de Santa Clara - Ponta Delgada](#)

Autores: António Lima e Paulo Mendes (BE)

Data de Entrada: 2020 – 02 – 05

Referência: 54.06.02 – N.º 833/XI;

Assunto: [Necessidade de incrementar o número de grupos do programa "Meus Açores, Meus Amores" que se deslocam à ilha do Corvo](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2020 – 02 – 05

Referência: 54.07.09 – N.º 834/XI;

Assunto: [Estudo sobre a violência doméstica e de género na Região Autónoma dos Açores](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2020 – 02 – 05

Referência: 54.07.00 – N.º 835/XI;

Assunto: [Má qualidade do combustível que está a ser disponibilizado na ilha do Corvo](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2020 – 02 – 05

Referência: 54.07.09 – N.º 836/XI.

8 - Respostas a Requerimentos:

Assunto: [Atividade realizada pelo Conselho Científico do Plano Integrado de Promoção do Sucesso Escolar](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2020 – 01 – 20

Referência: 54.07.00 – N.º 780/XI;

Assunto: [Programa Fénix - Açores](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2020 – 01 – 20

Referência: 54.01.00 – N.º 787/XI;

Assunto: [Programa "Apoio mais - Retenção Zero"](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2020 – 01 – 20

Referência: 54.07.00 – N.º 786/XI;

Assunto: [Prof DA - Professores qualificados na resolução de dificuldades de aprendizagem](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2020 – 01 – 20

Referência: 54.07.00 – N.º 784/XI;

Assunto: [Avaliação externa do ProSucesso](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2020 – 01 – 20

Referência: 54.07.00 – N.º 782/XI;

Assunto: [Atividade realizada pela Comissão Coordenadora do Plano Integrado de Promoção do Sucesso Escolar - ProSucesso, Açores pela Educação](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2020 – 01 – 20

Referência: 54.07.00 – N.º 779/XI;

Assunto: [Pensões em atraso na ilha das Flores](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2020 – 01 – 29

Referência: 54.04.08 – N.º 813/XI;

Assunto: [Falta de areia na ilha Graciosa prejudica economia da ilha](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2020 – 02 – 05

Referência: 54.03.04 – N.º 807/XI;

Assunto: [Ligação Boston-Terceira](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2020 – 02 – 05

Referência: 54.05.03 – N.º 788/XI;

Assunto: [Atraso na homologação dos resultados do procedimento concursal para a colocação de um médico veterinário para exercer funções no Serviço de Desenvolvimento Agrário das Flores e do Corvo](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2020 – 02 – 06

Referência: 54.07.09 – N.º 831/XI;

Assunto: [Situação atual das listas de espera cirúrgica na RAA](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2020 – 02 – 06

Referência: 54.03.00 – N.º 714/XI;

Assunto: [Falta de manutenção da Lagoa da Caldeira de Santo Cristo](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2020 – 02 – 06

Referência: 54.01.05 – N.º 799/XI.

9 - Comunicações/Informações:

Assunto: Remessa de relatório aprovado:

Relatório n.º 21/2019 – VIC/SRATC (Ação n.º 19-445VIC3) – Município das Lajes das Flores;

Proveniência: Fernando Flôr de Lima, Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas

Data de Entrada: 2020 – 01 - 15;

Assunto: Verificações internas de contas – homologações simplificadas

A lista das verificações internas de contas, realizadas pelo Tribunal de Contas, em 2019 – 2.º semestre, objeto de homologação simplificada.

Proveniência: Fernando Flôr de Lima, Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas

Data de Entrada: 2020 – 01-16;

Assunto: Ofício a solicitar parecer sobre as propostas de alteração 166C do PCP e 196C do Chega, à Audição n.º 280/XI - Proposta de Lei n.º 5/XIV/1.ª (GOV) - Aprova o Orçamento do Estado para 2020

Proveniência: Assembleia da República

Data de Entrada: 2020 – 01 - 17;

Assunto: Ofício a remeter o Relatório de execução do SIGICA e do Vale de Saúde – DLR n.º 23/2016/A, de 10 de novembro

Proveniência: Berto Messias - SRAPAP

Data de Entrada: 2020 – 01 – 20;

Assunto: Ofício a informar que foram enviados para publicação no Diário da República os Decretos Legislativos n.ºs 28, 30, 31 e 32/2019

Proveniência: António de Almeida da Costa Coelho, Chefe do Gabinete do Representante da República para a Região Autónoma dos Açores

Data de Entrada: 2020 – 01 – 20;

Assunto: Correio eletrónico a pedir parecer sobre proposta de alteração 339C

Proveniência: Assembleia da República

Data de Entrada: 2020 – 01 – 21;

Assunto: Correio eletrónico a remeter o Relatório 1/2020, Análise da proposta de Orçamento de Estado para 2020

Proveniência: Helena Rua – Conselho das Finanças Públicas

Data de Entrada: 2020 – 01 – 21;

Assunto: Correio eletrónico a pedir parecer sobre as propostas de alteração n.º 221, 238 e 186

Proveniência: Assembleia da República

Data de Entrada: 2020 – 01 – 21;

Assunto: Ofício ref.^a 12, solicitando a inscrição na agenda da próxima sessão plenária de perguntas com resposta escrita transformadas em perguntas orais, ao abrigo do n.º 3 do artigo 182.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, referentes ao requerimento n.º 783/XI – “Plano de Negócios ou documento de reestruturação apresentado pelo anterior Presidente do Conselho de Administração do Grupo SATA”

Proveniência: Paulo Estêvão, Representação Parlamentar do PPM

Data de Entrada: 2020 – 01 – 23;

Assunto: Ofício informando que ao abrigo do n.º 3 do artigo 182.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores pretende formular oralmente perguntas ao Governo Regional.

Proveniência: Paulo Estêvão, Representação Parlamentar do PPM

Data de Entrada: 2020 – 01 – 23;

Assunto: Correio eletrónico a pedir parecer sobre proposta de alteração 524C

Proveniência: Assembleia da República

Data de Entrada: 2020 – 01 – 24;

Assunto: Cartão a agradecer o envio do Voto de Congratulação atribuído a Rita Mota Amaral

Proveniência: João Bosco Mota Amaral

Data de Entrada: 2020 – 01 - 24;

Assunto: Carta a agradecer o envio do Voto de Congratulação atribuído a Rita Mota Amaral

Proveniência: Francisco Mota Amaral

Data de Entrada: 2020 – 01 - 27;

Assunto: Correio eletrónico a pedir parecer sobre proposta de alteração 729C

Proveniência: Assembleia da República

Data de Entrada: 2020 – 01 – 28;

Assunto: Ofício a remeter o Relatório de avaliação da execução do DLR n.º 15/2008/A, de 11 de junho (ano de 2019)

Proveniência: Berto Messias - SRAPAP

Data de Entrada: 2020 – 01 – 29;

Assunto: Correio eletrónico a pedir parecer sobre proposta de alteração 573

Proveniência: Assembleia da República

Data de Entrada: 2020 – 01 – 30;

Assunto: Correio eletrónico a pedir parecer sobre as propostas de alteração n.º 610 e 1153

Proveniência: Assembleia da República

Data de Entrada: 2020 – 01 – 31;

Assunto: Ofício ref.^a 14, a informar o objeto da sessão de perguntas ao Governo com resposta oral

Proveniência: Paulo Estêvão, Representação Parlamentar do PPM

Data de Entrada: 2020 – 02 – 04;

Assunto: Ofício a solicitar um debate de urgência sobre “Transporte marítimo de mercadorias”

Proveniência: Artur Lima, do Grupo Parlamentar do CDS-PP

Data de Entrada: 2020 – 02 – 05;

Assunto: Ofício a remeter o Voto de Congratulação – Centenário da Santa Casa da Misericórdia do Divino Espírito Santo da Maia

Proveniência: António Bento Barcelos, Presidente da Mesa Coordenadora da União Regional das Misericórdias dos Açores

Data de Entrada: 2020 – 02 – 05;

Assunto: Ofício a informar a realização de Estudos sobre a população e qualificações dos Açores analisados no Plenário de CESA a 26 de junho de 2020

Proveniência: Gualter Furtado, Presidente do Conselho Económico e Social dos Açores

Data de Entrada: 2020 – 02 – 05;

Assunto: Ofício ref.^a 15, a solicitar a retirada do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 46/XI - Alteração ao Decreto-Legislativo Regional n.º 12/2013/A, de 23 de agosto - Estatuto do Aluno dos Ensinos Básico e Secundário

Proveniência: Paulo Estêvão, Representação Parlamentar do PPM

Data de Entrada: 2020 – 02 – 05;

Assunto: Ofício ref.^a 18, a solicitar o cancelamento da sessão de perguntas ao Governo com resposta oral

Proveniência: Paulo Estêvão, Representação Parlamentar do PPM

Data de Entrada: 2020 – 02 – 06;

Assunto: Ofício ref.^a 19, a apresentar recurso para Plenário sobre a “Transformação das perguntas escritas que integram o requerimento n.º 783/XI, em perguntas orais

Proveniência: Paulo Estêvão, Representação Parlamentar do PPM

Data de Entrada: 2020 – 02 – 06.

10 - Relatórios:

Assunto: [Sobre a Proposta de Resolução n.º 16/XI – Relativa à Conta de Gerência da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores referente ao ano de 2018.](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2020 – 01 – 17;

Assunto: [Relatório no âmbito da audição parlamentar da Diretora do Centro Regional dos Açores da Rádio e Televisão de Portugal, S.A.](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2020 – 01 – 27;

Assunto: [Sobre o Projeto de Lei n.º 13/XIV \(PCP\) – Estrutura a orgânica e a forma de gestão das Áreas Protegidas – n.º 259/XI AR](#)

Proveniência: Subcomissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2020 – 02 – 04;

Assunto: [Sobre o Projeto de Lei n.º 91/XIV \(BE\) – Alarga a proteção na parentalidade aos progenitores com filhos com deficiência, doença rara ou doença oncológica e determina o pagamento a 100% do subsídio para](#)

[assistência a filho com deficiência, doença crónica ou doença oncológica – n.º 270/XI AR](#)

Proveniência: Subcomissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2020 – 02 – 04;

Assunto: [Sobre o pedido de autorização e levantamento de impedimento legal para que o Deputado António Vasco Vieira Neto de Viveiros possa prestar depoimento, na qualidade de testemunha, no âmbito do processo n.º 83/15.9BEPDL](#)

Proveniência: Subcomissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2020 – 02 – 04;

Assunto: [Sobre o Projeto de Lei n.º 76/XIV \(BE\) – Consagra as 35 horas como período normal de trabalho no setor privado \(16.ª alteração ao código do Trabalho\) – n.º 268/XI AR](#)

Proveniência: Subcomissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2020 – 02 – 04;

Assunto: Sobre a Proposta de Resolução n.º 15/XI – Conta da Região Autónoma dos Açores referente ao ano Económico de 2018

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2020 – 02 – 07;

Assunto: [Sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 53/XI – Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 29/2010/A, de 9 de novembro, que aprova o Quadro Legal da Pesca Açoriana.](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2020 – 01 – 22;

Assunto: [Sobre a Petição n.º 41/XI – A favor da suspensão das obras de construção civil no espelho de água do porto da Horta, tal como se encontram previstas na 2.ª fase do projeto de reordenamento do porto da Horta.](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2020 – 01 – 24;

Assunto: [Sobre o Projeto de Resolução n.º 177/XI – Custos de produção de leite e modelos de exploração.](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2020 – 01 – 31;

Assunto: [Sobre Propostas de Alteração relativas à Proposta de Lei n.º 5/XIV/1.ª – Aprova o Orçamento do Estado para 2020](#)

Proveniência: Subcomissão de Economia

Data de Entrada: 2020 – 02 – 05.

11 – Diários:

Consideram-se aprovados nesta Sessão Plenária os Diários da Assembleia n.ºs 110, 111, 112 e 113.

Estão presentes nesta Sessão Plenária os Diários da Assembleia n.ºs 115, 116, 117, 118, 119 e 120.

A redatora, Sara Azevedo